



ÍROHÍN

Brasília, ano X, nº 9,
fev./mar. 2005



Fotos: Maru Mercia



MOSTRA PAN-AFRICANA DE ARTE CONTEMPORÂNEA

Com o patrocínio da Petrobrás e o apoio institucional (entre muitos outros) da Fundação Palmares, está acontecendo em Salvador, no Solar do Unhão, a Mostra Pan-africana de Arte Contemporânea. O evento segue em Salvador até 17 de abril e reúne artes visuais, instalações, palestras, mostra de dezoito filmes africanos e o "Filhas do Vento", de Joel Zito Araújo.

Para ilustrar, trabalhos de Antônio Ole, pintor escultor e cineasta angolano, uma das referências mais importantes da cultura africana contemporânea. O presidente da Fundação Palmares, Ubiratan Castro, disse em Salvador que o evento faz parte de "um movimento maior de religação da matriz africana". Vamos conferir.

GUERRA CIVIL

Jornalista denuncia guerra civil do Estado contra a população negra - Pág. 38



Luta contra a intolerância religiosa tem ações na Bahia em São Paulo. Págs. 12 e 13



De olho no STF: rastreando a questão racial - Pág. 8

E ainda:

Reforma universitária, Haiti, segurança pública, Lei 10.639, orçamento 2005, entrevistas, seminários e muito mais

O vazio e o lobo

O ministro Gilberto Gil parecia surpreso. Assinara no início do ano, juntamente com o presidente da República, o decreto que cria o Ano de Promoção da Igualdade Racial e agora via ressurgir a velha novidade: um bloqueio de 53% das verbas orçamentárias do Ministério da Cultura.

Uma pena, a Cultura vai ficar fora da festa. O brutal contingenciamento vai nos privar, com certeza, da exibição de cultura negra, em concorridas solenidades, enquanto durar as comemorações do Ano da Igualdade Racial.

O Ministério das Cidades também foi submetido a cerrado bloqueio orçamentário. Dessa forma brusca fomos informados de que o acesso a serviços essenciais, como abastecimento de água e esgoto, também vai ficar de fora da festa da "Igualdade Racial".

O presidente da República sempre poderá se defender dizendo que o decreto que ele assinou não faz nenhuma referência a ação de qualquer natureza, nem a programas, nem tampouco faz qualquer alusão a recursos orçamentários.

Trata-se, digamos assim, do Ano da Igualdade Racial em estado de pureza absoluta. Pureza especulativa,

etérea, terreno de sutilezas e transcendências onde nem mesmo se faz necessária a definição do que seja "Igualdade Racial".

É forçoso reconhecer, no entanto, alguma materialidade. O que há de palpável e concreto no decreto assinado pelo presidente Lula e seu ministro da Cultura, uma espécie de moldura sobre o vazio, é a coordenação da Seppir.

Sim, seja lá o que for que se venha a promover nesse ano glorioso, esse imponderável será disposto e arranjado pela Seppir. A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, enfim, foi convocada para fazer jus ao nome. Refiro-me à palavra "especial", que não tinha ficado, a meu ver, muito bem entendida.

Trata-se de algo muito singular, um domínio muito particular desse órgão da administração pública federal. Pois então a Seppir, de acordo com suas características, foi convocada para organizar, dirigir, orientar matéria de alta complexidade. Em razão mesmo dessa complexidade a tal matéria não se permite nenhuma visibilidade, impedida mesmo de assumir corporalidade até mesmo em um decreto presidencial.

Está, desde então, a

secretária Matilde Ribeiro às voltas com um grande problema. O governo, o seu governo, ordena por decreto, por determinação escrita, que ela coordene matéria de alta abstração, sem orçamento, sem rumo, sem nada.

Uma cigana algo malévola, com acento machadiano, talvez sugerisse "ler a sorte" nas entrelinhas do próprio decreto. Sim, a cigana tem razão. Há, no vazio espantoso do decreto presidencial, em seu descaso acintoso e provocador, muitos presságios, sinais de futuro.

O decreto não é fortuito, nem acidental. Há um padrão recorrente, posto em prática também pelo governo anterior, em cuja base se acumulam os eventos, as recepções, os seminários, a palavra estéril, as viagens, e o jogo duro, desarticulador, caluniador com a militância mais conseqüente e comprometida. Ilude-se quem imagina que o decreto fortalece a Seppir. A cigana tem razão. O decreto dá a exata medida do que a Seppir significa para o governo. Nada.

O lobo e o cordeiro

A leitura da coluna de Luís Nassif ("Racismo negro"), divulgada com estardalhaço pela "Folha de S.

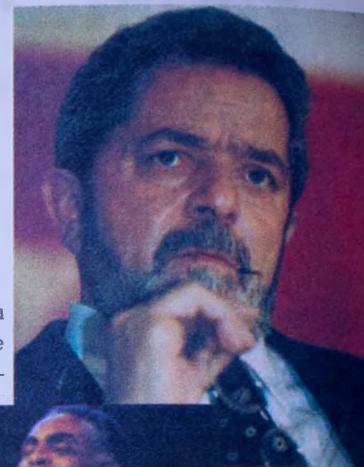
Paulo", me fez lembrar a conhecida fábula de Esopo, "O lobo e o cordeiro".

Você, que reivindicava ações afirmativas, como ousa turvar a água que eu bebo? Como ousa falar de racismo em

um país de águas tão límpidas? Os que têm o poder de discriminar se deleitam com a agonia de suas vítimas (a água do riacho corre do lobo para o cordeiro). Esopo foi escravo na Grécia e experimentou os efeitos da argumentação com que a tirania constrói mentiras e ficções para justificar seus apetites.

Edson Lopes Cardoso.

O presidente Lula disse, no ano passado, que "não tinha botado uma negra no ministério para servir de enfeite". No decreto sem número que cria o Ano de Promoção da Igualdade Racial, puro ornamento, tudo é enfeite.



IROHIN

CNPJ: 05 888 358/0001-16

Publicação bimestral. - Tiragem: 6000 exemplares

Comunicação e articulação política a serviço dos afro-brasileiros.

Irohin, uma palavra de língua iorubá, significa "notícia".

Coordenação editorial: Edson Lopes Cardoso.

Equipe Irohin: Ana Flávia Magalhães Pinto, Ana Luiza Pinheiro Flauzina, Cláudia Santos, Diony Maria (MT5299), Lunde Braghini (MT158/93), Mário Theodoro e

Wania Sant' Anna.

Editoração Eletrônica: Formato 9 produção gráfica Ltda.

Impressão: Correio Braziliense

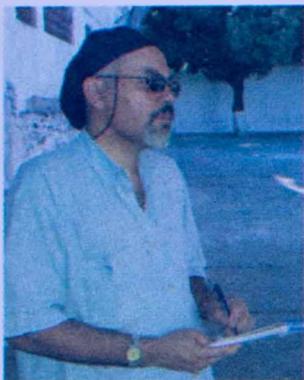
Site: www.irohin.org.br (em construção)

e-mail: irohin@terra.com.br

Caixa Postal: 04372 CEP: 70904-970 - Brasília-DF

Fone/fax: (61) 447-1729

Apoio: Fundação Ford.



Rio reúne militantes em torno de “Zumbi + 10”

Miro Nunes*

Organização da Marcha do Movimento Negro avança na capital fluminense

Cobrar as promessas feitas à comunidade negra nas campanhas eleitorais pelos que estão no poder em nível federal, estadual e municipal e, ao mesmo tempo, renovar as práticas do Movimento Negro Brasileiro (MNB), ampliando a mobilização e o engajamento da população negra na luta contra o racismo e as desigualdades raciais. Estes são os principais objetivos dos que animam a organização da **Marcha Zumbi + 10** sugerida para realizar-se em 16 de novembro deste ano, reunindo 100 mil pessoas em Brasília.

Com tal motivação e animada pelos integrantes do núcleo carioca da **Marcha**, aconteceu em 12 de março próximo passado encontro na sede do Clube Renascença, um tradicional reduto da população afro-descendente na capital fluminense e cujo vice-presidente de cultura e arte, Julio Nascimento, afirmou estar sempre disposto a abrigar e participar ativamente de outras reuniões dessa mesma natureza.

Com a mesa do encontro presidida pela dirigente do Movimento Negro Unificado (MNU-RJ), Denise Barbosa, e tendo como relator o coordenador do Movimento de Ação e Reflexão Martin Luther King Júnior (Marking), pastor João Carlos Araújo, 22 representantes de entidades ligadas ao MNB no município do Rio de Janeiro e dois do movimento sindical concordaram, até outro entendimento provocado pelo debate interno, que a “**Zumbi + 10**” deva: ter uma coordenação única; empunhar bandeiras de luta comuns ao conjunto das entidades e organizações do Movimento Negro e não ser caracterizada como uma manifestação “contra o(s) governo(s)” (referência mais específica ao Governo Lula).

A **Marcha** vem sendo discutida há cerca de nove meses, desde que a idéia foi lançada em Brasília pelo *Ìrohìn*, nos dias 3 e 4 de julho de 2004, em reunião no hotel Manhattan que teve a participação de ativistas e lideranças de todo o país. A proposta agora é uma manifestação da vontade de entidades e organizações negras, conforme lembrou o editor do jornal *Ìrohìn*, Edson Cardoso, um dos animadores da “**Zumbi + 10**” em suas andanças pelo país desde o ano passado.

Em sua exposição, ele sugeriu que o 13 de maio pode ser considerado como uma opção de data de lançamento nacional da **Marcha Zumbi + 10**. Cardoso defendeu ainda uma estratégia de pressão “de baixo para cima”, isto é, iniciada junto às administrações municipais, e que se repetiria em agosto nos estados, culminando com a **Marcha** a Brasília em 16 de novembro. A idéia é lançar a **Marcha** numa ação articulada nacionalmente, a partir dos municípios, de pressão direta junto aos prefeitos que assumiram este ano as prefeituras, ação essa apoiada numa carta-compromisso e na construção de programas municipais de superação das desigualdades raciais.

Políticas públicas na berlinda

A importância da **Marcha** como uma forma de interação com os outros setores da sociedade brasileira, solidários com a luta dos negros

contra o racismo, foi destacada pelo presidente do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), Amauri Silva. Para ele, organizar esta manifestação



Fotos: Zezinho Andradá

do Movimento Negro “é salutar para ampliar a articulação das entidades do MN e contribui na avaliação das políticas públicas que estão sendo implemen-

tadas pelos governos municipais, estaduais e federal”, ressaltou.

Sem vaidades

Tanto na capital como no interior fluminense, as mulheres “estão se mexendo” em função da **Marcha Zumbi + 10**. Uma das coordenadoras do Fórum de Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro, Clátia Vieira, observou ser “muito importante deixar as vaidades de lado em um momento como esse”. Informou ainda que dia 2 de abril, uma reunião ampliada do Fórum no IPCN (Avenida Mem de Sá, 208, centro do Rio) discutirá a presença das militantes cariocas na **Marcha**. Já a professora Magna Almeida, do Movimento de Conscientização Negra de Volta Redonda, disse que apesar das dificuldades do cotidiano enfrentadas pelo militante do MNB, o grupo que representa começou a discutir o tema internamente e deverá se fazer presente na próxima reunião do núcleo carioca da **Marcha**, marcada para 31 de março, às 19 horas, também na citada sede do IPCN.

Palavra de sindicalista

Para o representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação e Despoluição de Águas e Esgotos em Niterói e Adjacências (Stipdasen), Cláudio Vovô, a participação na organização da **Marcha** reforça o envolvimento do movimento sindical na luta contra o racismo no Brasil. “Estamos assim resgatando as atividades sindicais junto ao Movimento Negro, pois um não está dissociado do outro”, comentou o sindicalista.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a diretora do Sindicato dos Servidores de Saúde, Previdência Social, Trabalho e Assistência Social do Rio de Janeiro (Sindisprev-RJ), Isabel Baltazar,

complementou dizendo esperar que a **Marcha Zumbi + 10** possa ser “um momento de unidade do povo negro, mas que também expresse o potencial de luta na busca de uma sociedade sem racismo, sem discriminação”.

CENIERJ pronuncia-se em julho

O presidente do Conselho de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro (Cenierj), Márcio Vidal, informou que no mais recente encontro da instituição, ocorrido em Nova Friburgo entre 11 e 13 de março, não foi discutido o tema da **Marcha Zumbi + 10**. Vidal disse que os grupos integrantes do Cenierj devem estar até julho discutindo o assunto e que durante o 8º Encontro de Jovens do Cenierj, que também acontecerá em Nova Friburgo de 22 a 24 de julho deste ano, o Conselho colocará a **Marcha** na sua pauta de temas em discussão.

*Jornalista (RJ)



Marcha Zumbi + 10 cresce em Minas Gerais e gera frutos na formação local

Daniela Giovana*

No dia 24 de fevereiro, 16 entidades estiveram presentes na sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT/MG), em Belo Horizonte, reunindo 34 integrantes do Movimento Negro de Minas Gerais. Na pauta, discussões que refletiram sobre a Lei 10.639/03, que regulamenta o ensino da história africana nas escolas brasileiras, e os próximos passos da militância mineira rumo à **Marcha Zumbi + 10**, marcada para novembro, em Brasília.

O encontro, o quarto realizado em Minas, foi promovido pelo Comitê Mineiro Organizador da Marcha Zumbi + 10, que é composto por um conjunto de entidades, sendo elas: Rede Feminista de Saúde, Coletivo de Mulheres Negras Nzinga, Unegro, Centro de Referência da Cultura Negra de Venda Nova e CUT/MG. "A mobilização é crescente. Na primeira reunião, estiveram presentes 14 pessoas. Tivemos 60 na segunda e 89 pessoas na terceira", afirma Mônica Aguiar, coordenadora do Centro de Referência da Cultura Negra da região de Venda Nova, na capital mineira.

O comitê é dividido em duas comissões principais. A primeira trabalha a mobilização mineira para a **Marcha Zumbi + 10** tendo por prioridade a discussão do eixo nacional proposto para a marcha: a questão das reparações. A segunda está responsável pela Lei 10.639/03.

Em todo o estado de Minas Gerais, dez cidades já contam com a formação de seus comitês regionais - Nova Lima, Contagem, Esmeralda, Uberlândia, Uberaba, Araxá, Juiz de Fora, Betim e Timóteo. Em

Lagoa da Prata já foi iniciada a articulação para a Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, ainda sem data marcada.

Para reunir todos estes pólos e discutir o andamento da marcha em Minas foi tirada uma comissão que ficou responsável pela organização da Plenária Estadual do dia 19 de março, que espera contar com a presença de 350 a 500 pessoas de todo o Estado. Foi lembrado o caráter não partidário da **Marcha Zumbi + 10**, reforçando junto às entidades a responsabilidade de cada uma no compromisso com o sucesso da mobilização. "Não temos que depender dos partidos, a responsabilidade é nossa enquanto movimento popular", justifica Mônica Aguiar.

Em outubro, mas ainda sem data definida, está marcada a Marcha do Orgulho Negro. "Esta marcha será a grande avaliação de como Minas vai para Brasília, ressaltando-se a contribuição dos negros mineiros para o Brasil, na filosofia, política, literatura e etc", explica Alexandre Francisco Braga da União de Negros pela Igualdade -Unegro/MG.

Paralelamente a estas iniciativas, está sendo realizada periodicamente, em Belo Horizonte, uma extensa programação de shows e manifestações artísticas chamada de Agenda Cultural Zumbi + 10. Outra ação mineira em andamento é um levantamento estadual que vai apontar os principais avanços, as conquistas e os retrocessos das ações no estado após dez anos da **Marcha Zumbi: Contra o Racismo**, pela Igualdade e a Vida, realizada em 1995.

* *Jornalista e mestrandia em História /UFMG.*



Mobilização crescente em BH. Mineiros esperam repetir o feito de 10 anos atrás, quando foram a maior delegação presente em Brasília.

Lei 10.639/03

A mobilização para a Marcha tem trazido ações permanentes de formação e discussão dos assuntos pautados pelo Movimento Negro nacional, no estado. Como resultado das primeiras reuniões foi formada uma Comissão Especial que tem por objetivos: 1) discutir a aplicabilidade da Lei 10.639/03, que regulamenta o ensino da história africana nas escolas de todo o país; e 2) lutar para que ela se torne uma política pública. Em documento distribuído durante a reunião, a comissão apontou o resultado das primeiras discussões, ressaltando algumas linhas de ação tais como participação ativa na fiscalização da aplicabilidade da Lei junto aos conselhos estaduais, municipais e órgãos competentes, e exigência de relatórios mensais junto aos conselhos de educação sobre os resultados observados em sala de aula.

O tema ganhou grande peso gerando a manifestação de vários participantes, "A luta tem que começar é com as crianças. Se as editoras não mudarem os estereótipos do negro no livro didático, não adianta", desabafou Maria Luzia Sidônio, representante da Comunidade dos Luízes, de Belo Horizonte. "O que representa esta Lei para a população? Temos que ter isso claro. Qual vai ser a posição do Comitê Mineiro?", questionou Mônica Aguiar. "Essa Lei é o grande choque cultural do governo Lula. A população vai passar a conhecer a presença do negro na sociedade mundial", aposta Alexandre Francisco Braga, da Unegro.



Como nos tempos de João Cândido, o almirante negro*

Por Diony Maria**

"Podem me prender / Podem me bater / Podem até deixar-me sem comer / Que eu não mudo de opinião / Daqui do morro / Eu não saio, não" - Zé Kétti

Digamos assim: o Brasil é um país realmente "original". Basta dar uma olhadinha com um pouco mais de perspicácia e rapidamente descobre-se que, à revelia do implacável tempo e das inegáveis conquistas históricas empurradas goela baixo pelos movimentos sociais, persistem por toda parte poderosos nichos de resistência racista.

Senão vejamos: independente da aprovação em concurso público e do direito adquirido para o ingresso no quadro efetivo da Marinha, um homem negro, como nos tempos de João Cândido, o almirante negro, ainda hoje pode ser alvo fácil do preconceito e da discriminação que perpassam praticamente todas as instituições do país.

Logo, qualquer ação que poderia ser classificada de "o homem certo, no lugar certo" corre o sério risco de degradingolar para a típica perseguição ao homem (negro) errado. É o que está acontecendo há 11 anos na trajetória profissional do cabo, fuzileiro naval, corneiteiro Walmir Santos de Aragão.

Walmir nasceu em Salvador, Bahia, em julho de 1965. Ingressou na Marinha em 1983. Serviu no Rio de Janeiro de 1983 a 2000.

Atualmente está servindo no município de Rio Grande, localizado ao sul do estado do Rio Grande do Sul, a 318 quilômetros de Porto Alegre.

Após 22 anos de serviços prestados à Marinha, muita resistência e uma paciência fora do comum, o fuzileiro naval admite que o jogo é duro demais e está pedindo as contas. Independente do resultado do pleito, vai levar consigo um inusitado dossiê de quase 400 páginas no qual documenta, passo a passo, todo o seu calvário.

O dossiê inclui cinco solicitações de **habeas corpus** preventivo e 14 (catorze) requerimentos de denúncia ao Ministério Público Federal. Por força da legislação militar, alguns desses recursos são assinados pela companheira de Walmir, a funcionária pública da Rede Municipal de Saúde Vera Lúcia Silveira de Castro, 45 anos. Uma documentação que deve estar causando certo incômodo para a instituição e que poderá servir de exemplo para muitos outros almirantes negros de todas as profissões. (Eu mesma, jornalista negra, graduada no mesmo ano em que Walmir ingressou na Marinha, já comi o pão que o diabo amassou.

O assédio moral, "descoberto" recentemente pelos pesquisadores de plantão, é um velho conhecido das mulheres negras e dos homens negros.)

Serra dos Pretos

Forros – A saga vivida por Walmir Aragão pode ser sintetizada na antipatia da Marinha ao trabalho comunitário e artístico por ele desenvolvido, encabeçada, é claro, pelo racismo. Até porque em nenhum momento a instituição apontou deslizamentos cometidos pelo cabo no desempenho das suas atribuições profissionais.

Tudo começou bem cedo. Praticamente já no ano de ingresso de Walmir na Marinha, que determinou a sua ida para a cidade do Rio de Janeiro. Na época, os apelos da religião (o fuzileiro naval é Ogan de Oxalá) e da música o levaram a desenvolver um trabalho comunitário voluntário, nas horas vagas, no Morro da Nossa Senhora da Guia, próximo à Serra dos Pretos Forros.

Especialista militar em cornetas e tambores, Walmir aproveitou para apresentar a musicoterapia aos jovens e adolescentes dos morros cariocas. A idéia era resgatar os tambores iorubás e realizar uma troca dos conhecimentos musicais provenientes das etnias queto

e banto. Neste sentido, passou por praticamente todos os blocos afros do Rio de Janeiro, começando, já em 1983, pelo Agbara Dudu e incluindo, nos anos seguintes, o Òrunmilá, o Alafinaiyé e o Leniaiýó. Em todos estes, bem como no Instituto de Pesquisa e Cultura Negra Men de Sá e no Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), Walmir atuou como oficinairo de percussão e compositor.

Dez anos após a sua chegada no Rio de Janeiro, e logo depois da ECO 92, o trabalho comunitário levou Walmir a adquirir, em conjunto com outros ativistas, uma casa no Morro da Guia destinada à criação de um centro cultural.

Armas e drogas – Isso aconteceu na mesma época da grande operação Rio 94, que colocou o Exército nas ruas para dar um basta na onda de violência. Próximo ao fim desta operação, a residência de Walmir foi invadida por integrantes do Batalhão de Fuzileiros Navais e destruída sob o pretexto da procura de armas e drogas. Nada foi achado ou provado, mas ele passou 24 horas detido, sendo liberado somente após a intervenção de duas parlamentares negras. De que-

bra, espalhou-se o boato de que o cabo seria o X9 (dedo duro) da área. "Na época, Walmir tinha 11 anos de Marinha e, por conta da humilhação e do constrangimento sofridos, muita gente queria que ele entrasse com uma ação de racismo contra a Marinha, mas ele preferiu deixar pra lá", conta a companheira de Walmir, Vera Lúcia.

Quando a sua casa foi invadida, Walmir já contava com o apoio de parlamentares negros e o patrocínio de entidades do Movimento Negro e do programa do governo federal Comunidade Solidária para fundar o Centro Cultural Abada-aya, no Morro da Gambá, praticamente ao lado do Hospital Naval Marcílio Dias. A inauguração do Centro Cultural aconteceu durante as férias do cabo. Era o dia 11 de fevereiro de 1995, uma homenagem ao dia da libertação do líder sul-africano Nelson Mandela, que contou com a presença do mestre Zé Kéti, responsável pela corte simbólico da fita da sala A Voz do Morro.

Qualquer noviço é capaz de prever a impressão que este "conto de fadas" causou na instituição. Ao retornar das férias, Walmir foi recebido com um "todo mundo sabe que você é ban-

dido, ou você pede baixa ou você é punido". Optando pela punição, Walmir pegou 14 dias de prisão militar (rigorosa), o que lhe rendeu praticamente quatro anos de estagnação na carreira. (O militar punido é impedido de realizar prova para pleitear promoção).

Medalhas - Em 27 de novembro de 1997, o cabo foi agraciado com a medalha "Mérito Anfíbio": "por se ter distinguido pela exemplar dedicação à profissão e invulgar interesse no aprimoramento da condição de combatente anfíbio". Dois anos depois, em 1999, Walmir foi aprovado em prova para sargento, mas não foi chamado para o novo posto. Chateado com o ocorrido, ele redigiu um requerimento solicitando revisão do resultado, argumentando que havia um erro em um dos fatores utilizados para a somatória da sua pontuação. Tal requerimento, que foi denegado pela Marinha, deu origem ao atual dossiê de quase 400 páginas. Foi nesta época também que ele resolveu aceitar a transferência para o Rio Grande do Sul.

A teoria da renovação propiciada pelos novos ares, no entanto, não deu certo para Walmir. Ele foi recebido com um "marginal aqui se dá mal, o que você pedir não leva e nem vem com essa de preconceito". Dito e feito. Foi aprovado em novo concurso em 2000 e não levou. Foi nesta época que Walmir lançou o seu primeiro CD, *Batuqueiro*, no qual canta e toca músicas de candomblé. O CD teve boa aceitação popular e boa cobertura midiática.

Na Marinha, as coisas continuaram engessadas. Em 2001, o cabo pediu para garantir o direito adquirido de revisão e atualização da sua caderneta profissional. Cansado, em 2002, solicitou promoção

por antiguidade (mais de 15 anos de Marinha, o mais velho dos cabos). Não levou. Desesperado, começou a recorrer à Justiça. Descobriu que, na Comarca do Município de Rio Grande, quase todos os advogados não querem "mexer com a Marinha" e também que magistrados ostentam títulos de Amigo da Marinha. Assim, ação encampada por um advogado negro foi denegada e arquivada sob a justificativa de que a Marinha tem o direito de utilizar critérios subjetivos.

Nesta época, com 19 anos de Marinha, Walmir radicalizou e quase pediu baixa. Mudou de idéia, graças à mãe e às irmãs que, da Bahia, o aconselharam a ter um pouco mais de calma para não sair "com as mãos abanando". Já no dia 21 de maio de 2003, foi a vez de receber a Medalha e Passador de Prata "como reconhecimento aos bons serviços militares prestados durante mais de vinte anos". "Medalha você ganha. Promoção, que significa dinheiro e melhoria de condições de vida para a sua família, não", retruca Vera Lúcia.

De qualquer forma, três meses depois da medalha, Walmir lançou, com apoio do movimento negro da cidade de Rio Grande e repercussão na TV local, o CD Tribal + Tecno + Lógico, no qual apresenta doze composições próprias, entre elas, três parcerias com o compositor carioca Serginho Miriti (*Deixa a Vida me Levá, Negra Ângela*). Foi nesta época que Vera Lúcia entrou com o primeiro **habeas corpus** preventivo para que ele não fosse preso. Segundo ela, a ameaça teria sido feita porque o cabo, que continuava a ser o corneteiro das celebrações oficiais, num dia de intenso frio, desafinou no seu instrumento.

Reforma Já - Depois

disso, as coisas aconteceram de roldão. Já demonstrando problemas de saúde como hipertensão, colesterol alto e stress, Walmir teve recusada uma concessão de licença médica. Entrou com **habeas corpus** para obter o direito a gozar a licença. Não levou.

Em 01 de março de 2004, Vera e Walmir passaram quase nove horas no quartel em audiência administrativa. "Eu prestei depoimento

durante quatro horas, me senti constrangida, humilhada e coagida o tempo todo", denuncia a funcionária pública, que compareceu acompanhada pela advogada negra Stella Maris Santos Alves. Entre as muitas perguntas feitas, destacava-se a indagação sobre o paradeiro das armas e drogas que supostamente estariam na casa do fuzileiro naval na época da operação Rio 94. Conforme documentação incluída no dossiê de Walmir, as alterações nos depoimentos só foram revertidas após registro na Polícia Federal e deferimento de um Almirante encaminhado ao 5º Distrito Naval.

Em junho de 2004, o atraso de 10 dias em uma conta da água (R\$ 63) rendeu ao cabo uma audiência por contravenção disciplinar. (Mesmo não sendo o único inadimplente no condomínio militar em que mora, Walmir foi o único acusado de comprometimento do decoro da classe). Em agosto de 2004, Vera entrou em contato com a junta médica e obteve a licença que Walmir está gozando atualmente. No prontuário médico, consta o código do distúrbio psiquiátrico, paranóia.

Decidida, o que a companheira de Walmir reivindica é a reforma militar/aposentadoria de qualquer



Acima, Walmir Santos de Aragão, à esquerda sua esposa Vera Lúcia Ribeiro de Castro e abaixo Pedro Amaral, secretário executivo do Conselho da Comunidade Negra de Rio Grande.

jeito. "Já que ele não foi valorizado depois de mais de 20 anos, porque não liberá-lo para a aposentadoria? Ao divulgar tudo isso, o que eu quero é resolver a questão.

O Walmir é um homem novo. É uma grande injustiça que todos estes problemas destruam de vez com a saúde dele", desabafa Vera Lúcia.

Cópias do dossiê do "caso Walmir" já foram encaminhadas para a Ouvidoria e a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e à Secretaria Especial de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial (Seppir). A causa conta com a solidariedade de ativistas do Movimento Negro da cidade de Rio Grande, em especial do Núcleo Temático de Afro-descendência (Nutafro), e do secretário executivo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Social e da Cultura da



Comunidade Negra de Rio Grande, o pedagogo Pedro Amaral.

* Em 1910, João Cândido liderou, no Rio de Janeiro, então capital da República, a famosa Revolta da Chibata. O movimento reivindicava o fim de práticas do escravismo ainda utilizadas pela Marinha: os castigos corporais (chibata) e a constante humilhação. Saiba mais: *O Negro da Chibata - o marinheiro que colocou a República na mira dos canhões*, de Fernando Granato, Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2000; *João Cândido*, de Paulo Ricardo de Moraes, Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre (Outra História), Porto Alegre, 2000;

** Diony Maria é jornalista e especialista em Antropologia Social. (RS)

2005: o Ano de Promoção da Igualdade Racial, em tempos de poucos recursos

Mário Theodoro*



Foto: Carlos Moura

O Orçamento para o ano de 2005, aprovado pelo Congresso Nacional no final do ano passado, foi, enfim, sancionado pelo presidente da República. Já na forma de Lei, define os limites e prioridades governamentais para este ano. Seu caráter autorizativo permite ao Poder Executivo o manuseio da peça orçamentária em função de seus objetivos e interesses mais imediatos.

Ajustes fiscais, superávits nas contas públicas, controle de variáveis de curto prazo, tudo isso faz do Orçamento, ou, melhor dizendo, da possibilidade de ajuste dos gastos públicos dentro dos limites orçamentários, um efetivo instrumento de política econômica. Esse ponto já foi aqui discutido em número anterior. Mas é importante sua lembrança, até como subsídio ao entendimento da conjuntura na qual se insere este que é, efetivamente, o marco maior da ação do governo.

O Orçamento 2005 remonta grandes cifras. No total, envolve despesas da ordem dos R\$ 670 bilhões. Mas a realidade das restrições já se impõe. Nesta última semana, o governo anunciou um corte de cerca de R\$ 16 bilhões, que atinge, de um modo geral os ministérios setoriais, com destaque para o Ministério

dos Transportes, das Cidades, do Desenvolvimento Agrário, entre outros.

No que tange à questão da Promoção da Igualdade Racial, o Orçamento 2005 manteve o espírito que tem pautado a perspectiva governamental desde o início da gestão Lula. Recursos extremamente reduzidos, da ordem dos R\$ 19,8 milhões (atenção, milhões, e não bilhões), atinentes sobretudo ao Programa de Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial e ao Programa Brasil Quilombola, a cargo da Seppir.

Caberia àquela secretaria, portanto, de acordo com o princípio estabelecido por seus idealizadores, a tarefa de coordenar a ação governamental em todos os âmbitos, tendo em vista a promoção da igualdade racial. Tal empreitada, no entanto, exige empenho, criatividade, além do convívio com o sempre iminente fantasma do contingenciamento.

Só para se ter uma idéia, em 2004, pelos dados do SIAFI, houve um contingenciamento de recursos que fez com que apenas 76 % do total previsto no orçamento para a promoção da igualdade racial compreendessem o que foi efetivamente executado. Em outras palavras, dos recursos disponibilizados no ano passado para a Seppir,

cerca de ¼ não foram gastos. Isto em si não configura algo estranho à realidade vivenciada pela máquina pública. De fato, contingenciamentos desta magnitude têm atingido, de modo generalizado, os diferentes ministérios.

No entanto, ao detalharmos em termos das ações, no que diz respeito à Seppir, o caso de duas dessas ações chama nossa atenção. Trata-se da ação de "Formulação de Políticas de Ações Afirmativas" e do "Apoio a Iniciativas de Promoção da Igualdade Racial". Juntas, essas ações respondiam por 27,8% da dotação inicial de recursos prevista para 2004. Ambas tiveram um percentual de execução abaixo da média da Secretaria, alcançando índices da ordem de 70,9% e 65,9%, respectivamente. Isso significa que, ações consideradas basilares poderiam ter sido incrementadas mesmo sob o teto orçamentário imposto. Há, portanto, a possibilidade de que sejam potencializados os esforços da Secretaria, mesmo com a inexistência de grandes saltos nos valores orçamentários. A experiência acumulada nos anos anteriores pode ser o fiel da balança para 2005.

Além disso, a missão da Seppir parece estar, neste ano, mais bem balizada, já

que, por iniciativa do presidente da República, 2005 é considerado o Ano de Promoção da Igualdade Racial. Em solenidade no Palácio do Planalto em janeiro último, o governo explicitou a questão racial como linha prioritária para o exercício de 2005.

Isso aumenta a responsabilidade e também a possibilidade de ação da Seppir. Responsabilidade da Secretaria como ponta de lança institucional de uma ação tida agora como primaz. Possibilidade de melhor coordenar as ações nas diferentes áreas governamentais, tendo em vista o próprio posicionamento presidencial. O diálogo promissor, e necessário, com os diferentes ministérios deverá ser incrementado. Da sensibilização dos entes setoriais pode emergir uma agenda de ação, com metas e objetivos explicitados em cada área.

O espaço de ação é imenso. Do aprimoramento e da disseminação de ações como o programa de bolsas de estudo para estudantes negros, interessados em seguir a carreira diplomática, de iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, à efetivação de programas de ação afirmativa em grande escala. Da reativação dos Núcleos de Promoção e Equalização de Oportunidades e Combate à Discriminação, das

DRT's, ao incremento da qualificação profissional direcionada à população negra, no âmbito do Ministério do Trabalho. Do apoio à ampliação do Programa Diversidade na Universidade, do Ministério da Educação, às ações de saúde dirigidas especificamente aos negros, além das ações diretas de combate à discriminação, cuja parceria com o Ministério Público parece algo importante.

Enfim, há já um amplo conjunto de ações, algumas em andamento, outras inertes, e que dizem respeito, direta ou indiretamente, à questão racial, e às respostas institucionais e/ou governamentais existentes, onde a presença da Seppir é indispensável. Tudo isso parece delinear um quadro promissor, a despeito dos reduzidos recursos. Oxalá que a Marcha Zumbi + 10 possa estar já comemorando, em novembro, os frutos do Ano de Promoção da Igualdade Racial, pela reversão deste quadro que teima em se apresentar como síntese da desigualdade racial à brasileira, a despeito de toda luta travada, sobretudo pelo Movimento Negro. É o que se espera neste ano da Igualdade Racial, apesar, repetimos, dos poucos recursos disponíveis.

* Doutor em economia e consultor do Senado Federal

De olho no STF: rastreamento a questão racial

Ana Luiza Pinheiro Flauzina*



Definitivamente, minha inexperiência ainda me prega peças. Quando me foi sugerido escrever um artigo que radiografasse o Supremo Tribunal Federal na perspectiva das questões diretamente relacionadas aos interesses da população negra, acatei a sugestão com ingenuidade. De alguma forma, esperei encontrar os conflitos raciais do cotidiano explicitamente traduzidos na burocracia jurídica, mesmo que de maneira tímida. Afinal, assim estão os relacionados às questões patrimoniais, agrárias e tantas outras. Por mais forte que fosse a democracia racial brasileira, não seria esta capaz de silenciar tudo, por tanto tempo. Equivoquei-me.

Se no sentido das lutas coletivas já se sinalizam algumas tensões explicitadas, no plano individual essa dimensão nunca está contemplada. São milhares de incidentes jurídicos penais, civis, trabalhistas e de tantas outras searas que, em última instância, são a tradução de relações frustradas entre indivíduos ou indivíduos e instituições. Cabe, portanto, à aliança de um racismo privado muito sofisticado e de uma prática institucional discriminatória elaborada impedir que os conflitos raciais componham, de fato, um elemento de análise nas causas avaliadas pelo universo jurídico. Essa é a única conclusão a que se pode

chegar quando, por exemplo, constatamos o silêncio no que se refere a essa temática, na análise de questões penais que estão, nas ruas, explicitamente orientadas pelo racismo e, institucionalmente, sufocadas pela conservação intencional da leitura equivocada que se faz das relações raciais brasileiras.

Tendo em vista essas dificuldades, resolvi apresentar aos leitores o Supremo Tribunal Federal, dando ênfase às demandas coletivas em curso que mais de perto interessam à população negra, reconhecendo que, no plano dos interesses individuais, ainda há muito que percorrer para sensibilizarmos o campo jurídico.

O Supremo Tribunal Federal é, ao lado do Superior Tribunal de Justiça, a Corte maior na hierarquia do universo jurídico, tendo como competência primeira e fundamental a guarda da Constituição Federal. É composto por onze ministros dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada (conceito um tanto controverso), nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria abso-

luta do Senado Federal.

Trata-se, portanto, de um Tribunal que, dentre outras atribuições, tem em suas mãos a prerrogativa de, quando provocado, dizer em caráter definitivo se uma disposição normativa (lei, decreto, etc.) está em desconformidade com os parâmetros constitucionais. Só no ano de 2004, entre decisões monocráticas e decisões colegiadas, foram julgados 101.690 casos no Supremo Tribunal Federal, correspondendo a interesses individuais ou coletivos.



Uma avaliação exaustiva do que tramita na referida Corte torna-se, portanto, tarefa de difícil realização.

Sendo o espaço eleito para o debate da constitucionalidade das leis, o STF passa a ser um ambiente de disputas políticas fundamental, especialmente na atual conjuntura que sinaliza para a análise da procedência das políticas de ação afirmativas dirigidas à população negra.

Esse debate polêmico e

acalorado não está longe de tomar fôlego no palco de uma das principais Cortes do país. Já está tramitando no STF uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) que visa, como sugere sua denominação, declarar a inconstitucionalidade da lei ou ato que gerou as referidas políticas de inclusão racial. Trata-se da ADIN 3197, proposta pela Confenem (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino), questionando a Lei Estadual nº 4151, de 04 de setembro de 2003, do estado do Rio de Janeiro, que instituiu neste estado da Federação o sistema de cotas para o ingresso de candidatos ao ensino superior ministrados pelas universidades públicas estaduais fluminenses.

Atentos à necessidade de participar ativamente nesse debate jurídico, várias organizações do Movimento Negro vêm se articulando em torno do Amicus Curie (Amigo da Corte). Trata-se de uma previsão legal, que permite a intervenção de terceiros no processo, sendo-lhes facultada, dentre outras prerrogativas, a sustentação oral no dia do julgamento. Ou seja, algumas represen-

tações eleitas, poderão, em nome dessas entidades (já são 22), defender uma posição favorável às políticas de ação afirmativa na perspectiva da população negra, no pleno do Supremo.

É importante ressaltar que a recente decisão do ministro Nelson Jobim, presidente do Supremo Tribunal Federal, cassando a liminar que obrigava a Fama (Faculdade de Medicina de Marília) a destinar 30% das vagas a alunos de escolas públicas e com renda familiar per capita de até um salário mínimo, não se configura numa análise de mérito da constitucionalidade das políticas de ação afirmativa. O que se percebeu no presente caso, foi um vício de natureza formal, na medida em que as cotas foram impostas pelo Judiciário (o Ministério Público moveu uma ação determinando a adoção de cotas, que fora acatada pela Justiça de Marília). Ou seja, a faculdade não poderia ser obrigada a adotar uma política não prevista em lei, por força de uma liminar da justiça. Nesse caso, tratando-se de uma instituição estadual, caberia ao Legislativo (a exemplo do que ocorreu no Rio de Janeiro) determinar a implementação das políticas de ação afirmativa. Vemos.

portanto, que, para além das resistências, o questionamento acatado girou em torno da forma como fora adotada a política e não de seu conteúdo, sua legitimidade.

Além dessa importante discussão no plano educacional, também tramita no STF a ADIN 3239, proposta pelo PFL (Partido da Frente Liberal), contra o Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Requer-se, à similitude da outra ação, que seja o dispositivo legal considerado inconstitucional. Em termos práticos, que sejam desconsiderados os espaços reivindicados pelos quilombolas, restringindo-se os territórios das comunidades remanescentes às arelas comprovadamente ocupadas por quilombos na fase imperial da história do Brasil.

Já houve solicitação de

algumas entidades para participarem da ação na qualidade de Amicus Curie, porém nenhuma do Movimento Negro se manifestou nesse sentido até o presente momento.

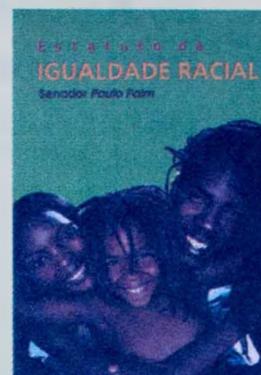
Certamente, muito mais há que se vasculhar no Supremo. A ADIN 3330, por exemplo, que questiona a constitucionalidade do PROUNI, também nos atinge diretamente. Além disso, nas poucas discussões travadas em termos de interesses individuais em que o racismo se explicita, há alguns debates que retornam à cena rotineiramente, como a discussão que confronta os crimes de racismo e injúria qualificada. (firmou-se em julgamento o entendimento de que, sendo configurado o crime de racismo, fica absorvida a injúria qualificada, por ser delito de menor gravidade, devendo prevalecer o delito mais grave, ou seja, o crime de racismo).

Percebe-se, portanto, pelo tamanho dos embates que teremos de enfrentar, que há necessidade de um monitoramento jurídico refinado do Supremo Tribunal Federal. É importante per-

ceber que a cena que caracteriza o campo jurídico, em geral, está defasada em relação às transformações sociais. É meio como se o Direito estivesse sempre correndo atrás da vida. Na linha de chegada, se cruzam as informações dos grupos que transitam num espaço que historicamente foi só seu e nossas reivindicações, que chegam com ares de inovação. É muito forte a tradição que estamos tentando abalar. Queremos, em última instância, que o Judiciário se comprometa jurídica e politicamente com uma mudança estrutural, que se opõe aos interesses dos grupos que o legitima e compõe. Nesse sentido, nossa interferência habilitada será de fundamental importância na tomada de decisões que nos contemplem. As alianças que já começamos a construir e a articulação de uma rede capaz de pressionar são essenciais para que nossos anseios reais se materializem em decisões de reconhecimento de direitos que são, há muito, negligenciados.

* Advogada, mestranda em direito e ativista do EnegreSer/UnB

Comissão de Educação aprova Estatuto



Com parecer da senadora Roseana Sarney, foi aprovado na Comissão de Educação do Senado Federal o PLS nº 213, de 2003, de autoria do senador Paulo Paim, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Na análise que fez do projeto a senadora Roseana destacou que 'tal como em outros países, a discriminação racial encontra-se na origem de grande parte da desigualdade que se verifica hoje entre brasileiros negros e brancos. No entanto, aqui a discriminação não contou com a colaboração ativa e aberta do ordenamento legal, mas persistiu e prosperou até hoje à sombra da omissão das leis'.

Uma emenda suprimiu o artigo 20 do Estatuto, que tratava da introdução da disciplina História da África e do Negro no Brasil. A razão da supressão é a existência da Lei 10.639/03.

A senadora propôs e a Comissão de Educação do Senado aprovou uma troca no art. 52, que estabelecia uma cota de 20% aplicada às vagas relativas aos cursos de graduação de "todas as instituições de educação superior do território nacional". Em seu lugar ficou declarado que "as instituições de educação superior devem adotar programas de ação afirmativa, com o objetivo de elevar a participação dos afro-brasileiros nos seus quadros discentes".

Um parágrafo a este artigo assegura que os programas a serem implementados pelas instituições de educação superior serão considerados nos processos de avaliação para o credenciamento institucional, nos termos do art. 46 da lei de Diretrizes e Bases (LDB).

A outra modificação foi no caput do artigo 57, que trata dos meios de comunicação e assegura uma participação de no mínimo 20% de afro-brasileiros, nas peças publicitárias destinadas à veiculação nas emissoras de televisão e em salas cinematográficas. A senadora Roseana Sarney apenas incluiu a expressão "quando contiverem pessoas".

Agora faltam duas comissões, a de Assuntos Sociais e a de Constituição e Justiça. O projeto, no Senado, não precisa ir a plenário. Após a Comissão de Constituição e Justiça, seguirá para a Câmara dos Deputados. Na Câmara, a outra versão idêntica do projeto está pronta para votação no plenário, onde aguarda a boa vontade dos partidos e do governo federal, desde dezembro de 2002. O PFL está acelerando as coisas no Senado.

Ação	Questionamento	Requerente	Relator	Resultado Liminar
ADIN 3197	Questiona a lei estadual que institui o sistema de cotas para o ingresso de candidatos ao ensino superior nas Universidades públicas estaduais fluminenses.	CONFENEN (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino)	Ministro Sepúlveda Pertence	Aguardando julgamento
ADIN 3239	Questiona o decreto que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos.	PFL (Partido da Frente Liberal)	Ministro Cezar Peluso	Aguardando julgamento



Foto: Carolina Pires

Em busca de uma nova independência

Um ano após a deposição de Jean Bertrand Aristide, os haitianos lutam para definir os rumos do próprio país. Eles querem substituir ações militares por parcerias. O Brasil começa a ouvi-los.

Juliana César Nunes*

Único país no período colonial em que os escravos se rebelaram e conquistaram o poder, em 1804, o Haiti busca hoje uma nova independência. Dessa vez, capaz de tirar a maior parte da população da miséria e restituir a autonomia política da nação negra. Aos olhos internacionais, a instabilidade haitiana atingiu o ápice há um ano, época em que Jean Bertrand Aristide - padre católico, eleito presidente com 92% dos votos em 2000 - enfrentava a insatisfação popular e acusações de corrupção, além dos históricos boicotes comerciais norte-americanos. Aristide acabou deposto em 29 de fevereiro, quando partiu para o exílio na África do Sul.

Uma força de paz, liderada inicialmente por Estados Unidos e França, praticamente assumiu o governo. Há quase nove meses, o Brasil passou a coordenar a missão das Nações Unidas (ONU). Em meio a embates da população com a polícia local, acusada de truculência - um dos confrontos chegou a ferir três militares brasileiros na última semana de fevereiro e matar dois boinas azuis asiáticos em março - pesquisadores e organizações

não-governamentais haitianas reivindicam parcerias no lugar de ação militar.

Um relatório recém-divulgado pela organização não governamental Justiça Global e pelo Programa de Direitos Humanos da Faculdade de Direito de Harvard aponta falhas na ação da Força de Paz. A Minustah não estaria sendo bem-sucedida no desarmamento da população, no reforço institucional como forma de garantir o processo político e na realização de relatórios sobre direitos humanos. O documento sugere que a Força de Paz se afaste cada vez mais da polícia local e passe a desempenhar uma função de total parceria com a sociedade haitiana. Para isso, seria necessário, por exemplo, uma maior aproximação das tropas com as comunidades, até mesmo com o ensino do creole ou francês para os soldados.

O economista e educador haitiano Camile

Chalmers esteve no último Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e chegou a defender a retirada das tropas da Força de Paz, reivindicada também na declaração lançada ao final do evento no Rio Grande do Sul. Para Chalmers, ainda impera o que o cientista

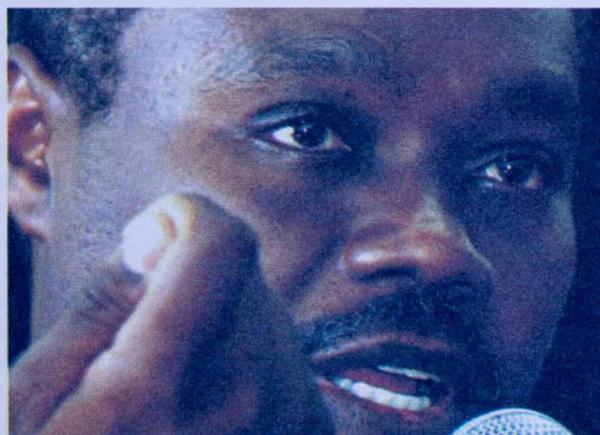


Foto: Marcello Casal/ABR

Camile Chalmers, economista haitiano, defende a retirada das tropas da "Força de Paz"

social haitiano Gérard Pierre-Charles - morto em outubro do ano passado - definia como argumento comum ao velho e ao novo colonialismo. Ou seja, "a necessidade de restaurar a ordem num país de negros incapazes de se governarem a si mesmos".

Durante o Fórum, em entrevista ao jornalista Aloísio Milani, da Radiobrás, Chalmers disse acreditar que a atual situação impe-

de a reconstrução do país a partir da perspectiva dos seus próprios habitantes. "Como o Brasil pode ajudar o projeto de atuação? Ajudar na criação de instrumentos políticos novos. Trocar seus 1.200 militares no Haiti por médicos, engenheiros florestais, educadores populares, especialistas em saúde pública e isso cria uma outra perspectiva", sugere o economista.

Para os intelectuais haitianos, os acordos de cooperação já firmados e em planejamento são bem-vindos. Da parte brasileira, até

o momento, a parceria melhor delineada está no setor agrícola. A escolha não é gratuita. A vocação rural do país é histórica. Ainda no período da escravidão, o Haiti se destacou no cenário mundial da cana-de-açúcar. Após a independência, o café passou a ser um dos produtos mais exportados. Mas acabou não trazendo desenvolvimento ao país. As riquezas permaneceram concentradas nas mãos de

latifundiários.

Ainda assim, sem o apoio de nenhum império, a ex-colônia francesa enfrentou dificuldades com a falta de tecnologia, problema que persiste. Um dos projetos de cooperação bilateral proposto pelo Brasil trata justamente dessa área. Ele está vinculado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Com custo estimado de US\$ 119.400 e duração prevista de dez meses, o projeto terá como objetivo melhorar o desempenho da cultura de mandioca.

"Além da assistência técnica e capacitação, vamos oferecer sementes de plantas mais adequadas ao local e com maior potencial de produtividade", conta Washington Luiz de Carvalho, técnico da Embrapa responsável pela parceria com o Haiti. Em 2004, ele esteve no país fazendo o diagnóstico da lavouras. "A mandioca é muito importante na alimentação dos haitianos. Lá, eles fazem até beiju de farinha de mandioca", revela o agrônomo.

De acordo com ele, em outro projeto, a Embrapa vai transferir tecnologias de produção e beneficiamento

de caju, com foco na castanha. Esse projeto terá duração prevista de dois anos e três meses e custo estimado de US\$ 121.680. Uma pequena indústria de beneficiamento da castanha já foi enviada ao Haiti. Dois técnicos viajaram no início de março para instalar a máquina. A equipe que cuida do projeto da mandioca também embarcou para Porto Príncipe nas últimas semanas. A Embrapa ainda planeja atuar na área de irrigação, utilização de recursos naturais e contenção de erosões no solo.

Educação e Saúde

Em dezembro de 2004, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, esteve em uma escola da capital haitiana para entregar 200 kits de material escolar. O kit possui bolsa, caneta, lápis, borracha, apontador, estojo e cadernos. Está prevista a entrega, ainda em 2005, de 15 mil kits desse tipo para escolas da rede pública haitiana. A primeira escola beneficiada - Escola Duque de Caxias - foi reformada pelos soldados brasileiros na região.

Para completar as ações na área de educação, o Brasil estabeleceu uma

parceria com o Banco Mundial para o co-financiamento do Programa Nacional de Merenda Escolar do Haiti. O acordo beneficia 35 mil estudantes haitianos de ensino fundamental dos bairros mais pobres do país. O Banco Mundial contribui com US\$ 789.540 para a execução do projeto, enquanto o Brasil participa com US\$ 300.000. A previsão é distribuir diariamente merendas balanceadas, ricas em micronutrientes (iodo, ferro, vitamina A).

Ainda com o Banco Mundial, o Brasil estabeleceu uma parceria em prol do Haiti que envolve a prestação de serviços de coleta de lixo. O programa contará, por 12 meses, com aporte de US\$ 500 mil do Banco Mundial e contribuição brasileira de US\$ 125 mil. Cinco projetos-piloto serão desenvolvidos em regiões carentes de Porto Príncipe. O projeto inclui também o fornecimento de serviços de consultoria para tratamen-

to de resíduos, bem como definição de estratégia de longo prazo (dez anos) para esta área.

"Começamos a atuar na coleta de lixo em alguns bairros e em todos eles buscamos parceria nas associações de bairro. Elas têm uma representatividade e liderança incríveis aqui", observa o comandante da missão de paz, general Augusto Heleno Ribeiro. O



Foto: Ana Nascimento/ABR

Um cerco de 200 anos sufoca expectativas e esperanças das novas gerações no Haiti

general é um dos maiores defensores da promoção de uma Campanha do Desarmamento no Haiti, aos moldes da realizada no Brasil.

Calcula-se em 300 mil o número de armas em circulação no país da América Central. As bases legais para uma campanha em solo haitiano estão é nego-

ciação. O início da entrega das armas está previsto para abril. A Organização Não-Governamental Viva Rio irá auxiliar o Haiti no esforço de coleta. O diagnóstico e planejamento da ação começaram a ser feitos no final de janeiro pela Ong, que enviou técnicos para Porto Príncipe.

Na área de saúde, a parceria entre Brasil e Haiti começou ainda em junho de 2004 com o envio de kits de farmácia básica, contendo hipoclorito de sódio, vacinas anti-rábica e para hepatite B. O atendimento emergencial agora é substituído por ações que devem ajudar

na reestruturação do sistema de saúde da capital haitiana. Esse projeto está sendo desenvolvido pelos técnicos dos ministérios da Saúde do Brasil e do Canadá, já no local para diagnosticar a situação de desnutrição, sistemas sanitário e de imunização. A capacitação dos profissio-

nais de Porto Príncipe é o principal eixo de atuação.

Com 7,5 milhões de habitantes, o Haiti tem uma expectativa de vida que não ultrapassa dos 52 anos. O vírus do HIV já contaminou 6% da população. Duas línguas predominam no país: o francês e o creole. Cerca de 95% dos haitianos são negros. E apesar de a religião católica ser predominante, existem quase 4 milhões de praticante de religiões com origem africana. Isso mostra que, apesar de não falarem a mesma língua, Brasil e Haiti compartilham diversas manifestações culturais e religiosas. Do carnaval aos terreiros de candomblé.

Semelhanças e diferenças devem ser reveladas em uma parceria ainda com contornos indefinidos entre os ministérios da Cultura. Um convênio assinado em fevereiro prevê um programa de intercâmbio cultural e a criação de casas de cultura nos dois países. Esses canais podem tornar ainda mais fácil a sensibilização dos brasileiros para as reais necessidades do vizinho distante geograficamente, mas com origens e história que podem nos ajudar a repensar a trajetória negra no Brasil.

* Jornalista (DF)

OEA cria Relatoria Especial sobre os afro-descendentes

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), criou uma Relatoria Especial sobre os Direitos das Pessoas Afro-descendentes, e sobre Discriminação Racial. A função de Relator Especial será exercida por Clare Roberts, recentemente eleito presidente da CIDH. A Relatoria Especial se dedicará a estimular, sistematizar, fortalecer e consolidar a ação da CIDH referente à questão racial.

Um dos principais objetivos da Relatoria Especial é o trabalho com os Estados integrantes da OEA, no sentido de gerar consciência do dever estatal de respeitar os direitos dos afro-descendentes e promover a eliminação de todas as formas de discriminação racial. Com a sociedade civil, o trabalho estará focado em disseminar no hemisfério o conhecimento das garantias e mecanismos que o sistema interamericano de direitos humanos oferece para a proteção dos direitos dos afro-descendentes contra a discriminação racial. A Relatoria manterá uma base de dados com a informação mais recente relacionada com os direitos dos afro-descendentes e a discriminação racial nos países membros, ou com progressos alcançados nessa matéria, que tenha sido recolhida por meio de sua rede hemisférica.

Entre outras funções, cabe ao Relator Especial, por exemplo, analisar queixas sobre racismo e discriminação racial recebidas pela CIDH e informar ao órgão a correspondente opinião e recomendações. O Relator Especial trabalhará com as outras Relatorias Especiais da CIDH nas matérias que se entrelaçam com os temas ligados aos afro-descendentes e à discriminação racial. E também atuará em colaboração com os órgãos pertinentes da Organização das Nações Unidas (ONU), o que inclui o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, o Grupo de Trabalho sobre Afro-descendentes, e o Relator Especial sobre Discriminação Racial.

Religiões Afro lutam pelo direito de resposta na TV

Ana Luiza Pinheiro Flauzina

O Ministério Público Federal, em peça assinada pela procuradora da República, Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, e o advogado e presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, Hédio Silva Junior, propôs uma Ação Civil Pública em face da Rede Record de Televisão, Rede Mulher de Televisão e União Federal.

O ajuizamento da ação se deu como desdobramento de uma série de investidas que se iniciaram dia 15 de dezembro de 2003, quando várias entidades afro-brasileiras, apresentaram uma representação ao Ministério Público Federal, para que houvesse instauração de procedimento administrativo, a fim de se apurar eventual preconceito e discriminação racial praticada pela Rede Record de Televisão e Rede Mulher de Televisão. Devidamente oficiadas, as emissoras recusaram-se a conceder o direito de resposta pleiteado pelas entidades, o que culminou na judicialização da demanda.

A peça formalizada pelos juristas supracitados, para além de cumprir a função substantiva de apresentar os fundamentos jurídicos que legitimam o pedido, consegue dar a exata dimensão da importância de se preservar e proteger as religiões afro-brasileiras, como parte do patrimônio cultural do país.

Em primeiro lugar, chama-se a atenção para o fato de que a diversidade religi-

osa deve ser preservada. Mais que isso, acolhida. Acolhida no sentido de garantir que os indivíduos, que optarem por professar alguma crença, se sintam confortáveis e respeitados nesta escolha.

Nesse sentido, a invasão das igrejas neopentecostais aos meios de comunicação de massa, na exibição de diversas cenas com pastores pregando implícita ou explicitamente contra as religiões afro-brasileiras, só pode ser entendida como uma violação dos direitos sociais e individuais indisponíveis dos cidadãos. Ou seja, apesar de ser autorizado o proselitismo religioso (as pregações, a fim de atrair fiéis), a liberdade religiosa não pode ser entendida como absoluta, devendo respeitar outras manifestações, igualmente legítimas.

Uma outra questão apontada pelos juristas, diz respeito à responsabilidade que o Estado brasileiro tem para com a permissão para a exibição desse tipo de programa. De acordo com seu entendimento, a laicidade do Estado, determinada pela Constituição, é ferida na medida em que este subvencionia, ainda que de forma indireta, grupos religiosos e mantém com as igrejas relações de dependência ou aliança que tem por objeto a comunicação de idéias de cunho religioso.

Além disso, é importante atentar para o fato de a Constituição federal assi-

nal, como dever do Estado democrático, resguardar os meios de comunicação de massa da formação de monopólios, garantindo o pluralismo de idéias e concepções.

Observa-se ainda flagrante ofensa à dignidade da pessoa humana, vez que a honra e a dignidade das pessoas estão sendo lesionadas (dentre os abusos mais graves vemos os pais e mães-de-santo sendo sistematicamente chamados de pais e mães-de-encosto nos programas exibidos, associados ao demônio e a espíritos maléficos).

Como forma de reparar o dano causado, os juristas chamam a atenção para o fato de que uma indenização por danos morais coletivos seria insuficiente. É preciso que seja concedido o direito de resposta para que a população brasileira, que diariamente recebe informações pejorativas sobre as religiões de matriz africana, possa agora ter acesso à informação completa. O direito de resposta é o único instrumento capaz de garantir à comunidade lesada o direito de expressar sua versão dos fatos de maneira equivalente à que vem sendo utilizada pelas igrejas neopentecostais.

Um outro ponto importante suscitado pelos juristas é o que assinala a possibilidade da União Federal, constatando o prejuízo que os referidos programas causam aos praticantes das religiões afro-brasileiras, em especial à população negra,

passar a integrar o pólo ativo da demanda. Ou seja, se persistir em se manter omissa face às ilegalidades cometidas terá de responder como ré pelos prejuízos causados, podendo, contudo, rever seu posicionamento e passar a processar as redes televisivas juntamente com o Ministério Público Federal.

Sendo a imediatividade um pressuposto essencial do direito de resposta, é necessário seja concedida a tutela antecipada do pleito, ou seja, que não se espere o final da ação para que se reconheça o referido direito. Além disso, os juristas requerem que as emissoras Rede Record e Rede Mulher de Televisão, a partir da determinação judicial, coloquem à disposição das associações autoras do pedido, estúdio e estrutura pertinentes para a gravação e exibição de 30 (trinta) programas televisivos, com duração de duas horas cada, a serem exibidos em 30 (trinta) dias consecutivos, no horário de 21:00 às 23:00 horas. A exibição deve começar no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a intimação da decisão, sob pena de multa diária no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para cada uma das emissoras.

A ação, proposta em dezembro de 2004, tramita na justiça federal e ainda aguarda julgamento. Contamos com os nossos direitos reconhecidos ética e legalmente. A iniciativa das entidades do Movimento Negro inaugura uma

batalha que obriga o poder público a uma tomada explícita e definitiva de posição. Não há meio termo. Ou se reconhece a discriminação racial ou se assume a aliança com a máquina evangélica, que vem trabalhando para demolir uma de nossas mais importantes referências culturais. Eles contam com uma articulação política de peso, que lhes permitiu até hoje atuar no campo da imoralidade, na esteira de uma história brasileira que, com sua capacidade de apagar tudo o que é negro e legítimo, tem sustentado sua intervenção. Só podemos apostar numa conjuntura favorável e em nossa capacidade de pressionar esse campo jurídico que, se pretendendo objetivo, é tão político e ideologizado.

Ação acusa Record de demonizar negros

A procuradora da República Eugênia Fávero entrou com ação cível contra a Record e a Rede Mulher, TVs da Igreja Universal do Reino de Deus, por exibirem programas que, segundo ela, demonizam religiões afro-brasileiras (candomblé, umbanda). A ação acaba de virar processo na 5ª Vara Cível Federal. Atende a representação de entidades afro-brasileiras, que há um ano fizeram passeata na avenida Paulista.

Na ação, também assinada por Hédio Silva Júnior, coordenador da Comissão de

Direitos Humanos da OAB-SP, Record e Rede Mulher são acusadas de preconceito religioso e racial e de violarem a Constituição Federal. As emissoras são acusadas de infringir a liberdade de crença ao transmitirem programas, produzidos pela neopentecostal Igreja Uni-

versal, em que as religiões afro-brasileiras são referidas com termos como "encosto", "demônios", "bruxaria" e "feitiçaria".

A ação pede liminar em que a Record e a Rede Mulher sejam obrigadas a fornecer estúdios e profissionais para a gravação de 30

programas de duas horas cada um, a serem exibidos das 21h às 23h, como direito de resposta coletivo às entidades ofendidas. A Record disse que não irá comentar o assunto, porque desconhece oficialmente a ação. A Rede Mulher afirmou que os "programas são

de responsabilidade de quem os produz". A Igreja Universal não se pronunciou. Por Daniel Castro, dezembro de 2004, na Folha de S. Paulo

A procuradora da República Eugênia Fávero entrou com ação cível contra a Record e a Rede Mulher, TVs

da Igreja Universal do Reino de Deus, por exibirem programas que, segundo ela, demonizam religiões afro-brasileiras (candomblé, umbanda).

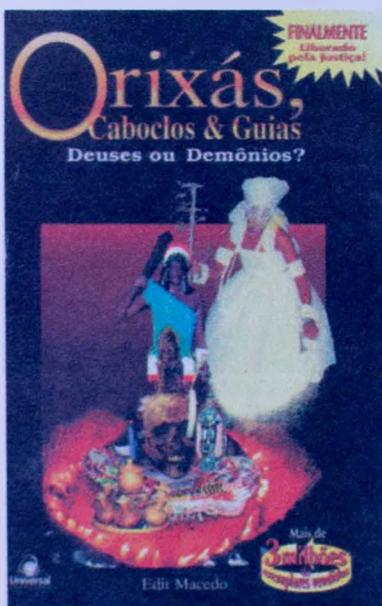
A ação acaba de virar processo na 5ª Vara Cível Federal. 16/12/2004.



O Crime do Bispo

Samuel Vida*

Livro do bispo Edir Macedo contém ataques racistas contra as religiões de matriz africana



A representação formulada pelo Ministério Público Estadual, através do Promotor Livaldo Raimundo Brito, é resultante da crescente mobilização e reação política do "povo de santo", que, durante os últimos cinco anos, tem protagonizado a organização do Movimento Contra a Intolerância Religiosa – MCIR, e realizado várias manifestações, atividades institucionais e oferecido denúncias contra manifestações

núncia exigindo providências, bem como a realização de histórica sessão especial na Câmara dos Deputados. As atividades desenvolvidas pelo MCIR ultrapassaram o mero enfrentamento com os neopentecostais, sempre evidenciando a existência de outra dimensão da intolerância religiosa que é a praticada institucionalmente pelo Estado, bem como a estreita vinculação entre discriminação religiosa e racial.

Em Salvador, foram apresentadas várias denúncias de casos de intolerância e discriminação religiosa e encaminhadas ao Ministério Público Estadual, ocasionando sete processos penais contra religiosos cristãos: 01 padre católico, 01 bispo evangélico, alguns pastores e adeptos de seitas neopentecostais diversas. As denúncias e ações do MCIR viabilizaram a modificação do conteúdo e forma de um programa de tv local dirigido por um bispo evangélico e a redefinição do conteúdo, nome e horário de apresentação de outro programa evangélico veiculado pela Rede Record de propri-

idade da IURD. A atuação do MCIR oportunizou, ainda, a aprovação pela Câmara Municipal de Salvador do Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa.

O MCIR tem sustentado que o livro do Bispo Edir Macedo se constitui numa manifestação discriminatória de natureza racial e religiosa, configurando a prática criminosa prevista pela Lei 7716/89, artigo 20, § 2º, portanto agravada por se utilizar de publicação. A pena prevista é de reclusão de 2 a 5 anos e multa. Também poderá ser determinado o recolhimento dos livros e, após a condenação, a sua total destruição.

A respeito do caráter racista do crime do Bispo vale lembrar a histórica decisão do STF, no caso do nazista Siegfried Elwanger. Em sua defesa, Elwanger argumentou que os judeus não se constituíam numa raça, mas num povo ou numa religião, portanto o conteúdo anti-semita de suas publicações não poderia ser caracterizado como racismo. Entretanto a decisão firmada pelo STF afas-

tou essa manobra diversio-nista, reconhecendo o caráter racista da publicação, estabelecendo o precedente que evitará o escapismo dos que pretendem restringir o fenômeno da intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana a mera "guerra santa" ou a quere-las religiosas.

O acionamento do Bispo Edir Macedo fortalecerá a mobilização e a iniciativa dos adeptos das religiões de matriz africana na luta contra o racismo e as violações à liberdade de crença e culto, colocando em evidência a IURD como principal fomentadora das ações criminosas praticadas diariamente em todo o país, inclusive pelos meios de comunicação.

*Samuel Vida – *Ogã do Terreiro do Cobre, Advogado, Professor de Direito da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Católica do Salvador, Coordenador do AGANJU – Afro-Gabinete de Articulação Institucional e Jurídica, Coordenador do Programa de Pesquisa e Extensão Direito e Relações Raciais – UFBA.*

No dia 16 de fevereiro de 2005, em Salvador, a Procuradoria da República foi provocada a se manifestar sobre a publicação "Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?", de autoria do Bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD. O livro, que já se encontra na 15ª edição, circula há alguns anos e contém ataques contra as religiões de matriz africana, atribuindo-lhes caráter demônio.

de intolerância praticadas, principalmente, por seitas neopentecostais, que violam direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal e são caracterizadas como crime pela legislação penal.

O MCIR, nesse período, promoveu algumas passeatas, seminários, audiências junto a várias autoridades municipais, estaduais e federais, incluindo, em março de 2003, a entrega ao Presidente Lula de uma carta-de-



Seminário debate violência contra os negros

Vânia Dias dos Santos*

Ator do Bando Teatro Olodum é vítima de agressão racista em Salvador. Para quem existe cidadania no Brasil?

Cerca de 150 pessoas estiveram presentes no dia 28 de fevereiro, segunda-feira, no Teatro Vila Velha, para participar do debate "Quem protege a violência, quem a alimenta". Esta atividade fez parte de protesto iniciado pelo Bando Teatro Olodum. Às vésperas de seu aniversário de 15 anos, o Bando teve um de seus integrantes agredido por um membro da polícia do Exército, durante o carnaval.

O Bando suspendeu a temporada do espetáculo "Cabaré da Raça" e o palco cedeu espaço àquilo que na voz de Márcio Meireles, diretor do teatro e também do Bando, representa a essência do teatro: o dever de informar, conscientizar e estimular o exercício da cidadania. "O teatro não pode transformar, é o público quem pode alterar as coisas. Não é um prazer a gente estar aqui, é uma necessidade", declarou Márcio na abertura do evento.

Sérgio Luís Laurentino, ator e integrante do Bando Teatro Olodum, dirigia-se às imediações do Viaduto da Av. Contorno, no dia 5 de fevereiro, às 4h20 da madrugada com o intuito de urinar, quando foi agredido na cabeça e pelas costas, pelo soldado do Exército Charles Van de Arruda Nunes Mata. Após a agressão, ainda com ferimentos, Laurentino foi conduzido à 1ª Delegacia, nos Barris, onde a delegada Patrícia Regina se recusou a recebê-lo naquelas condições. Sendo encaminhado ao HGE -

Hospital Geral do Estado, a vítima declarou ter sido intimidada pelo soldado Arruda com frases racistas como "preto nojento", "cara de ladrão", "só podia ser morador da Liberdade".

Durante sua permanência no HGE, o ator ficou incomunicável. Seus familiares só tomaram conhecimento do fato através de emissoras de rádio e da divulgação permanente de ocorrências de vítimas no HGE, divulgadas na televisão. "Chega de ser tolerante, com a intolerância", declara Laurentino, que prestou queixa no Ministério Público, contra o Exército, contra o soldado e contra o Estado.

"A elite manda de uma maneira tão natural, que é como se isso fosse um direito de raiz. Eu vejo isso no ambiente em que vivo", provoca Itana Viana, promotora da cidadania, que iniciou o debate, declarando que a advocacia pública ainda não atende a todos. Defendendo o direito como um pacto social que define o que é crime e o que não é, Itana alertou para quem é o principal alvo dessa política de segurança pública que se limita à repressão.

Segundo dados do Observatório da Violência, da distribuição das mortes violentas de residentes em Salvador segundo cor da pele/raça no período de 1997 - 2001, 89,2% engloba negros e pardos e apenas 5%

corresponde às pessoas da cor branca. Segundo o grau de instrução, no período de 1998 - 2001, 75,8% engloba analfabetos e pessoas com até o 1º grau.

Advogado de defesa de Sérgio Laurentino, o professor da UFBA, Samuel Vida, abordou a questão da into-



Márcio Meireles

lerância religiosa e da tortura, defendendo que o problema da violência é estrutural. O professor culpou o Estado por alimentar e acolher a violência e comparou as agressões de hoje aos castigos corporais praticados contra os negros na escravidão. "O Ministério Público tem essa função institucional de fiscalizar a polícia, mas a instituição continua omissa. Todo mundo sabe onde ela é praticada e seria fácil desmontar isso", declara Samuel.

Para o professor, o carnaval dá visibilidade ao que acontece no cotidiano da cidade. Ser visto como um momento singular é um equívoco. "O carnaval é um retrato microscópico e otimizado da nossa cidade. Os cordeiros existem e não apenas no carnaval", reafir-

ma. Sugerindo como solução uma política que viabilize uma alternativa de inclusão, Samuel Vida chamou a mídia de racista, intolerante e branca. "É preciso furar o bloqueio. A denúncia não é mais um desafio, o desafio é como conseguir produzir respostas", concluiu.

Apesar de terem confirmado presença, os representantes da Emtursa, Bahiaturisa, Central do Carnaval e Comando da Polícia calaram-se diante da questão, não comparecendo. Até o momento, não foram explicados os motivos da ausência. A platéia, em sua maior parte negra, contou com a presença de artistas, representantes de blocos

afros, sindicatos, deputados, estudantes e outros cidadãos negros, agredidos neste mesmo período, que foram se solidarizar e saber quais os possíveis encaminhamentos para o caso.

Para março, o Bando Teatro Olodum entra em cartaz com curtas temporadas das peças de seu repertório que tem como tema a violência urbana. As montagens *Essa é nossa Praia*, *O Muro* e *Relato de uma guerra que (não) acabou* retratam o universo de pessoas que lutam diariamente contra as injustiças, a exclusão e a violência.

* Estudante de jornalismo das Faculdades Integradas da Bahia (FIB)

Segurança pública e população negra

Reginete Souza Bispo*

"Nenhuma instituição é mais central para o sucesso da consolidação do Estado de Direito do que a polícia".

Paulo Sérgio Pinheiro



A insistente invisibilidade que o Estado e a sociedade brasileira vem impondo à população negra/afro-descendente, resistindo à urgente e necessária implementação de políticas reparatórias e afirmativas, constitui-se no estatuto fundante da pobreza, da miséria, da profunda e crescente desigualdade étnico-racial dominante no país.

A herança do passado escravista interfere na vida cotidiana de homens e mulheres negras, especialmente na juventude, identificada como o problema mais dramático no campo da violência e da criminalidade, devido ao genocídio a que vem sendo submetida.

Embora não haja novidade, estudos atuais comprovam, o que de longa data o Movimento Negro denuncia¹, que os negros são o alvo preferencial das polícias e do crime organizado. Os disparos com armas de fogo são a principal causa de homicídios e a polícia, no Brasil, é responsável por 10% dos homicídios praticados nos centros urbanos como Rio e São Paulo, o que é um absurdo para quem deveria defender a vida.

Recentemente, o Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Cândido Mendes, apresentaram os resultados da pesquisa estatística e criminológica sobre as víti-

mas de homicídios no Brasil, tendo por base os registros de vítimas de homicídios do Ministério da Saúde². Os resultados da pesquisa confirmam aquilo que já sabíamos, isto é, que a morte no Brasil tem cor. Ela demonstra que a mortalidade de negros por homicídio foi 87% maior que a dos brancos em 2000, diferença semelhante à de 1999. As taxas de vitimização dos homens são muito mais altas que as das mulheres - homens branco 36,7%, negros 56,7% - mulheres brancas 3,6% - negras 4,4%. O crescimento dos homicídios entre os jovens começa logo depois dos 10 anos de idade e sofre uma aceleração após os 14 anos, sendo a principal causa de morte entre estes. Corroborando estes dados, a Unesco³ revelou que a taxa de homicídios de negros com idades entre 15 e 24 anos é 74% maior que a de brancos na mesma faixa etária. Há uma combinação perversa entre raça e idade que maximiza a vitimização de jovens negros.

Interessa analisar os órgãos de segurança pública⁴ e sua relação com os homicídios na população negra. O uso da força ou ameaça do uso da força é um dos elementos essenciais do poder de polícia. No entanto, essa força tem que ter limites e controle para não perder o objetivo - que é proteger a população - e para

não perder a legitimidade. Numa democracia, a polícia tem como função proteger os cidadãos e a força precisa de legitimidade.

A polícia brasileira tem o controle social sobre a população como prática, para manter a dominação de alguns grupos sobre outros, não existindo uma tradição de polícia como serviço público. Para Inácio

"A criação da polícia obedeceu à lógica de profissionalizar a produção de uma ordem urbana nas cidades, que até então era providenciada de forma privada pelas classes dominantes. Os policiais passaram por exemplo, a açoitar os escravos entregues pelos seus donos para tal efeito transformando em pública uma punição que antes era restrita à esfera privada. (Holloway, 1977 apud Cano)"

O problema da polícia brasileira não reside somente no fato de ela estar a serviço das elites brancas, mas também por essência atuarem em defesa do Estado, cuja democracia plena é um sonho distante - e não dos cidadãos. Não é por acaso que o lugar de inscrição, enunciação das polícias brasileiras na Constituição Federal é no título V - Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas (poderes constitucionais) e não no capítulo de Defesa do Cidadão, da Sociedade, no Título VIII - Da Ordem Social.

Neste título, onde esta inscrita a polícia, a segurança pública trata em primeiro lugar do Estado de Defesa, do Estado de Sítio e das Forças Armadas.

Nessa perspectiva, considerando o processo de formação do Estado e da sociedade brasileira, os homens e mulheres negros/as são uma ameaça real. E frente às forças de segurança pública, vivem em situação de risco e vulnerabilidade permanente, pois a sua organização política, ascensão social e econômica representam uma forte ameaça ao Estado mantenedor do poder branco vigente. Daí deriva a severidade, não poucas vezes criminosa, dos agentes de segurança pública em relação aos negros/as.

O Estado brasileiro negligencia o cumprimento de sua função de proteger os cidadãos. E em decorrência da cor os negros ficam à margem do desenvolvimento político, cultural e econômico, propiciando a milhões de brasileiros a instalação de bases para o crime organizado. Este fenômeno precisa ser interpretado a partir de uma estrutura empresarial, transnacional, global e não a partir de análises superficiais que buscam o locus de formação do crime organizado nas favelas, habitadas majoritariamente por negros, que, ao contrário, são comunidades afetadas pelo poder do crime organizado, especial-

mente a juventude que, ilusoriamente, encontra condições de se descobrir, enquanto força simbólica, em relação aos outros. Isto é, ser reconhecido e vivenciar um processo no qual ocorra o respeito a sua pessoa, um reconhecimento, "ninguém sobrevive moralmente sem ser amorosamente testemunhado. Qualquer um de nós se perderia, se dissolveria sem um testemunho generoso, sem um reconhecimento."

Alguns autores têm apontado os processos de globalização da economia, da comunicação e informação como elementos centrais no aumento da criminalidade em escala global, especialmente o tráfico de armas, pessoas e drogas que constituem a empresa do crime organizado. Segundo Roberto Scarpinato⁵:

"O Conselho da Europa e o Fundo Monetário Internacional verificaram que o crime organizado se tornou a primeira indústria do planeta. O tráfico internacional de drogas ocupa o primeiro lugar da renda mundial, bem acima da indústria do petróleo. Um enorme potencial econômico para a corrupção que atinge as estruturas políticas do estado. A narcocorrupção é um dos principais efeitos do narcotráfico que invade a economia legal".

As forças de Segurança Pública, despreparadas para lidar com o complexo mundo do crime organizado, massacram as comunidades

das periferias dos centros urbanos. Assim sendo, a população negra está duplamente exposta à ação criminosa, posto que já são discriminadas racial e economicamente. Vivem sob verdadeiro clima de terror em áreas em que o poder legal do Estado, quando chega, é facilmente corrompido. Não há crime organizado sem corrupção policial. Exemplo: na chacina de Vigário Geral – eram policiais que cobravam pedágio para o tráfico que chegava à favela. Vulnerável a ação do crime organizado, que se valendo da pobreza e miséria a que está submetida a população negra, instala seus quartéis e impõe a lei do silêncio.

Abordagem policial

A população negra é o segmento que mais sofre constrangimentos no cotidiano dos centros urbanos, por ser freqüentemente abordada e colocada frente à parede, ou com as mãos erguidas sob a mira de um revólver, para averiguações. Nestas condições, os negros são vítimas de agressões materiais e simbólicas dos policiais, que se agravam quando esboçam qualquer postura de altivez e/ou de defesa da cidadania. Ao tentarem exercer suas prerrogativas cidadãs, num processo de averiguação policial, correm o risco de serem “enxertados”⁶, torturados, executados.

O curioso disso tudo é que os policiais, via de regra, matam ou criminalizam jovens negros que estão exercitando seu potencial de desenvolvimento, trabalhadores, estudantes, etc. O homicídio do jovem dentista negro Flávio Ferreira Sant’Ana, em São Paulo, e mais recentemente, em Porto Alegre, a abordagem de Willian e Cristian Flores Silveira, dois vestibulandos

da UFRGS, são exemplos de repercussão da ação violenta da polícia, enquanto instituição. É uma estratégia de Estado que legitima o poder de uma elite não-negra e que identifica, nos descendentes de africanos no Brasil, uma ameaça real. Precisamos encarar isto como uma tática de guerra, já que a população negra é tratada como inimiga do Estado.

O maior conjunto de práticas de tortura se dá quando os cidadãos estão sob a custódia do Estado em delegacias, cadeias e penitenciárias.

A tortura parece não visar, apenas e primariamente, alvos específicos, mas também em função dos efeitos de massa capazes de serem produzidos em ricochete, configurando uma operação de aterrorização, de consolidação de uma pedagogia do medo, a fim de criar nas – comunidades o hábito da aceitação passiva, não referido a uma causa, e ainda mais para promover o desligamento e eliminação do sujeito.

Por quanto tempo o Brasil postergará o aproveitamento extraordinário do seu potencial de desenvolvimento, desperdiçando sua chance histórica de projetar-se como uma potência mundial e com rosto humano. O tempo transcorre e é precioso. A cada geração que passa, são milhões de afro-brasileiros que são alijados da oportunidade de viver uma vida digna, de realizar o seu potencial humano. É uma perda irreparável, porque irreversível e eticamente escandalosa.

Desafios

Neste contexto, é imperativo que seja considerado o protagonismo do povo negro; suas ações nas comunidades periféricas como espaço de segregação dos

afro-descendentes. Portanto, uma política inclusiva consequente, inovadora e de impacto social efetivada por um governo de natureza popular e consciente das causas estruturais e estruturantes da exclusão e da violência (racismo, machismo) deve priorizar ações de inclusão, de reconhecimento, de visibilização do povo negro, em especial a juventude.

Deve-se implementar ações nas quais o jovem vivencie experiências alternativas de pertencimento, disponibilizando instrumentos de autoconstituição subjetiva e promoção do autoconceito, da auto-imagem e, por conseguinte, da auto-estima, como meios de consecução de sua viabilidade social (indissociáveis de valores positivos, vinculados à cultura da sociabilidade solidária). Entretanto, parece não haver força capaz de transformar estes dados em ação do Estado e da sociedade civil organizada, para reverter este quadro, haja vista o descaso na implementação de políticas anti-racistas previstas no Programa Nacional de Segurança Pública. Em que pese a Segurança Pública figurar como uma das principais reivindicações da população, inclusive dos negros. Com um diferencial: enquanto a população reivindica mais policiais e equipamentos de segurança, os negros/as reivindicamos o fim da violência e da suspeição policial, transparência nas instituições de Justiça e Segurança Pública.

Devemos exigir também a imediata implementação dos itens 71, 72 e 73 das resoluções da Conferência de Durban, que (71) insta os Estados, inclusive os organismos encarregados do cumprimento da lei, a desenhar e, plenamente, implementar políticas e programas para prevenir, detectar e assegurar a responsabilidade pela conduta imprópria de oficiais de polícia

e outros servidores responsáveis pelo cumprimento da lei motivada pelo racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, e a julgarem os indiciados por tal conduta; (72) insta os Estados a implementar e cumprir medidas efetivas para eliminar o fenômeno popularmente conhecido como “perfil racial”, que compreende a prática dos agentes de polícia e de outros funcionários responsáveis pelo cumprimento da lei de se basearem de algum modo na raça, cor, descendência nacional ou origem étnica, como motivo para sujeitar pessoas a atividades de interrogatório ou para determinar se um indivíduo está envolvido em atividade criminosa; (73) insta os Estados a adotar medidas para impedir que as pesquisas genéticas ou suas aplicações sejam usadas para promover o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; a proteger a privacidade da informação contida no código genético pessoal e para evitar que tal informação seja usada com propósitos discriminatórios e racistas; e (74) insta os Estados e convida as organizações não-governamentais e o setor privado a:

(a) Criar e implementar políticas que promovam um aumento da qualidade e diversidade da força policial, livre do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, e a contratar pessoas de todos os grupos, incluindo as minorias, para o serviço público, inclusive dentro da força policial e de outros órgãos dentro do sistema de justiça criminal (tais como os promotores);

(b) Trabalhar para reduzir a violência, incluindo a violência motivada pelo racismo, discriminação racial, xenofobia.

A compreensão do Movimento Negro brasileiro é a de que, apesar de estar-

mos num Estado Democrático de Direito, com governos democraticamente eleitos, a sociedade e o Estado não foram capazes de solucionar as desigualdades sociais que aumentam o fosso da pobreza, da miséria e da violência, cujas vítimas são os/as negros/as. “A luta contra o racismo apresenta-se, então, como um ideal democrático no estabelecimento da igualdade de condições, e, também, como um esforço visando o reconhecimento de status e dignidade, que passa pela partilha do poder e pelo igual acesso aos bens materiais e às posições de prestígio.

**Bacharel em Ciências Sociais, ex-diretora do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul.*

Notas:

¹ *Violência Racial (pg. 12) - Por uma Política Nacional de Combate ao Racismo e a Desigualdade Racial: Marcha Zumbi contra o racismo pela cidadania e a vida - Brasília: Cultura Gráfica Ed. Ltda., 1996*

² *Revista Ciência Hoje, Vol 35, nº 209 - Outubro de 2004*

³ *Unesco - Organização das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento - Mapa da Violência/2004*

⁴ *Órgãos que compõem a Segurança Pública: Polícia Civil/investigativa, Polícia Militar/ostensiva, Institutos Geral de Perícias/técnica científica e Polícia Federal*

⁵ *Procurador adjunto da procuradoria anti-máfia de Palermo/Itália - Coleção Polícia e Democracia v.2 - Anais do Seminário Internacional “Polícia e Sociedade Democrática” - SJS/RS - Corag, 2002 - Porto Alegre*

⁶ *Forjamento de flagrante mediante a colocação de produtos que caracterizam, em geral, consumo ou comércio de drogas.*



Política de cotas na UnB requer cuidado e vigilância

Cristiane Pereira*

Entidades do Movimento Negro pressionam a Universidade de Brasília a realizar mudanças no edital que regulamenta cotas raciais no vestibular.

Aprovada em junho de 2003, após lento e desgastante processo de discussão que envolveu entidades do Movimento Negro e a comunidade acadêmica, a Política de Cotas Raciais na UnB atravessa um momento especial, onde faz-se necessária e urgente a elaboração de mudanças no edital do concurso Vestibular, documento que indica as regras jurídicas da política expressa e prevê o andamento da mesma, sem prejuízos para os pressupostos pedagógicos, elaborados e pautados pelos movimentos negros e para a tão cara autonomia universitária.

Primeira universidade federal a ceder à pressão dos movimentos negros e adotar o sistema de cotas raciais, a UnB lançou em março de 2004 o 1º edital que regulamenta o sistema. No referido documento, a universidade, juntamente com professores, entidades do Movimento Negro que atuam dentro e fora da Universidade e pela assessoria jurídica da instituição, elaborou cuidadosamente uma série de dispositivos para garantir que a reserva de 20% das vagas do vestibular para estudantes negros e negras não fosse aproveitada pela má fé, desrespeito e petulância intrínsecas

do racismo brasileiro, que impulsiona pessoas fenotípica e socialmente brancas a se declarem negras com o intuito de garantir, através da continuidade da estrutura excludente das universidades brasileiras, a manutenção do engessamento do pleno desenvolvimento da população negra brasileira.

O principal, e por isso mais polêmico dispositivo criado pelo sistema de cotas na UnB, consiste no registro fotográfico de quem faz a inscrição para concorrer ao sistema. Essa medida preventiva é o item principal para a homologação da inscrição do/da candidato/a. Desta forma, só concorre a uma vaga na Universidade pelo sistema de cotas aqueles/as que tiverem seu cadastro avaliado e homologado por uma comissão composta por 05 (cinco) pessoas indicadas pelos movimentos negros e pela Universidade. Os/as candidatos que tiverem o cadastro homologado fazem as provas dentro do sistema de cotas. Os que não forem aprovados entram na disputa pelos 80% restantes de vagas. O processo parece simples, além de bastante ousado, em vista da dificuldade que a sociedade brasileira ainda

tem, e teima em não deixar de ter, para apontar, sem ranços, quem é negro e quem é branco no Brasil, e o que significam socialmente essas polaridades.

Contudo, a medida preventiva adotada pela UnB tem extrapolado a polêmica e causado sérios prejuízos aos pressupostos pedagógicos da política de cotas, na medida que não exibiu, nos resultados, a cor esperada: no primeiro e no segundo vestibular com adoção de política de cotas na UnB (1º e 2º semestre de 2004). Muitos/as candidatos/as socialmente brancos/as, os/as mesmos/as que já possuem representantes historicamente integrados/as à Universidade, ingressaram pelo sistema, tendo suas inscrições homologadas pela comissão que foi criada para combater esse fenótipo e essa postura fraudulenta.

Ser vanguarda nesse tipo de política pressupõe alguns riscos que devem ser observados e corrigidos, sem prejuízos para a legitimidade da empreitada. A coragem assumida pela UnB, ao elaborar esse mecanismo preventivo, não foi suficiente para garantir o que todos os agentes envolvidos na implementação da política pretendiam: o pleno

protagonismo negro no gozo de seus direitos. O sistema falhou e para sanar as falhas é preciso, primeiramente, reconhecê-las. Contudo, não é desta forma que a UnB vem se comportando no decorrer do processo pós-implementação do sistema, que prevê avaliação sincera e reformulação coletiva.

Parece que, na UnB, o feitiço está virando contra o feiticeiro. Uma situação muito bem alimentada pela rudeza e crueldade do racismo brasileiro, capaz de afrouxar idéias e práticas anti-racistas que se apresentam comprometidas e bem elaboradas, porém, nem tão corajosas e nem tão atentas.

Na observância deste processo, que vem trazendo alguns prejuízos para a população negra, principal interessada e protagonista do sucesso da política de cotas, algumas entidades do Movimento Negro, a exemplo do *EnigreSer – coletivo negro do DF e Entorno*, estão forçando a reaproximação dentro da Universidade com as esferas responsáveis pela revisão do atual edital, a fim de exigir e propor mudanças no documento. Porém, diante da resistência da Universidade em dialogar abertamente com as entidades locais do Movimento

Negro, constata-se que é preciso uma maior pressão e sugestões vindas de outras partes do Brasil, incidindo sobre a UnB.

Inegavelmente, a UnB deu um grande passo ao ser a primeira Universidade Federal a reconhecer, no acúmulo do Movimento Negro, quão tardia é a real democratização da universidade brasileira, à luz do efetivo ingresso da população negra brasileira neste espaço de prestígio. Porém, não podemos deixar de apontar os caminhos e descaminhos que vêm tomando o andamento da política de cotas na UnB.

Desta forma, acompanhar, criticar, pressionar e, mais importante, propor novas alternativas ao bom andamento de tão importante política, são procedimentos necessários para garantir que a conquista histórica da política de cotas raciais em universidades não se perca no histórico temor das instituições educacionais brasileiras em implementar e radicalizar, ainda mais, as ações negroafirmativas no Brasil.

**Cristiane Pereira é historiadora e componente do EnigreSer – coletivo Negro do DF e Entorno.*



Escola Paulista de Medicina já adota sistema de cotas

Rosângela de Paula*

Com a implantação do sistema de cotas, universidade federal de São Paulo cria 27 vagas nos cursos da área da saúde, para beneficiar afro-descendentes.

A Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, mais conhecida como Escola Paulista de Medicina, uma das principais instituições de ensino voltadas à área da saúde, é a primeira universidade pública de São Paulo a adotar o sistema de cotas.

Por se tratar de uma universidade onde todos os cursos exigem a frequência em período integral, dificilmente alunos vindos das escolas públicas, que geralmente trabalham durante o dia, e estudam a noite, teriam chances de disputar essas vagas nas mesmas condições dos alunos oriundos das escolas particulares, frequentadas pelos não negros ou pardos, e de famílias bem sucedidas.

No entanto, um detalhe interessante chamou a atenção no pré-teste realizado há dois anos na Unifesp, que pela primeira vez incluía o quesito cor. Verificou-se que 10% de negros e pardos que prestavam o vestibular na Unifesp obtinham notas muito próximas à dos alunos de escolas particulares.

Ao deparar com essa realidade, a Unifesp passou a buscar meios de democratizar o acesso à universidade, que beneficiasse os alunos negros. Sob o comando da professora Helena Nader, na época Pró Reitora de Graduação, organizaram-se seminários de sensibilização

sobre políticas públicas e sistema de cotas nas escolas públicas, onde se debateu a constitucionalidade das ações afirmativas, o impacto social, o sistema de autodeclaração e modelos de inclusão já existentes em outras universidades.

Essas iniciativas permitiram o diálogo, dentro da universidade, com o Movimento Negro, com pesquisadores sobre relações raciais, acadêmicos, parlamentares, estudantes, profissionais liberais, representantes dos órgãos governamentais e reitores de universidades, para discussão e troca de experiências, de que resultou a formação de um núcleo de pensamento para subsidiar o Programa de Políticas de Ação Afirmativa que a universidade tinha interesse em adotar e que, posteriormente, foi apresentado ao Conselho Universitário.

O ativista e doutor em Administração pela Universidade de São Paulo, Helio Santos, que assessorou a Reitoria de Graduação da Unifesp, na época, diz. que

a Unifesp “rompeu a sua inércia”, ao adotar o sistema de cotas, um instrumento de reparação social.

Programa diferenciado

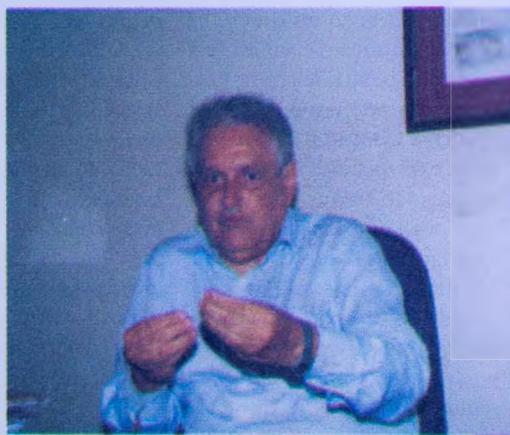
O Programa de Ação Afirmativa coordenado pelo

evita eventual discriminação por parte dos alunos aprovados pelo sistema universal de vagas, acrescentando que o sistema de cotas não representa ameaça para quem está competindo. “Não considero um presente, uma doação. Você só entra se estiver muito bem preparado, pois o vestibular é o mesmo para todos candidatos. E foi o que demonstraram os cotistas neste vestibular, pois a nota obtida pelo primeiro cotista está muito próxima daquela alcançada pelo último aprovado

atrás da certidão de sua avó que registrava que ela era negra... Já Priscila Regina dos Santos atravessou a cidade e, faltando meia hora para expirar o prazo de inscrição, conseguiu a certidão de sua mãe com a informação de que ela era de cor parda.

Segundo Ferraz, o sistema adotado está em fase de “teste” e, provavelmente, ocorrerão mudanças no próximo vestibular, permitindo que somente negros e, não afro-descendentes, sejam beneficiados, “isto também será pauta de discussão com o Movimento Negro”.

Ferraz informou ainda que os alunos cotistas, para que possam ter as mesmas condições dos outros alunos



Marcos Ferraz

professor titular do Departamento de Psiquiatria, Marcos Ferraz, se diferencia das demais instituições, como o caso da Unicamp, que adotou o sistema acrescentando alguns pontos na nota final dos alunos afro-descendentes ou da rede pública.

A Unifesp abriu 27 vagas, destinadas ao sistema de cotas, nos cursos de medicina, ciências biomédicas e fonoaudiologia., representando um aumento de 10% do total das vagas já existentes, comenta Ferraz. “Somente no curso de medicina foram abertas mais 11 vagas”.

Para o coordenador, isto

pelo sistema universal”, salientou.

Os alunos aprovados pelo sistema de cotas, para garantir suas vagas, tiveram que comprovar por meio de documentos, como a certidão de nascimento, que eles próprios ou os seus ascendentes até os avós fossem negros. Com essa exigência, o aprovado em medicina Anderson Krettschin, neto de alemão, ficou vários dias

receberam uma bolsa auxílio, para os próprios gastos com livros e outros materiais didáticos.

Cotistas assumidos?

Houve muita resistência entre vários alunos aprovados pelo sistema de cotas, para falar com nossa reportagem, quando procurados. Apenas um, de livre e espontânea vontade, abriu o coração para falar sobre a sua felicidade por essa conquista.

Fotos: Eufraze Almeida



Não é nenhum jovem entre a faixa etária de 19 e 25 anos, conforme vários outros aprovados. Luciano José dos Santos, 62 anos, aposentado, casado, avô e pai de dois filhos, disse que sempre sonhou com a medicina. Criado em uma família numerosa chefiada por sua mãe, hoje com 87 anos, o

sergipano Santos trabalhou desde os 14 anos. Sempre estudando em escolas públicas, cursou engenharia no Instituto de Tecnologia da Aeronáutica, que não concluiu. Posteriormente, fez matemática na USP, lecionou em escolas públicas e se aposentou na IBM. Com toda essa vivência, Santos ao se

sentir tranquilo, estável e preparado, finalmente, corre atrás do sonho de se tornar um grande médico e ajudar a salvar vidas.

Não é a primeira vez que Santos presta vestibular de medicina. É aluno aprovado, não pelo sistema de cotas, também no vestibular da Unicamp, loca-

lizada em Campinas, interior do estado, mas optou pela Unifesp para ficar mais próximo da família. "Não vou decepcionar", diz Santos com muito entusiasmo. "A nossa responsabilidade é grande e o sistema de cotas me beneficiou, por isso tenho que agarrar essa chance com muita for-

ça". E a idade, pergunto. Ele ri e finaliza: "Eu me sinto muito jovem e bem disposto para enfrentar mais esse desafio. Quero ser exemplo para nossa juventude que, por falta de oportunidade, desperdiça o seu talento".

* Jornalista (SP)



Viamão: um exemplo a ser seguido

Isabel Clavelin*

A cidade de Viamão, região metropolitana de Porto Alegre, se destaca na implementação de ações afirmativas no mercado de trabalho.

Desde 2003, Viamão é um município que deu passos sólidos no que se refere às políticas de ação afirmativa. Naquele ano, o decreto municipal 072/2003 instituiu o Grupo de Trabalho Anti-Racismo (GTA) na Prefeitura Municipal, que articulou projetos de lei que reservam 44% das vagas em concurso público municipal (Lei Municipal 3.210/2003) e admissão em cargos de confiança para afro-brasileiros (Lei Municipal 3.217/2003), além de 20% das vagas de estágio para estudantes afro-descendentes (Lei Municipal 3.197/2003).

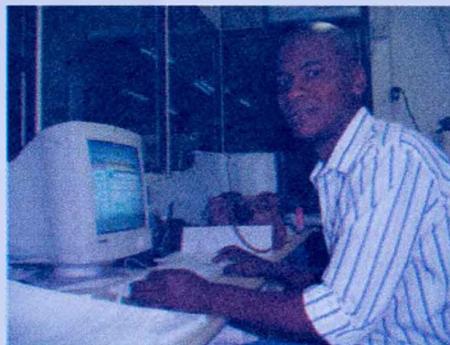
O Programa de Ações Afirmativas também prevê convênios para contratação de mão-de-obra negra terceirizada e incentivo para que as empresas privadas contratem funcionários negros. Essa iniciativa fez que com que o município integrasse o Fórum Nacional de Políticas da Igualdade Racial do governo federal.

A rápida aprovação da lei se deu em razão da abertura de concurso no muni-

cípio e da ampla discussão sobre a necessidade de reserva de cotas. "Inicialmente, pensamos em 30%. Como em Viamão a população negra e parda chega a 44%, vimos que a reserva de cotas deveria ser proporcional aos dados do IBGE. Isso é inédito. No país não há um município com percentual tão alto de reserva de cotas. É uma nova direção que os demais municípios brasileiros podem tomar como exemplo", explica Jader Fontoura, perito contábil e coordenador do GTA.

Atualmente, a Prefeitura de Viamão tem cerca de 2,3 mil funcionários. No último concurso, realizado em março de 2004, para as áreas de saúde, administração e educação foram disponibilizados 350 cargos, sendo 11 afro-brasileiros incorporados como servidores municipais.

Entre as prioridades estão a ampliação de representantes de secretarias no GTA, o cumprimento dos



Davi Nunes de Alcântara

percentuais estabelecidos em leis municipais para cargos em comissão e estágio, a inserção do quesito raça/etnia nos cadastros da Prefeitura, a fim de mapear funcionários públicos afro-brasileiros, a implementação da lei 10.639/2003, que altera a LDB e introduz o ensino da História da África e da cultura afro-brasileira nas escolas, a partir da formação de professores, e a constituição de uma Coordenadoria do Negro vinculada ao gabinete do Prefeito ou Secretaria de Governo. "A questão racial estava ligada à Secretaria de Cultura, mas o foco é discutir com o centro do governo

para articular conjuntamente com as secretarias", reflete Jader Fontoura.

Funcionalismo negro

Num município com 250 mil habitantes, Viamão é uma das cidades com maior baixa renda da Região Metropolitana, tendo como atividade econômica principal a agricultura, seguida pela indústria e comércio. Diariamente, grande parte da população desloca-se a Porto Alegre para trabalhar. Essa deixou de ser a realidade de Davi Nunes de Alcântara, 35 anos. Aprovado no último concurso, ele assumiu o cargo de agente administrativo da Secretaria da Fazenda, atingindo o primeiro lugar na reserva de cotas e quarto na classificação geral. Davi já vinha se dedicando a concursos públicos e não hesitou em concorrer pelas cotas. "Meu sentimento é de justiça em relação aos meus ancestrais, que trabalharam sem carteira as-

sinada. O Brasil tem essa dívida com o povo negro e nada mais justo do que pagá-la. De certa forma, me sinto recompensado", afirma o funcionário público Davi Nunes de Alcântara.

Embora constatada sua importância, as cotas ainda geram polêmica no ambiente de trabalho. Ainda mais se esse local tiver a presença de "beneficiados" pelo sistema. Jogo de cintura e argumento são as armas para combater os inevitáveis constrangimentos. A jovem Taís dos Santos Costa, 20 anos, conquistou segundo lugar pelas cotas e sexto na listagem geral. Já vivenciou comentários especulativos e os tirou de letra. "Eu sempre estudei. A gente tem que ter consciência que consegue as coisas por batalha. Só quem penou como eu, tendo de ficar 11 meses desempregada, sabe dar valor ao estudo. Fiz "n" concursos, um dia eu ia entrar. Não é benefício, é uma maneira de a gente ter uma chance de entrar no mercado de trabalho", rebate.

* Jornalista (RS)

Oficina discute Programa do MPT

Lunde Braghini*

Aspectos técnicos, jurídicos e políticos do programa de combate ao racismo no trabalho, com lançamento marcado para o dia 11 de abril, são discutidos em oficina com entidades e órgãos governamentais e não-governamentais comprometidos com o combate à discriminação no mercado de trabalho

A estratégia de combate à discriminação de raça e de gênero na contratação, na remuneração e na ascensão profissional, prevista no Programa de Promoção de Igualdade de Oportunidade para Todos, que será lançado pelo Ministério Público do Trabalho no dia 11 de abril, foi discutida numa oficina realizada no dia 25 de fevereiro, na Escola Superior do Ministério Público da União, em Brasília. O programa pretende combater a discriminação racial em empresas de médio e grande porte, tentando fazer com que com que seu quadro de funcionários, sua folha de pagamento e seus postos hierárquicos reflitam de maneira mais fiel e democrática o perfil da composição racial e de gênero da população brasileira economicamente ativa.

"Em toda a história do Tribunal Superior do Trabalho (TST)", segundo Armand Pereira, diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "há registro da consideração de apenas 3 casos de discriminação". Para ele, há um "processo de filtragem que impede que as queixas ganhem formalização". As queixas concretas de discriminação individual esbarram na dificuldade de pro-

var que se foi discriminado. Por causa desse mesmo motivo, o Vice-procurador Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho, Otávio Brito Lopes, se disse convencido de que "ações individuais não dão resultado".

À frente da Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades no Trabalho (Coordigualdade), Lopes acredita que o Plano sugerido pelo Ministério Público do Trabalho pode envolver eficazmente as empresas no combate ao quadro de desigualdade criado por elas mesmas. Uma vez confrontados os dados de seu quadro de funcionários com os dados que "espelham" a composição racial e de gênero da população econo-



Humberto Adami (IARA)

micamente ativa em sua região, as empresas serão convocadas a se explicar e, eventualmente, a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no qual serão incluídas ações afirmativas para diminuir a de-

sigualdade de raça e de gênero em seu interior. Se não o aceitar ou cumprir, a empresa será acionada judicialmente pelo Ministério Público do Trabalho.

Os dados estatísticos serão usados como meio de prova no Judiciário. "Como a Justiça vai responder a esse programa? Não sei", disse o procurador Otávio Brito Lopes. Ele pensa que isso vai depender também do clima de opinião. "O juiz lê jornal, vê TV, ouve rádio". Se o senso do brasileiro comum se convencer, a magistratura também o fará. "Para preservar o programa, vamos precisar fazer um TAC com a mídia", ironizou a socióloga Mércia Consolação Silva, técnica do Instituto Observatório Social. Coordenadora Nacional do Programa Gênero, Raça, Pobreza e Emprego da OIT - Brasil, Solange Sanches também sublinhou que "a opinião pública

precisa saber o que está ocorrendo, de maneira a apoiar".

Para o Diretor Executivo do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdade (CEERT), Hédio Silva Júnior, o trabalho deve ser "mais persua-

sivo e menos litigante". Ele acredita que o "ambiente político é absolutamente



Otávio Brito Lopes (MPT)

favorável à ampliação do grau de intervenção do Ministério Público do Trabalho". E chamou a atenção para a necessidade de o MPT inaugurar o debate sobre a enfermidade física e psíquica decorrente de exposição à violência racial: "a jurisprudência resiste a aceitar que a experiência prolongada à violência racial provoque um dano que não seja uma angústia temporária".

Para Ivair Augusto Alves dos Santos, assessor da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, "a grande contribuição do MPT foi a de começar a trabalhar com a discriminação indireta, institucional, invisibilizada, naturalizada". Mas, salientou, "é preciso mais ousadia em relação à aproximação com o Movimento Negro e com o Movimento de Mulheres". Presi-

dente do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (IARA), Humberto Adami historiou as dificuldades do processo de elaboração das 28 representações de desigualdade no mercado de trabalho formuladas junto ao Ministério Público do Trabalho, em novembro de 2003. Na área ambiental, lembrou também Adami, muitos TACs são de

difícil cumprimento. Nessa situação, "a judicialização é inevitável".

Representantes de institutos ou órgãos estatísticos, como IBGE, IPEA e DIEESE discutiram questões relativas à definição do melhor "espelho" estatístico a ser utilizado, para se ter um parâmetro do que é lícito cobrar das empresas em termos de adequação ao perfil da população. O Censo, com dados decenais, a PNAD, com dados anuais, e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) são as principais fontes de informação para análises de mercado de trabalho. Uma das questões levantadas foi a da necessidade de considerar as situações em que os "espelhos" fornecidos pelos dados estatísticos municipais e estaduais não coincidem.

Fotos: Daniel Cardoso

“Saídas da escravidão e políticas públicas”

Renata da Silva Nóbrega*



Programado para 2004 – ano do bicentenário da Independência Haitiana – e adiado duas vezes, o seminário internacional “Saídas da escravidão e políticas públicas” finalmente aconteceu entre os dias 28 de fevereiro e 2 de março, no Palácio Itamaraty, em Brasília. O evento foi organizado em parceria pela UNESCO, SEPPiR, Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD-MEC), Fundação Cultural Palmares/MinC, MRE, Senado Federal e pela Frente Parlamentar em defesa da igualdade racial. Em três dias de atividades, o seminário apresentou para um público restrito mais de 30 expositores de diferentes países (Peru, Equador, Cuba, Venezuela, África do Sul, Uruguai, Colômbia, Haiti, Guiana Francesa, Brasil, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos), distribuídos por dez painéis, mais a conferência de abertura.

Além de traçar um quadro histórico das experiências sobre as saídas da escravidão e suas consequências para as populações afrodescendentes de diferentes países, um outro objetivo do encontro foi o acúmulo de experiências para a formulação de políticas voltadas para a promoção da igualdade racial a partir de políticas já testadas em outros países. Ao longo do seminário, o primeiro objetivo

foi alcançado, tamanha a riqueza das informações trazidas pelos expositores, que variavam desde análises históricas da escravidão até reflexões filosóficas sobre o Pan-africanismo. O caráter unificador da experiência da

formuladores de políticas públicas voltados para população negra, não encontraram no seminário o espaço adequado para sua discussão. Aliás, o formato do evento, com quatro atividades diárias e pouco tempo

públicas que alterem o quadro de desigualdades ao qual está submetida a população afro-descendente.

Do lado brasileiro, os discursos tiveram em sua maioria um tom celebratório do momento político ímpar



Fotos: Daniel Cardoso

escravidão foi destacado, mas com a condição de se considerar as especificidades de cada situação, sob o risco de “abrasileirar” todas as outras experiências.

Por outro lado, o caráter “prático” do evento se resumiu muito mais à análise de políticas públicas e de uma conjuntura política na maior parte das vezes saudada como positiva, no contexto pós-Durban, e pouco se refletiu em propostas concretas de políticas. As poucas propostas que surgiram, como a formação de um fórum internacional permanente de gestores e

para cada uma, aliado aos atrasos, prejudicou os momentos que poderiam render os melhores frutos do seminário: os debates.

Christiane Taubira-Delannon, deputada do Parlamento Europeu, ressaltou o papel central dos afrodescendentes na luta por seus direitos, mas lembrou que ninguém nasce para lutar todo dia e que é preciso repouso. E o repouso só vem com a justiça, que no caso, é a reparação. E este foi o centro das discussões, que para os latino-americanos, muito mais que indenizações, a reparação deve consistir em políticas

que supostamente vivemos, da disposição do governo em assumir a igualdade racial como tema prioritário para a democratização do país, com a criação da Seppir, da Secad, destacando a liderança internacional do Brasil na defesa dos direitos dos afrodescendentes. Mas as críticas levantadas no seminário lembram os limites desse otimismo, já que as ações afirmativas ainda são pontuais e os recursos destinados à implementação das políticas voltadas para a igualdade racial são restritos e não convertem a boa intenção em prática, como no caso da

Lei 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em relação ao setor privado, o tratamento da diversidade é ambíguo: há financiamentos de programas externos de inclusão, mas pouco se transforma na estrutura interna das empresas. Já o otimismo em relação a Durban tem seus limites no pouco interesse demonstrado pelas Nações Unidas em fazer cumprir os compromissos firmados em 2001. Jesus Garcia, da Venezuela, lembrou que em 2004, declarado pela ONU como ano celebrativo das saídas da escravidão, nenhum projeto apresentado pelos africanos foi aprovado.

As experiências brasileiras e internacionais lembram o risco da institucionalização das demandas dos movimentos sociais, na medida em que podem acomodar o ativismo e transformá-las em pura retórica, que não se convertem em benefícios concretos para as populações afrodescendentes e atuam como mais um mecanismo de controle e domesticação dessas demandas. Como bem lembrou Maria Aparecida Bento, do Ceert (SP), não se pode subestimar a resistência branca em relação aos direitos dos afrodescendentes e daí a necessidade constante de monitoramento e vigilância das políticas.

*Bacharel em Relações Internacionais/UnB



Reforma universitária, racismo e cotas

Dalmir Francisco*

A reforma universitária deverá provocar profundas mudanças no perfil social, cultural, político e econômico da sociedade brasileira.

A reforma universitária (PROUNI e Anteprojeto de Lei para normatizar e regular o sistema de Ensino Superior) tem, como objetivo principal, elevar a qualidade das universidades e controle por parte do público e do Estado das instituições privadas de educação superior (particulares com fins lucrativos e sem fins lucrativos, confessionais, comunitárias e filantrópicas). Os principais objetivos fixados até agora, pelo anteprojeto de reforma universitária são a promoção do exercício da cidadania, o atendimento do interesse público, com o objetivo de reduzir desigualdades sociais e regionais, a adoção de políticas e ações afirmativas para a promoção da igualdade de condições, por critérios universais de renda ou específicos de etnia. Esta é a parte mais nobre do anteprojeto: o objetivo de democratizar o acesso dos estudantes às escolas públicas, através da reserva de 50% das vagas para alunos egressos de escolas públicas e, dentro desse montante, haverá percentual de cotas, proporcional ao número de afro-descendentes e ou ameríndios na população.

Não há como negar que o anteprojeto de reforma do ensino superior é uma resposta positiva a reivindicações históricas e recentes de professores e diversos setores do movimento social, pelo aprofundamento do caráter público, republicano

do ensino superior, frente à globalização do capitalismo, sob direção do neoliberalismo. É sabido que o neoliberalismo prega a total privatização de toda a esfera de produção, incluindo a imensa e lucrativa área de serviços e, dentro dela, a educação, concebida mercadoria – saberes e informações que podem ser disponibilizados para a qualificação de mão-de-obra em nível superior.

Se, de um lado, a globalização e o neoliberalismo cuidaram de demonstrar e de construir a ineficiência do ensino superior público, de outro, a universidade pública perdeu legitimidade, em decorrência da crise de valores que caracteriza a sociedade contemporânea (pós-moderna). A sociedade pós-moderna descobriu que não há verdade, que todo saber é relativo (o saber não é universal, não *tem* uma *única versão*) e que o saber produzido na universidade não é diferente do saber produzido por qualquer outra instituição de pesquisa (Ciência = Tecnologia). A universidade pública está órfã da idéia de nação – sob franco questionamento em decorrência das violentas diferenças de classe, de etnias de gênero, entre outras. Se a universidade não produz a verdade (coisa divina) e serve diferentemente a classes sociais e a etnias, então esta universidade tem que buscar se legitimar, para continuar sendo sustentada pelo dinheiro público. Ou faz isso ou

a universidade acabará sendo totalmente privatizada.

Reforma, racismo e o negro.

Há, no país, uma persistente negativa em discutir a existência do racismo, mesmo diante de dados estatísticos brutais. Para resumir a ópera – negros recebem, em média, salários até 57% a menos dos que os brancos – exercendo as mesmas profissões e possuindo o mesmo nível de escolaridade, e brancos, com ensino médio completo, ganham mais do que negro com nível universitário! Essa realidade social, econômica e política é histórica e cabe examinar que *modos de ver* o negro (e o branco) contribuíram, de fato, para essa *bem sucedida* discriminação, traduzida pela espoliação econômica, subalternização social e silenciamento político do negro e sobre o negro.

Apesar de duramente combatido pelo Movimento Negro e pela crítica científica ao longo dos últimos 50 anos, o racismo à brasileira continua forte nos seus objetivos de assegurar a reprodução histórica do acesso diferenciado para negros e para brancos, aos bens materiais e simbólicos e ao poder. Cumpre observar que as classes sociais são originárias de diferenças raciais ou étnicas, econômicas e políticas, constitui contrassenso falar de *diferenças sociais* ignorando a componente racial ou étnica desta diferença e tratar, isolada-

mente, a *questão racial* – ignorando sua intrínseca dimensão social. No Brasil, este posicionamento é, a meu ver, esforço ideológico (conservador e ou reacionário) de representar a realidade social como superior à *questão racial*.

As elites brasileiras (classes dominantes e elites dirigentes) são herdeiras da tradição política européia e portuguesa, pela qual o domínio de classe se traduz, política e ideologicamente, pelo mito da pureza ou da purificação do sangue. Esse pensamento está na origem da recriação do racismo à brasileira – recriação presente na conservadora (e não raramente reacionária) narrativa da história do Brasil como construção de uma comunidade tangida pela *harmonia das raças*. Eu denomino esta visão como o *modo de ver* que objetiva *fazer desaparecer* o outro, o negro ou ameríndio, mestiço, não-branco, indesejáveis que deverão se diluir (*misturar, desfazer-se/di(s)luere, lavare/lavar*), ou desaparecer numa metarraça. Nesta fantástica narrativa, a democracia e a igualdade dependeriam da miscigenação (isto é, do desaparecimento do negro ou, do não-branco) e é este o projeto da democracia racial. É necessário assinalar que a democracia racial é processo de subalternização de negros e de não-brancos – elaborado única e exclusivamente *contra* o negro (desde as justificativas para a escravização

do negro, passando pela projeção da eliminação física do negro após a Independência, durante as campanhas Abolicionista e Republicana e após a Proclamação da República).

O racismo, recriado e reelaborado, no Brasil, estabelecido pela democracia racial está presente no fechamento para negros e mestiços da mobilidade vertical e horizontal, presente nos processos de qualificação dos indivíduos inseridos em grupos étnicos e ou em classes sociais, para a luta pela sobrevivência, nos planos da educação, do acesso ao emprego, à renda, à seguridade social e em nível de expectativa de vida. A democracia racial implica no seguinte esquema político e ideológico de silenciar sobre a questão racial, enquanto tenta promover o desaparecimento do negro ou do afro-descendente, através da mestiçagem: o negro não é importante pois não é mais escravo (não tem mais passado), não é importante no presente (vai sendo diluído, não permanece) e não existirá no futuro, pois deverão ser diluídas na *meia-raça* brasileira. Se as raças não importam, no presente, importam menos os indivíduos identificados como descendentes das raças. Esses indivíduos estariam descartados no presente como indesejáveis fontes de conflitos e descartados no futuro, pois lá não existirão. Se o negro não tem

mais passado, não permanece no presente, nem será no futuro, para que falar sobre negro, sobre racismo e sobre prejuízos da discriminação? Vem daí, ao que tudo indica, as violentas tentativas – de origem classista e racista – de silenciamento do negro e de silêncio sobre o racismo. Na questão das políticas afirmativas o silêncio racista e classista se dá do seguinte modo: criticam-se as políticas afirmativas e a adoção de cotas raciais, sem se referir ao ameríndio, ao mestiço, ao negro; fala-se dos riscos que o ensino superior corre de perder “qualidade”, de haver queda do nível de ensino (ou queda do nível de representação diplomática, caso negros sejam admitidos no Ministério de Relações Exteriores, em sistema de cotas raciais). O defensor de privilégios de classe e defensor da reserva da educação superior, da renda e do acesso ao poder para brancos não tem nada contra negros, contra ameríndios ou contra pobres. Eles estariam preocupados é com o nível do ensino superior, ou com o nível da nossa representação diplomática e indiretamente lembram que pobres, pretos e índios são (é claro!) inferiores e incapazes (até de superar suas carências de informação!).

Movimento Negro e ação afirmativa

Desde 1990, as ações afirmativas estão sob revisão crítica nos EUA. Adotadas em meados de 1960, as ações afirmativas foram precedidas pela adoção dos direitos civis (1964) e, nos anos de 1970, as cotas raciais nas universidades e no mercado de trabalho (inclusive com a indução dos fornecedores do governo norte-americano de contratar trabalhadores oriundos de minorias étnicas). As ações afirmativas adotadas nos

EUA são bastante diferentes das que foram desenvolvidas por negros e, também, por brancos brasileiros. No Brasil, no lugar de ações afirmativas foram desenvolvidas *políticas de reparações ou compensações* econômicas, sociais, culturais e morais para que a coletividade negra pudesse superar as grandes diferenças sócio-econômicas, em relação aos brancos, identificadas como fruto do racismo. As políticas de reparações e de ações afirmativas são reclamadas pelos negros desde a Frente Negra Brasileira (Manifesto à gente negra brasileira de 02 de dezembro de 1931), passando pela Convenção do Negro Brasileiro de 1945, prosseguindo no Congresso do Negro Brasileiro de 1951, pelo Teatro Experimental do Negro (1950-1964) e a partir da retomada do Movimento Negro, a partir de 1975.

É a primeira vez que, em nível de governo federal, as ações afirmativas são propostas para reparar os danos causados pelo racismo, ao negro e aos ameríndios. Cabe indicar, aqui, algumas questões sobre o fraco debate que se estabeleceu em torno do PROUNI (mais atacado que efetivamente examinado em seus méritos e limitações), das ações afirmativas voltadas para a democratização do acesso e da permanência do estudante na Universidade Pública e do estabelecimento de cotas para negros e ameríndios, constantes do anteprojeto de reforma universitária.

Os termos do debate travado em torno do PROUNI e da a democratização do acesso e da permanência do estudante, com a adoção do sistema de cotas nas Universidades Públicas sofrem muitas críticas, mas a que me parece mais importante é a seguinte: a adoção de reserva de vagas para egressos de escolas públicas

e adoção das cotas raciais nas universidades federais – ao lado do PROUNI, nas IES particulares, agrediriam o sistema universal de acesso ao ensino superior (vestibular único para ricos, pobres, ameríndios, brancos, mestiços e negros) e, com isso, a questão do mérito individual seria eliminada.

A meu ver, o debate sobre a questão da reserva de vagas e das cotas sociais e raciais está muito tímido, sobretudo com a ausência inexplicável do Movimento Negro. Trata-se de uma timidez incompreensível, pois as justificativas para a criação de reservas de vagas para jovens carentes e as cotas raciais são todas sociais, isto é, tratadas em termos de classe social e não em termos raciais ou étnicos, o que é típico do pensamento conservador e da própria esquerda tradicional. Afirma-se que as cotas são necessárias para corrigir injustiças históricas, mas com argumentação que, no final, deslegitimam as reivindicações históricas do Movimento Negro.

Na esteira dessa colocação (que admite a questão social, mas ocultando a questão étnica-racial), estão as críticas sobre a universalidade do acesso ao ensino superior público e privado e a questão do mérito. Grosso modo, essas duas questões são identificadas com as tradicionais posições dos liberais e da esquerda que defendem regras universais para a disputa em igualdade de condições (todos são iguais perante a lei / iguais oportunidades para todos), nas quais seria legítima a avaliação e a vitória dos mais qualificados (mérito).

Esse debate, na realidade, nunca foi travado no Brasil, pois o pressuposto desta discussão é que existam desigualdades que colocam em xeque o princípio da universalidade e o prin-

cípio do mérito. É verdade que, no Brasil, já se admite que o racismo e a discriminação racial são causas da desigualdade de acesso à riqueza e ao poder, entre negros e brancos. Mas há uma violenta celeuma contra as medidas que objetivam acabar ou diminuir com essas desigualdades.

Diferentemente, os Estados Unidos reconhecem o racismo e os efeitos sociais, econômicos, políticos e culturais da discriminação racial. As discussões sobre ações afirmativas, nos EUA, são antigas e levaram à seguinte constatação: numa sociedade em que grupos e indivíduos enfrentam desiguais condições de vida, de acesso à educação, à informação, à seguridade social e, enfim, aos direitos civis, a igualdade de todos perante a lei e a igualdade de oportunidades contribuem diretamente para a reprodução das diferenças e cristalização das desigualdades (os indivíduos com melhores condições de vida têm vantagens competitivas frente aos demais). Estudos posteriores à adoção dos direitos civis (1964) e das ações afirmativas (1970) constataram que o racismo e a discriminação racial não apenas prejudicam os discriminados (negros e outras minorias étnicas) no presente, mas o racismo e a discriminação racial irão efetivamente prejudicar as futuras gerações. Trata-se, pois, de constatar que não apenas os indivíduos são prejudicados, mas também a coletividade é prejudicada no presente e será prejudicada no futuro. Logo, as ações afirmativas são a forma de corrigir os *efeitos inerciais prejudiciais e não previstos*; na adoção de regras universais. Ademais, essas regras universais, porque concorrem para reproduzir e cristalizar as diferenças, eliminam a questão do mérito (as regras

são válidas para todos, mas há um grupo de concorrentes que é prejudicado por ações e valores sociais, econômicos e políticos frente aos concorrentes de outros grupos, que são beneficiados por essas mesmas ações, valores sociais, econômicos e políticos). Os resultados, para a comunidade negra, foram notáveis: a) os negros são 12% da população e são 25% dos gastos totais no uso de serviços, deste modo, os negros americanos representam um país com PIB de US\$ 600 bilhões; b) , na década de 1990, a renda anual de negros em termos pessoais era 50% maior do que a auferida na década de 1980 (descontada a inflação), além de uma considerável redução do número negros vivendo abaixo da linha de pobreza.

No caso brasileiro, não há discussão efetiva sobre a questão da regra universal de acesso à universidade, nem relativa à questão do mérito – pois, repetindo, a desigualdade é abstratamente discutida em termos sociais. A negação do racismo – ou sua discussão isolada, já não pode mais ser desligada de interesses políticos e econômicos. Não discutir o racismo e modos efetivos de sua superação, nos campos social, econômico, político e cultural, é concorrer diretamente para prejudicar grupos de brasileiros (negros e ameríndios) e beneficiar grupos de brasileiros (no caso, brancos e brancaranas). As políticas de reserva de vagas e cotas colidem com a própria estrutura patrimonialista da sociedade brasileira – que objetivamente controla a renda, a riqueza e a herança desse patrimônio para os herdeiros e, portanto, sociedade que controla a distribuição de renda e de riqueza para a *patota*.

Ação afirmativa – como conjunto de medidas para

possibilitar a participação de indivíduos e grupos tradicionalmente excluídos e reprimidos em suas iniciativas para fugir dessa exclusão (repressão ao Movimento Negro, por exemplo) é essencial para corrigir distorções nas políticas de alocação de recursos públicos, para diminuir diferenças que distorcem a necessária igualdade e o mérito nas competições para ingresso e permanência no ensino superior. Defendo o sistema de cotas como parte de uma política ampla de ação afirmativa que promova mudanças estruturais

aceleradas por ações emergenciais. Em prática na Índia, nos Estados Unidos, na Malásia, no Líbano, na Noruega, na Bélgica, na África do Sul e no Canadá, o sistema de cotas procura exatamente tornar a disputa por emprego, pelo acesso à universidade e outras disputas mais iguais ou menos desiguais. O sistema de cotas para negros, ameríndios e egressos de escolas públicas, nas no ensino superior, virá e com este sistema, advirá uma divisão mais equilibrada das vagas nos cursos, de tal modo que candidatos de classe alta ou

média alta (menos desiguais) disputam 50% das vagas entre si (e ganha, nesta *reequilibrada* disputa, quem tem mérito); os candidatos negros, ameríndios e pobres vão disputar os outros 50% (e, também, nesta disputa *reequilibrada*, ganhará quem tiver mais mérito). Creio, por fim, que as ações afirmativas são, também, formas de reparação de injustiças passadas e presentes que podem garantir um aprofundamento para a democracia brasileira, ao iniciar o desmonte do racismo e ao apontar, concretamente, para a construção de

maior igualdade e maior justiça social, na ordem democrática. E em tempo: nunca o Movimento Negro teve tanta chance de fazer uma articulação com os setores progressistas, para entrar no debate e na construção dessa reforma universitária que pode levar a uma profunda mudança na sociedade brasileira. Creio que vale a pena lutar para que, em cerca de seis anos, quase metade dos formados em Medicina, Ciência da Computação, nas diversas áreas da Engenharia, Odontologia, Veterinária e outras áreas menos imperiais se-

jam de ameríndios, mestiços e negros. Vale a pena esse belo e bom combate.

**Doutor em Comunicação e Cultura pela ECO / UFRJ. Mestre em Ciência Política pela UFMG e Professor do Depto. de Comunicação Social da FAFICH / UFMG. É membro do GT Etnia, gênero e sexo da APUBH e Diretor de Imprensa do Fórum Nacional de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior - PROFES. É membro, também, do Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro Brasileira/INTECAB.*

Desafios para a implementação da lei 10.639/03: notas para o movimento negro

Jeruse Romão*

Para Ironides Rodrigues (memória que ainda muito vive) e Luíza Bairros

Jamais o governo e o sistema educacional brasileiro trataram de forma tão afirmativa o legado dos negros do Brasil e do mundo, em especial do continente africano, quando da sanção da Lei 10.39/03. Esta política decompõe outras tantas ainda desconhecidas do contexto educacional brasileiro.

Como desconsiderar, embora desconhecidas do campo da história da educação, as várias normatizações que determinavam o impedimento do acesso do negro à escola e, em consequência, dos sistemas necessários para seu funcionamento.

Refiro-me, a título de exemplo, ao decreto imperial de 1871, que determinou a proibição de acesso de escravos à escola, e a uma série de outras leis, nas províncias do Rio Grande do

Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Sergipe¹ com o mesmo princípio, que impediu nas escolas e na rede de educação formal não só a presença de escravos, como também de africanos, livres ou libertos.

Em períodos posteriores, já na República, parlamentares brasileiros denunciaram que instituições de confissão religiosas subvencionadas pelo Ministério de Educação determinavam proibidos o atendimento, seja no regime escola, de internato ou asilar, a pessoas negras, conforme registra o jornal "O Quilombo" do Teatro Experimental do Negro.

Estas políticas e práticas nunca foram analisadas com o objetivo de se aferir o impacto causado na população negra em décadas posteriores, Contudo, não sendo

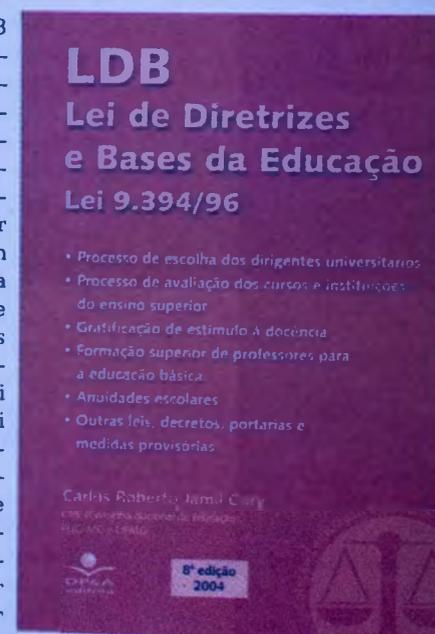
normativa e politicamente revogadas, por certo, naturalizaram a escola como um não-lugar para os negros.

Não bastava a impossibilidade de acesso, tratar com esse conteúdo restringiu-se unicamente às referências sobre a escravidão e, assim, brasileiros e brasileiras de várias gerações aprenderam que um negro brasileiro é descendente de escravo e não de africanos, o que, de certa forma, tinha o mesmo sentido. Para tratar da implementação da lei estes e outros temas precisam ser desafiados, dos quais destacamos:

Desafio 1

O primeiro desafio é o de trazer à compreensão dos sistemas de ensino e dos educadores os propósitos da

Lei 10.639/03 para além da inclusão de conteúdos de matriz africana nos currículos escolares. Portanto, se faz necessário enfatizar que a lei em questão revela a omissão da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, ou seja, a Lei 9.364/96. A lei 10.639/03 resulta de reivindicações dos negros e das negras acolhidas pelos deputados Ben Hur (MTS) e Esther Grossi (RS), ambos, então, parlamentares do PT. O Projeto buscava complementar a



Muitas edições da LDB seguem ignorando a promulgação da Lei 10.639/03

lei máxima da educação e, assim, preencher lacunas de invisibilidade no que se refere à educação dos negros e sobre os negros no Brasil. Dessa forma, para garantir sua eficiência política, devemos tratar a Lei 10.639/03. Assim sendo, já está na hora dos órgãos da educação divulgarem a LDB com sua nova redação, ou seja, acrescida dos artigos que determinam que nela e decorrente de sua aplicação serão desenvolvidas políticas educacionais para e sobre os africanos e seus descendentes no Brasil.

Desafio 2

Um outro desafio sugere uma nova forma e abordagem para se tratar com o orçamento público em geral, e o da educação em especial. Costumo dizer que políticas públicas sem repercussão no orçamento público não passam de discursos. Por experiência, tenho vivenciado longas negociações com os órgãos públicos para a implementação de políticas públicas para e sobre os negros que, no frígido dos ovos, tornam-se inoperantes por não terem sido previstas no orçamento. Embora não seja especialista desta matéria, este debate encontra semelhança no debate sobre o currículo. Parece pacífico. Mas, não o é. Entendo que o princípio da igualdade deva ser perseguido também neste debate. Portanto, se todos somos iguais perante a lei, sendo o orçamento público matéria legal, haverá de buscar igualdade na distribuição dos recursos orçamentários do Estado, sob pena de denunciarmos que este tratamento diferenciado produz e/ou aumenta os abismos da desigualdade.

Desafio 3

Fortalecer as/os educadoras/os negras/os. Para a implementação da Lei 10.639/03, salvando-se algumas exceções, tem sido

convocada ou convidados pelos sistemas de educação a colaboração de militantes e/ou especialistas negra/os, ou de pessoas que agregam as duas condições. Este cenário é relevante para introduzir o debate da lei em duas dimensões: 1) Na medida em que a escola jamais ensinou sobre os conteúdos propostos na lei, os sistemas de ensino têm convocado para formar seus gestores e professores exatamente aqueles/as representantes do segmento que foi sistematicamente ignorado – e expulso– pela escola; 2) que a maioria destes atores apresenta em seu exercício de colaboração uma formação educativa, mas não escolarizada sobre o tema, na medida em que a escola brasileira não formou estudantes e professores em suas redes de ensino. Assim sendo, o conhecimento ofertado pelas/os negras/os aos sistemas de ensino para a implementação da Lei 10.639/03 resulta da dimensão educativa do Movimento Negro.

Neste sentido, é importante lidar estrategicamente com este contexto. Valorizar e evidenciar a dimensão educativa do Movimento Negro amplia os registros da boniteza política presente nas formas de educação popular afro-brasileira. Estamos escrevendo um capítulo sem precedentes na história da educação do país. Um capítulo em que os excluídos retornam à escola para ensinar/educar o sistema que os excluiu. Atribuir esta realidade a uma concepção de educação que não se resume à escolarização e, assim sendo, devemos investir para que o modelo de gestão-democrática, como determina a LDB, - ingresse os educadores/as negros/as não só nos espaços de decisão administrativa, financeira das escolas, mas, inclusive, e de forma central, nas dimensões das ações educativas, pedagógicas, políticas e filosóficas, ou seja, naquelas dimensões que constituem pressupostos

básicos para se pensar a escola e o sistema educacional.

Portanto, recomendo que as organizações negras brasileiras com excelência no tema de educação se conveniem com os sistemas formais e certifiquem estes/as militantes reconhecidos, sob pena de que um tema antes somente militante, depois político e, atualmente, necessário ao mercado de trabalho da educação, alije negros e negras que foram educadores por décadas, mas que nunca foram certificados. O que quero dizer é que a Lei 10.639/03 invoca a formação de milhares de educadores brasileiros. A questão é: que lugar ocuparão os/as negros/as formadores/as não certificados diante de seus alunos formalmente certificados pela legislação educacional? Como trabalhar com a legalização do tema, sem desconstituir o conhecimento educativo do negro? O desafio é entender que os conteúdos da lei apresentam-se novos. Mas, para os outros. Para nós, são conhecimentos necessários ao currículo de nossas vidas e história.

Desafio 4

Outro desafio que precisamos enfrentar é o da armadilha do conteudismo. Neste sentido, julgo pertinente resgatar a historicidade dos debates sobre o currículo na educação. Aligeradamente, podemos afirmar que o currículo não é um lugar pacífico de assentamento de conteúdos. Ele-o currículo-constitui-se como um campo de debate e posições ideológicas que, em tempos modernos, incorpora não somente a hegemonia racial e de classe, como também, os interesses do mercado e do capital. Assim sendo, nunca é demais lembrar uma fala de Afrânio Peixoto, quando declarou que o ensino de história não se destina a apresentar conteúdos sobre civilizações atrasadas. Não

precisamos de muito esforço para focalizar quais as populações a que se referia o pensador brasileiro.

Portanto, a inclusão de conteúdos afro-brasileiros é um exercício de campo e de perspectiva social e étnico-racial. Haveremos de prever as repercussões, nas futuras gerações, dos conhecimentos que alterarão os conceitos e o autoconceito sobre os negros e seus valores civilizatórios e, por sua consequência, alteração do desejo e dos modelos adotados para a constituição de um outro projeto social. Especialmente no Brasil, conhecido e reconhecido como o país que possui a segunda população negra do mundo.

Ainda sobre a armadilha do conteudismo, gostaria de enfatizar que o currículo por si só não altera as relações de raça na sociedade. Não podemos nos deixar envolver por uma rotina de acomodação, por vezes, presente nas escolas. O racismo, estrutural do jeito que é, necessita ser cotidianamente combatido, inclusive nas práticas escolares que revelem as suas boas intenções sobre a implementação da lei.

Desafio 5

Agora gostaria de enfatizar que mais um dos desafios reside na defesa da melhoria da escola pública. Há, por certo, na compreensão de todos/as, complexidades para a introdução dos conteúdos e das diretrizes sobre os conteúdos africanos na escola. Não poderemos, pois, aceitar, que depois da 10.639/03, o modelo de avaliação dos estudantes, da formação dos educadores e da política do livro didático continue sendo executado da mesma forma que antes. Como afirma Hédio da Silva Júnior, a lei sugere que a escola se proponha não mais ao monólogo. A lei sugere um diálogo, na medida em que desconstrói um único modelo civilizatório como re-

ferência. Havendo cidadãos brasileiros constituídos por diversas perspectivas da diversidade, a escola, o lugar que a escola ocupa, de formação do cidadão, deverá operar com todos os seus sentidos. Assim sendo, a avaliação escolar deverá dialogar, pois, com o conceito de corporeidade, identidade e visão de mundo, não balizado no modelo imposto pelo projeto político da escola como atualmente se coloca. Essa preocupação reside na educação, no desafio de apresentar quais nossas leituras e dimensões sobre a pedagogia, bem como sobre nossas formas de propiciar as condições para o ensinar e o aprender.

A qualidade de escola pública dialoga também com outros aspectos. Vejamos. Podemos prever que, a médio prazo, a implantação da lei influenciará um aumento na frequência e permanência de estudantes negros/os na escola. Não podemos perder de vista as carências econômicas destes estudantes e as carências das escolas. Neste sentido, se faz necessário conhecer as políticas e programas de atendimento ao estudante, de forma a estabelecer demandas para o atendimento do estudante negro. Por exemplo, Como então dialogar com os programas que garantem o transporte escolar e a bolsa escola?

Recentemente, apresentei-me ao Conselho de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação de meu estado. Estava ali representando o poder legislativo conforme determina a lei federal e a estadual. Cheguei duvidando de que teria alguma contribuição relevante e saí com a certeza de que se revelava um campo desconhecido do Movimento Negro. Descobri, por exemplo, que para além dos alunos em geral, há uma política alimentar escolar para as escolas indígenas. Sem perder tempo, reivindiquei que na próxima reu-

não pudéssemos discutir políticas para as escolas de áreas remanescentes de quilombos, desconhecidas por absolutamente todos os conselheiros, inclusive, por aqueles que representam a Secretaria de Educação e o Programa de Merenda Escolar. Ora, o que se coloca é a seguinte questão: porque as escolas de quilombos passarão a ser atendidas pelo Programa Fome Zero – um programa de atendimento emergencial à pobreza – e não pelo Programa da Merenda Escolar, este sim articulado com as finalidades da educação?

Desafio 6

Ao Ter que incluir conteúdos de matriz africana nos currículos, a questão que se coloca é: de que África estamos falando? Nós precisamos urgentemente constituir uma instância

multidisciplinar que sugira conteúdos básicos e mínimos que orientem o conjunto da militância negra no país em sua atuação junto à rede de educação. Já estamos, em alguns estados, executando atividades de formação de professores, embora não estejamos ainda focados na complexa tarefa de introduzir conteúdos nos currículos escolares. Reconhecendo que os seus estados possuem autonomia pedagógica para apresentarem suas propostas, ainda assim precisamos de diretrizes balizadoras que apontem quais conteúdos para os diferenciados níveis de ensino, bem como um conjunto de emendas básicas para os temas propostos.

A sugestão, como já enfocamos, considera a autonomia dos sistemas, bem como as diversidades regionais. Mas esse balizamento é fundamental para apontar

propostas e/ou demandas quanto às modalidades de formação dos professores; a necessidade dos recursos didáticos; da necessidade dos recursos financeiros; do levantamento dos especialistas disponíveis; da necessidade de formulação de convênios internos e externos, e por aí afora.

Cito, como exemplo, a experiência de implementação de conteúdos afro nos currículos de ensino da rede municipal de Florianópolis, como determina lei de autoria do vereador Márcio de Souza, sancionada em 1994.

Naquela época, destinamos um longo e exaustivo processo para o balizamento dos conteúdos. Ouvimos vários especialistas locais e nacionais e consultamos fontes de outros países. Como resultado, além da inclusão dos conteúdos na grade curricular, criamos alguns instrumentos que extra-

polaram as barreiras locais e servem ainda hoje de subsídio para políticas e pesquisas em diversas regiões do país, como é o caso da série de cadernos " Pensamento Negro em Educação", do Núcleo de Estudos Negros.

Concluindo, por certo poderíamos ainda apontar outros tantos desafios, mas não temos espaço suficiente neste momento para elencarmos. Assim, penso que seria importante pensar ainda sobre a inclusão do tema nos cursos de graduação; no fortalecimento de editoras negras brasileiras, adotando-as como referência na produção de recursos didáticos; na ampliação do debate do Movimento Negro com o Ministério da Educação; na elaboração de um projeto político pedagógico do Movimento Negro em que se evidenciem quais são nossas compreensões sobre a sociedade, a escola, a educa-

ção e o conceito de homem; Quais os banalizadores teóricos e filosóficos de nossa proposta educativa, na medida em que estamos formando professores e pensando na inclusão do currículo ainda sem analisar criticamente os modelos de gestão do sistema educacional; em como fortalecer o "sistema educacional" negro do país e em como disseminar as concepções pedagógicas e didáticas do movimento, e em tornar absolutamente indispensável o conhecimento e a implementação das diretrizes do Conselho Nacional de Educação.

Continuaremos dialogando. Até lá gostaria de saber: Para você, leitor e leitora, quais são os –seus– desafios para a implementação da Lei 10.639/03?

**Jeruse Romão é mestre em Educação e ativista do Movimento Negro*

Movimento Negro faz denúncia ao Ministério Público

No dia 15 de fevereiro, na cidade do Rio de Janeiro, um conjunto de entidades do Movimento Negro capitaneadas pelo Iara, Instituto de Advocacia Racial e Ambiental apresentou uma denúncia ao Ministério Público para que este apure a ausência de implementação da Lei 10.639/03.

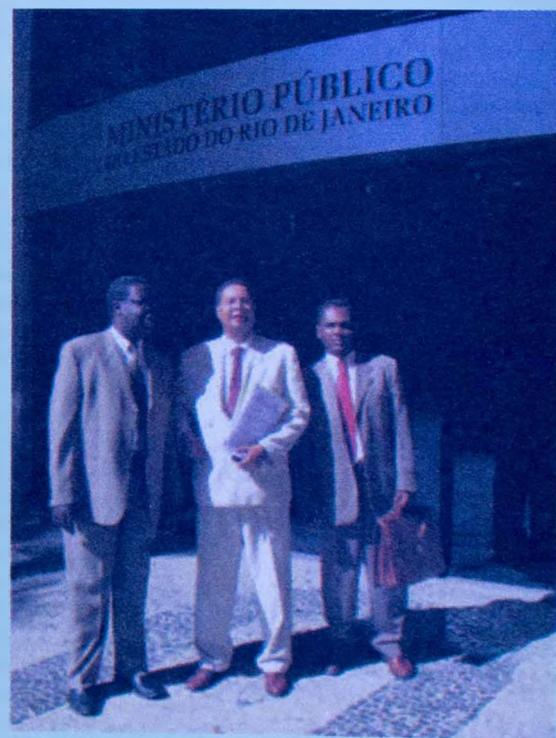
A referida lei, que altera a LDB e obriga a introdução de conteúdos relacionados à história da África, dos afro-brasileiros e cultura afro-brasileira, nos currículos de primeiro e segundo grau, foi regulamentada através da Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004, que institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação, sendo esta homologada em 19 de maio de 2004, pelo ministro da Educação.

O que pretende a representação das entidades do Movimento Negro é uma abertura de inquérito civil público, uma vez que os estabelecimentos ensino não vêm cumprindo a legislação.

Se um conjunto de evidências demonstra o não-cumprimento da Lei 10.639, o inquérito civil público é o instrumento adequado para que o Ministério Público possa agir na defesa dos interesses coletivos. O que se pretende fundamentalmente é o Ajustamento de Conduta, como forma de fazer incluir nos currículos os conteúdos determinados pela Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira, modificada pela Lei 10.639.

As entidades do MN requerem também, uma vez instaurado e instruído o Inquérito Civil Público, o ajuizamento de Ação Civil Pública contra aqueles estabelecimentos de ensino, públicos e privados, que se recusarem ao ajustamento perante o órgão ministerial.

A importância da Representação, além de histórica, é que ela será reproduzida em todos os postos da Procuradoria da República, no âmbito federal, assim como perante os demais Ministérios Públicos estaduais, aspergindo, pulverizando, capilarizando a iniciativa em todos os estados da Federação, repetindo estratégia apresentada com êxito, também pelo advogado Humberto Adami, junto ao Ministério Público do Trabalho.





Ação Afirmativa para Crianças Negras: da pré-escola ao ensino médio.

Cidinha da Silva*

O debate, os projetos, ações e políticas de ação afirmativa para pessoas negras no Brasil têm se concentrado na área educacional, especificamente no chamado "ensino superior". Desde os cursinhos comunitários dos anos 80 e da pioneira Cooperativa Educacional Steve Biko (1983) até o Geração XXI (1999), primeiro projeto a se intitular como ação afirmativa no país, passando pela política de cotas estabelecida em 15 universidades públicas estaduais e federais, a partir de 2002, fala-se em garantir o acesso à universidade para o povo negro.

Por certo, a escolha desta estratégia de enfrentamento das desigualdades educacionais experimentadas pelos(as) negros(as) não se orienta pelo desconhecimento quanto à evasão deste grupo do ensino médio, antes ainda, do fundamental, como gritam os reacionários (e muitas vezes racistas) anti-cotas. Sabemos que somos poucos(as) a prestar vestibular e menos ainda a chegar à universidade. Mas, ocorre que este é um espaço no qual a disputa pelo poder é intensa, onde são formadas as pessoas que dirigirão o Brasil e suas instituições, onde se produz o conhecimento mais valorizado socialmente, onde se adjetivam positivamente certos conhecimentos e re-

pertórios culturais em detrimento de outros. Esses motivos fazem com que haja um foco especial no acesso à universidade. Além disso, o governo brasileiro posicionou a questão na agenda política, quando apresentou suas propostas à III Conferência Mundial Contra o Racismo e, em resposta às desigualdades comprovadas pelas pesquisas do IPEA¹, divulgadas no ano anterior, propôs "cotas para negros nas universidades".

Sabemos mais, temos conhecimento de que a cidadania capenga do(a) adulto(a) negro(a) tem início com sua exclusão da educação infantil. Segundo informações de pesquisa realizada pela professora Fúlvia Rosemberg, em 1987², as crianças brasileiras poderiam ser reprovadas no jardim de infância e na pré-escola, ou seja, antes de chegarem ao ensino fundamental, que é a etapa de escolarização obrigatória.

Os dados de pesquisa etnográfica, realizada pela professora Eliane Cavalleiro³, em escolas de educação infantil da cidade de São Paulo, na década de 90, nos dão pistas do pertencimento racial das crianças reprovadas. Ela nos mostra como as crianças negras de 4 a 6 anos são levadas a construir uma identidade negativa em relação ao seu grupo, ao mesmo tempo em que decifra o sen-

timento de superioridade, assumido pelas crianças brancas em diversas situações e atitudes preconceituosas e discriminatórias, nas quais xingam e ofendem as crianças negras.

Diante desse quadro, 3 instituições, a saber: a empresa francesa, Saint Gobain Sekurit, em parceria com o Instituto Kuanza⁴ e com o Colégio Barão de Mauá estruturaram o projeto "CRESCER – ação afirmativa na pré-escola em Mauá", para o qual foram selecionadas 15 crianças negras, nascidas em 1999, residentes em Mauá, cidade próxima ao ABCD paulista, e inscritas na lista de espera das escolas públicas de educação infantil da região. Elas terão bolsa de estudos no Colégio parceiro por um período de 12 nos, da pré-escola à conclusão do ensino médio, além de outros benefícios. O Instituto Kuanza complementará a formação escolar e oferecerá elementos para a construção de auto-estima e identidade positivas das crianças e suas famílias, bem como condições favoráveis ao seu desenvolvimento psicossocial, intelectual e cidadão. Desenvolverá uma série de atividades com os(as) integrantes do projeto, com suas famílias, com as demais crianças da escola e com professores(as) –

da escola particular e das escolas públicas de origem – ao longo da execução do projeto.

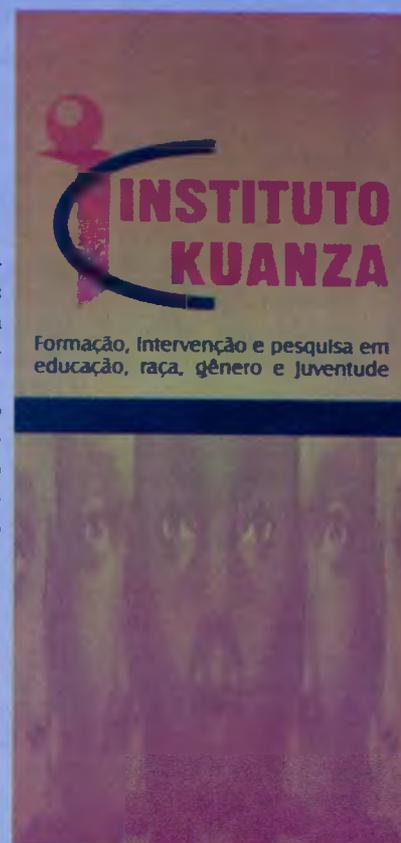
O Instituto Kuanza utiliza este espaço concedido pelo Irohìn para divulgar este projeto de ação afirmativa, como o objetivo de subsidiar a sociedade civil a dialogar com o setor privado sobre a viabilidade de iniciativas similares. Assim, seguiremos a nossa vocação de sugerir ao poder público "maneiras de fazer", mostrando que as organizações negras têm produzido ações de enfrentamento das desigualdades raciais, merecedoras de estudos para transformá-las em políticas públicas.

**Fundadora e diretora do Instituto Kuanza, organizadora do livro 'Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras', Selo Negro Edições / Summus, 2003.*

Notas:

¹ Instituto de Pesquisa Econômica aplicada, órgão do Ministério do Planejamento.

² Anotações da autora feitas durante um "Café Cultural" do Projeto Geração XXI, ocorrido em agosto de 2002, em São Paulo, na



Fundação BankBoston.

³ Do silêncio do lar ao silêncio escolar

– racismo, preconceito e discriminação na educação infantil, Humanitas / Contexto, 2000.

⁴ O Instituto Kuanza é uma organização de mulheres negras fundada em 16 de fevereiro de 2005, por 16 mulheres negras com significativa trajetória de combate ao racismo e ao sexismo. Sua missão institucional é desenvolver projetos e ações no campo da educação, ações afirmativas, pesquisa, comunicação, juventude e articulação comunitária, que incidam sobre as assimetrias racial e de gênero e subsidiem a formulação de políticas públicas nessas áreas. Outras informações no site: www.institutokuanza.org.br



Primeiro ("primeiro", este ano...), em janeiro, morreu uma menina de oito meses de idade. Silêncio. Depois, em fevereiro, mais outras crianças, como Cauã, com três anos e onze meses. Ao morrer desnutrido na primeira semana de março, na aldeia Bororó, a 15 km da cidade de Dourados, o bebê Janison Valdez, de três meses, era a 13ª vítima da fome, em reservas do Mato Grosso do Sul. Segundo o jornal "O Globo", de 534 crianças guarani-Kaiowás examinadas em 2004, 136 delas, 25,45%, já estavam desnutridas ou em risco de desnutrição. Em Mato Grosso, seis crianças xavantes também morreram em de-

Etnocídio e Consciência Racial

corrência da desnutrição, na região de Campinópolis, distante 570 km de Cuiabá.

A medida que contabilizava o aumento do número de crianças mortas por desnutrição em aldeias indígenas, a imprensa começou a se esforçar por dar sinais de uma indignação moral senão "compulsória", certamente tardia para os mortos. O *ombudsman* da "Folha de S.Paulo" criticou o jornal pela insensibilidade de não destacar "um drama que deveria provocar em todos inconformismo e indignação". E os políticos se mexeram, para "exigir investigação" sobre por que o índice de mortalidade de crianças indígenas é cinco vezes maior que o de crianças brancas.

"A desnutrição de crianças é o problema mais grave que enfrentamos, e a política não tem respondido à altura", protestava, em janeiro, o líder indígena Marcos Xukuru, da Associação dos Povos Indígenas do Nordeste e Minas Gerais. (Apoimne). Apesar das esta-

tísticas oficiais mostrarem que a mortalidade indígena – ainda que inaceitavelmente desproporcional à de crianças brancas – teria "melhorado", a verdade é que a média geral oculta a tragédia que vem acontecendo e fazendo sucumbir muitos povos indígenas, em escala genocida.

Tradição "etnicida" – Em 2004, por exemplo, denunciou-se a morte por desnutrição de 25 crianças maxakalis, em Minas Gerais; isso, numa população de 1200 pessoas, distribuída em duas comunidades. Este ano, também, foi denunciada a morte de uma outra criança maxakali, por falta de transporte para atendimento médico. A história dessa criança, que morre por falta de transporte, talvez evoque na memória um samba de Zé Kéti, a contar a história de "um anjo que vai pro céu (...)" porque o doutor chegou tarde demais".

Não é à toa: o padrão a conectá-las é o mesmo. Em seu livro *Guerra Civil* (veja resenha nesta edição do

Ìrohìn), Luis Mir argumenta que negros e índios estão secularmente submetidos à atuação "etnicida" do Estado brasileiro.

Na região de Antonio João, os guarani-kaiowás estão ameaçados judicialmente de despejo, porque fazendeiros ganharam processo de reintegração de posse na Justiça Federal, já que a área demarcada ainda não foi homologada pelo Presidente da República. Em Salgueiro, cerca de 500 km de Recife chegam denúncias de que visitas realizadas pelo Instituto de Colonização e Reforma agrária (INCRA) para desapropriação de fazendas que ocupam 70% da área quilombola de Conceição das Crioulas têm despertado a ira de proprietários locais, que "fazem o seu serviço": usam os meios que têm para iludir e amedrontar.

Maria Aparecida Mendes, coordenadora da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas, e a vereadora Gilvânia Maria da

Silva (PT), entre outras pessoas, foram ameaçadas de morte. Em dezembro do ano passado, a sede da Comunidade foi incendiada. Além disso, os fazendeiros adotam um discurso, encampado pela imprensa local, de que o conflito das comunidades quilombolas é com os índios... Crioulas teve início ainda no século dezoito, formada por um grupo de seis mulheres negras. Como as outras mais de 4000 comunidades quilombolas existentes no Brasil, é o registro vivo de como, no tempo e no espaço, a opressão étnica na área rural confrontou e confronta uma disseminada resistência negra.

Nesta luta, a consciência racial faz a diferença e vai soldando a convicção de que a resposta política para um quadro de diversidade étnica como o do Brasil é o pluralismo. Como declarou Marcos Xukuru, "a gente ouve muito os políticos falarem sobre a diversidade do Brasil, mas muito pouco é feito para preservar isso".

Lunde Braghini

Ìrohìn discute Carolina



"Eu não quero ser teleguiada". A frase, dentre outros aspectos da vida e da obra literária de Carolina Maria de Jesus, foi lembrada no dia 3 de março, quando o Ìrohìn promoveu, em sua sede, palestra e conversa com a Doutora em Teoria Literária Germana Pereira de Sousa. Tradutora e professora dos cursos de Licenciatura em Francês e de Tradução/Francês, na Universidade de Brasília (UnB), Germana defendeu, no final de 2004, a tese de doutorado "O estranho diário da escritora vira-lata". *Estranho diário e escritora vira-lata* foram expressões cunhadas por Carolina, escritora negra (1914-1977) que se celebrizou em 1960, quando seu livro de estréia, *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada, teve extraordinário sucesso no Brasil e no mundo. "O livro de Carolina é estudado nos Estados Unidos até hoje", segundo Germana, "e ela é um dos autores mais brasileiros vendidos no mundo inteiro". Integralmente microfilmada na Biblioteca Nacional, a obra de Carolina contempla, além do *Quarto*, prosa de ficção, poesia e teatro, e outros registros autobiográficos.

Germana traçou um amplo panorama da vida de Carolina. E discutiu a especificidade de sua escrita, "que vai mesclar coisas que não deveriam se juntar, como uma hipoconcordância sintática e uma hipercorreção com relação à colocação pronominal". Durante o debate, com um público concentrado e atento, que incluía, dentre outros presentes, Benedita Damasceno, autora de tese pioneira sobre a poesia negra no Modernismo brasileiro, e a peruana Monica Carrillo, da ONG Lundu, que expôs com brilho a necessidade de construção de "uma nova epistemologia", foram levantadas várias questões acerca do significado da experiência de Carolina, como mulher negra numa sociedade em que há opressão racial contra os negros. Como afirmou um dos participantes, a dimensão racial é tão constitutiva da obra de Carolina quanto o ser judeu, em condições históricas também muito particulares, foi para a obra de Kafka.

Reforma Política

O desenho ao lado é de Laerte e foi publicado no jornal "Folha de S. Paulo, edição de 15 de setembro de 2002. O artista flagrou durante a campanha um futuro eleitor do Dep. Severino Cavalcanti para a presidência da Câmara dos Deputados. Nesta legislatura, 40% dos deputados federais já trocaram de legenda. Aliás, olhando o desenho de Laerte, expressões como "troca-troca", "é dando que se recebe" e "toma-la-dá-cá" adquirem sentidos inusitados. Fala-se, muito apropriadamente, em "desmoralização do Congresso" e em "degeneração partidária".

Os partidos, instâncias hierarquicamente superiores, pois não, sistematicamente dão as costas às demandas dos movimentos so-

ciais. Veja o caso do Estatuto do Índio (mais de dez anos) e do Estatuto do Negro (mais de cinco anos). Se os movimentos sociais não pressionarem diretamente as instituições, suas demandas dormirão para sempre no limbo congressual.

Os movimentos sociais, não dispõem de recursos da União, equivalentes ao Fundo Partidário (mais de cem milhões de reais) e não podem pagar inserções na mídia para tratar, por exemplo, do etnocídio, do extermínio sistemático de negros e índios na sociedade brasileira.

Exercite sua imaginação para responder à seguinte pergunta: em que tipo de mudança política estariam interessados os atuais membros do Congresso Nacional?



Severinos de todos os partidos, amplíssima maioria nas duas Casas, Senado e Câmara, estariam interessados numa "profunda transformação" do sistema político?

Os partidos, que se reuniram um dia e votaram o Fundo que beneficia os partidos, não dão moleza e conduzem a reforma política de modo a fazer mudanças apenas no sistema eleitoral - para beneficiar as cúpulas partidárias. Em qualquer conversa de rua, o cidadão

menos atilado percebe que a representação político-partidária é uma piada de mau-gosto.

Uma hora vamos ter que parar de rir e discutir, no movimento social, quais os caminhos que devemos percorrer para assumirmos o protagonismo na vida política.

Renan Calheiros, presidente do Senado, afirmou em "O Globo, edição de 06.03.2005, a propósito da reforma política: "O que que-

rem os partidos, quer o Congresso". Logo após ele se reuniu com os presidentes dos partidos na sala da presidência do Senado e decidiram como encaminhar a reforma. Pronto. O desafio para os movimentos sociais é criar mecanismos que assegurem algum tipo de controle sobre a discussão deste e de muitos outros temas importantes, onde os partidos decidem tudo sozinhos.

Edson Lopes Cardoso

Relações raciais e identidade

Salvador se confirma como referencial na rota de estudo para jovens pesquisadores negros que buscam fazer estudos sobre negritude na África e América Latina. O recente anúncio da Universidade Federal da Bahia (UFBA) de um novo programa de estudos de pós-graduação *strictu sensu* em estudos Étnicos e Africanos, a ser desenvolvido no segundo semestre de 2005, pelo Centro de Estudos Afro Orientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas confirma isto.

Único no país, o programa abrange duas linhas de pesquisa, estudos étnicos e estudos africanos, que serão tratadas numa abordagem multidisciplinar por especialistas de várias áreas do conhecimento: literatura, história, antropologia, sociologia, e música. Como todos os programas de mestrado, este também visa formar pesquisadores, contudo a expectativa, segundo o release informativo, é que esta preparação colabore para suprir a demanda de profissionais especializados em relações raciais gerada no âmbito dos organismos nacionais e internacionais, centros de pesquisa, organizações não-governamentais e instituições de ensino médio e superior.

O edital recentemente publicado confirma as quinze vagas disponíveis, o prazo de inscrição começa no dia 1º de março e termina em 23 de abril de 2005. Estão aptos a concorrer concluintes de curso superior em qualquer área, que deverão apresentar projeto de pesquisa e currículo para a primeira etapa de seleção. Entrevista, prova específica e prova de língua estrangeira compõem a segunda fase prevista para acontecer entre 6 e 10 de junho.

Esta não é a única investida do CEAO nesta área, há também o Curso Avançado sobre Relações Raciais e Cultura Negra - Fábrica de Idéias, que tem inscrições abertas para a sua oitava edição consecutiva até 15 de março de 2005 e será realizado nas cidades de Salvador e Cachoeira entre 8 a 26 de agosto de 2005. Os interessados em participar deste curso que tem como objetivo contribuir para o treinamento de pesquisadores que estudam processos de racialização e formação de identidades étnicas devem preencher o formulário disponível no site www.ceao.ufba.br/fabrica.

O processo seletivo não é limitado a estudantes brasileiros, por isso entre os trinta candidatos selecionados, dezoito estudantes serão brasileiros, preferencialmente das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Candidatos de outros países ocuparão as doze vagas remanescentes. Passagem, hospedagem, alimentação e ajuda de custo no valor de USD 150 serão destinados aos participantes conforme suas especificidades.

Este ano, o curso estará centrado no tema "Biografias e genealogias no pensamento político negro na África, Caribe, América do Norte e Brasil" para focalizar as relações branco-negro e a produção de culturas negras na América Latina e África.

Ambos os programas estão sob a coordenação do professor Livio Sansone e mais informações podem ser obtidas diretamente no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) localizado a Praça XV de Novembro 17 - Terreiro de Jesus - CEP 4025-010 na cidade de Salvador - Bahia, através do telefone (71) 322 6813, por e-mail fabrica@ufba.br, posatiro@ufba.br ou ainda através dos sites www.ceao.ufba.br e www.posatiro.ufba.br

Claudia Santos





Uma Juíza negra na Corte

Carmen Souza*

Juíza baiana é escolhida pelo presidente da República para o cargo de desembargadora federal. Posto jamais havia sido ocupado por uma pessoa negra.



Ela garante que influencia até de boca fechada. Basta dar uma espiada no currículo de Neuza Maria Alves da Silva para descobrir que o argumento da baiana procede. Aos 54 anos, 17 deles dedicados à magistratura da União, Neuza é a primeira negra a assumir o posto de desembargadora federal no Brasil. A vaga no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, contou com o aval do Executivo. O presidente Luís Inácio Lula da Silva escolheu Neuza dentre outros dois candidatos. De fala firme, mas sem a tradicional pomposidade do Judiciário, a também primeira juíza federal negra brasileira recebeu a equipe do Irohìn para fazer uma análise do novo desafio. "Fiz minhas renúncias, mas não foi em vão. Consegui chegar a um posto que não era impossível, era impensável". A desembargadora também falou sobre políticas afirmativas, o papel do Judiciário diante das questões negras e o destaque profissional conquistado na 1ª instância, em Salvador.

Irohìn: A sua chegada em uma instituição marcada pela rigidez sinaliza mudan-

ças. A senhora e outros negros que virão poderão tornar as instituições mais sensíveis à realidade dos brasileiros. Como foi recebida a primeira desembargadora federal negra do país?

Dra. Neuza Silva: Já convivi com a discriminação e com o preconceito de todas as formas. Por isso, tenho esperança de que vai ser muito tranqüilo. Não estou na berlinda. Estou em uma posição de destaque. Pessoas com as quais eu não acreditava ser possível um diálogo, além da formalidade, vieram ao meu gabinete e se colocaram à minha disposição. Então, tenho quase certeza absoluta de que aquele que não estiver a fim de se preocupar comigo vai se manter à distância, não vai me atacar. A maioria está preocupada com o meu bem-estar. Assumi um gabinete com quase 13 mil processos. É um desafio.

Irohìn: O que faz exatamente um desembargador federal?

Dra. Neuza Silva: Vamos supor que, lá em Salvador, um advogado entre com um processo pedindo um benefício assistencial. Um juiz analisa o caso.

Necessariamente, quando se julga contra a União e suas autarquias, há a necessidade de submeter o recurso a uma Corte revisora. Há também os casos em que o pedido de revisão é feito voluntariamente. Esses processos param aqui no Tribunal Regional Federal. Somos uma Corte que avalia se a sentença foi dada corretamente ou se precisa de algum decote.

Irohìn: A Constituição diz que, entre outros fatores, a escolha de um desembargador federal se dá por antiguidade e merecimento. Qual sua noção de mérito?

Dra. Neuza Silva: É muito forte o que você está me perguntando. O que a gente tem visto e sabido é que o merecimento não tem sido merecido ao longo do tempo. São cargos preenchidos por preferências pessoais. Temos cerca de 150 juizes federais que ocupam o cargo há cinco anos e, por isso, podem virar desembargadores. Então, a tradição é que só entram na disputam aqueles que estão mais próximos de quem vota. Quem não tem essa articulação espera que o tempo passe para que seja



promovido pela antiguidade. É o meu caso. Tenho 17 anos de magistratura e foi a primeira vez que disputei o cargo.

Ìrohìn: O que tornou a senhora possível? Há o papel da militância negra nisso?

Dra. Neuza Silva: Em um primeiro momento, não. No início, comecei a articular dentro do meu tribunal. Depois que entrei na lista triplíce, em que os outros dois concorrentes eram fortes na área política, fui procurar algumas pessoas da militância, fiz contatos com ministros, juízes, deputados.

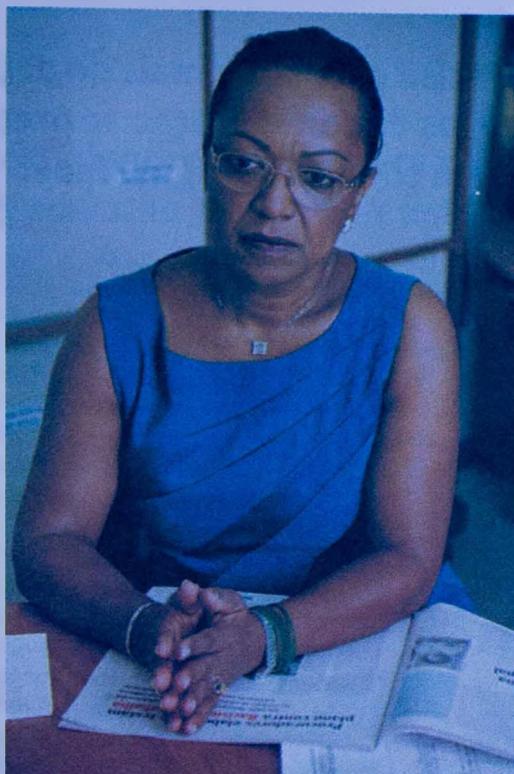
Ìrohìn: Dos 27 desembargadores do TRF, cinco são mulheres e uma delas negra. As cotas podem mudar esse quadro?

Dra. Neuza Silva: Acho que as cotas estão bem dimensionadas ao permitir que o negro se capacite. Agora, com relação ao ingresso nos tribunais, principalmente se o critério é o merecimento, ninguém pode impor cotas. Acho que o Movimento Negro tem que pressionar aqueles que podem disputar esses postos. Fazer com que percam o medo da concorrência.

Ìrohìn: Mas a decisão não é política? O desempate de candidatos não poderia ser feito por um critério racial?

Dra. Neuza Silva: Eu

não vejo como viabilizar isso porque a Constituição Federal tem regra escrita a respeito da sistemática da escolha de desembargadores. Mas até acho que o presi-



dente da República tenha levado isso em consideração na hora da escolha. O que chegou ao meu conhecimento foi que o presidente Lula disse, no momento em que assinava o meu ato, que tinha um prazer redobrado em fazer a escolha porque a candidata tinha uma história de vida parecida com a dele. Agora, se o presidente não fosse o Lula, que referencial ele teria para raciocinar dentro dessa lógica?

Ìrohìn: Como o Judiciário pensa a questão racial? A contestação às políticas de ação afirmativa já chegaram ao Supremo Tribunal Federal.

bando de gente que poderia ter conseguido alguma coisa, mas teria que me imolar e, hoje, elas não me teriam como referencial. O que me traz alguma tranqüilida-

estimulava os filhos a estudar, mas o ambiente jogava a gente pra baixo. Fui fazer o pedagógico para satisfazer a minha mãe. Ela dizia que uma mulher negra e pobre tinha que ter uma carta de professora. Só então poderia tentar algo melhor. Terminei o pedagógico em 13 de dezembro de 1969 e, em 19 de janeiro de 1970, estava com o resultado do vestibular de Direito na mão.

Ìrohìn: E os primeiros anos no Judiciário? Funcionários da primeira instância contam que viram a senhora revolucionar o tribunal.

Dra. Neuza Silva: Tenho a tranqüilidade de dizer que influencio positivamente

“Assumi um gabinete com quase 13 mil processos. É um desafio.”

“Fiz minhas renúncias, mas não foi em vão. Consegui chegar a um posto que não era impossível, era impensável.”

até sem abrir a boca. Meu comportamento na magistratura é linear. Nunca abaixei a cabeça pra senhor ninguém. E jamais tive uma atitude despótica, de maltratar as pessoas. Tem horas que me dá a impressão de que alguém fala pela minha boca. Não sei quem. Se uma entidade, um espírito, um poder superior. Vou de coração aberto e faço o melhor possível.

Ìrohìn: Como foi a infância na periferia de Salvador?

Dra. Neuza Silva: Sou filha de uma ex-empregada doméstica que tinha uma força e uma visão de vida e de mundo inigualáveis. Ela

de é saber que fiz minhas renúncias, mas não foi em vão. Consegui chegar a um posto que não era impossível, era impensável.

* Jornalista (DF)



Receba o Ìrohìn em casa!

Peça sua assinatura gratuita.

Fortaleça a divulgação da imprensa negra.

Envie seu pedido para a Caixa Postal 04372 / CEP 70904-970 Brasília-DF

Ou para irohin@terra.com.br



Ações afirmativas na mídia – uma articulação necessária

Paulo Rogério Nunes*

O Movimento Negro precisa participar mais do debate nacional sobre democratização dos meios de comunicação se pretende alcançar uma representação digna e em condição de igualdade.

Não é novidade para ninguém que os meios de comunicação social no Brasil retratam o negro de maneira superficial e estereotipada. Também não é novidade que esses mesmos meios estão nas mãos de poucas famílias – brancas e que monopolizam o poder político e econômico nacional. A proposta desse artigo é chamar a atenção da comunidade negra para a importância de uma articulação que pressione as instâncias do poder público no sentido de promover políticas públicas na área de comunicação.

Em 2001, na Conferência Mundial Contra o Racismo, realizada em Durban, foram deliberadas algumas diretrizes para equidade racial na área de comunicação. Um dos encaminhamentos foi “instar os estados a incentivarem os meios de comunicação para evitarem os estereótipos baseados em racismo, discriminação racial, xenofobia e a intolerância correlata”. De lá para cá, houve avanços pontuais, mas o racismo e a diversidade na mídia são temas pouco abordados dentro das organizações negras, o que pode explicar a demora na aplicação dessas diretrizes pelo Estado brasileiro. Não podemos mais esperar silenciosamente que o governo opere mudanças no tratamento histórico dado à comunicação social, so-

bretudo por essa ser uma área onde se cruzam interesses políticos complexos e um dos setores que mais movimentam a economia nacional.

Lei Geral de Comunicação de Massa

Recentemente, empresários do audiovisual, governo e sociedade civil estiveram engajados em discussões exaustivas sobre a proposta de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) em substituição à Ancine. A proposta original era a de que essa agência regularia não só o cinema, mas a televisão e demais mídias no que se refere ao conteúdo e à propriedade.

Após muito *lobby* dos empresários e o enfraquecimento da sociedade civil, o Governo recuou na proposta, deixando um indicativo da discussão de uma lei que respaldasse a criação da agência e que regularia o setor de comunicação social no país, a Lei Geral de Comunicação de Massa. O problema é que a burocratização excessiva do Estado, a fraqueza dos movimentos sociais e uma possível troca de ministro podem atrasar, ou impedir, as discussões sobre o assunto. É nesse sentido que se torna necessária uma articulação de comunicadores negros para interferir na construção da lei, de modo que ela contemple a pluralidade racial brasileira e pos-

sa não só colocar os negros na estrutura midiática existente, mas que proporcione também a esses segmentos excluídos o acesso a suas próprias concessões de canais televisivos, rádios, jornais e demais veículos, estimulando uma verdadeira apropriação dos meios.

Mídia Negra

Diversos países já compreenderam – por pressão dos movimentos sociais – a necessidade de promover a diversidade étnica em seus meios. O Canadá, por exemplo, possui um sistema de difusão bastante inclusivo. Lá, além de pessoas oriundas das chamadas minorias terem uma representação digna e em condições de igualdade em canais tradicionais, existem canais como o APTN TV que são geridos e apresentados por elas próprias. Na Alemanha, recentemente, aconteceu o *Black Media Congress* (Congresso de Mídia Negra) que reuniu pesquisadores, ativistas, empresários negros de diversos países da África e da diáspora e teve como tema “Diáspora negra global: da Conferência de Berlim em 1884 ao afro-futurismo em 2004”.

Na Alemanha já existem programas de televisão específicos para os afro-alemães e um enorme apoio por parte do Estado a produções cinematográficas, apesar de a popu-

lação negra ser de 3% apenas.

Ainda no âmbito internacional, podemos citar a campanha pelo Direito à Comunicação (*Communications Rights In The Information Society – CRIS*) que está reunindo diversos atores sociais, para pensarem propostas de intervenção na “Cúpula Mundial da Sociedade da Informação” que acontecerá na Tunísia, no final deste ano. A campanha, no Brasil, tem como principais bandeiras: a luta contra a concentração da mídia; a apropriação social das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs); a defesa da diversidade cultural e a busca por medidas de flexibilização da propriedade intelectual. Apesar disso, a intervenção de Ong’s negras ainda é bastante reduzida.

Precisamos então despertar e interferir nos rumos do debate nacional sobre a comunicação, fazendo uma ampla mobilização com parlamentares, militantes, comunicadores, educadores, intelectuais e todos que lutam por uma sociedade mais igualitária e uma mídia mais democrática. Afinal, a mídia está presente em nosso cotidiano e é um dos mais importantes instrumentos de formação ideológica e política.

* Paulo Rogério Nunes é estudante de Comunicação Social na Universidade Católica de Salvador/BA.



SEGUNDA ANISTIA A JOÃO CÂNDIDO

Está na pauta do Plenário da Câmara o PL 7198/2002, de autoria da senadora Marina Silva, que concede anistia “post mortem” a João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata e demais companheiros.

Esta é a segunda anistia que o Congresso vota para João Cândido e seus companheiros. A primeira foi votada no Senado, em 24 de novembro de 1910, e na Câmara no dia 25, com sanção do presidente da República e tudo, e serviu apenas para levar os marinheiros rebeldes a entregarem as armas e os navios.

O projeto da senadora Marina Silva vem se arrastando desde 2001 e, caso aprovado, deve produzir seus efeitos em relação às promoções a que teriam direito os anistiados, se tivessem permanecido em serviço ativo, bem como em relação ao benefício da pensão por morte.

O PL 7198 está pronto para votação no plenário e só depende de pressão.

Novos atores, velhas práticas?

Ana Flávia Magalhães Pinto*

Em Porto Alegre, estudantes dão mais um passo para a consolidação da Associação Nacional de Estudantes Negras e Negros



A criação da Associação Nacional de Estudantes Negras e Negros (Anen) figura como um posicionamento da juventude negra brasileira em nome e a serviço de suas demandas específicas. Como sugere o próprio nome, a meta é a construção de um diálogo entre os segmentos estudantis negros existentes no Brasil e o empreendimento de lutas conjuntas.

Os trabalhos iniciados em São Luís (MA), em setembro de 2004, como atividade paralela ao III Congresso de Pesquisadores(as) Negros(as) (Copene), tiveram como desdobramento a segunda reunião de caráter nacional realizada durante o V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no período 27 a 30 de janeiro. Entre os pontos de pauta, estavam a formatação da Anen; a construção de um encontro nacional; os projetos de reforma universitária; e a Marcha Zumbi +10.

No rastro de outros segmentos do Movimento Negro brasileiro em relação a suas atividades, parte das(os) estudantes negras(os) presentes considerou o período da Marcha Zumbi +10 o momento ideal para a retomada do Seminário Nacional de Estudantes Negros(as) Universitários(as) (Senun) – atividade que teve sua pri-

meira edição no ano de 1992 em Salvador (BA), sendo a proposta de realização de sua segunda edição para novembro de 2005, em Brasília, concebida como deliberação do III Senun-BA, em novembro último...

Mais do que a uma distância temporal, os anos que se seguiram remetem a possibilidades concretas de reformulações e avanços nas práticas políticas de e para a juventude negra brasileira, em particular, e de e para o Movimento Negro, como um todo. No entanto, essas possibilidades infelizmente não concorrem com uma articulação segmentada e já realizada do corpo estudantil negro, estando mais ligada ao aprendizado que se visualiza na experiência das gerações de militantes negras(os) que nos precederam.

Mas a legitimidade, a urgência e a força dessa luta são grandes. E um exemplo do que pode significar esse novo caminho trilhado pela juventude negra foi dado na tarde de 30 de janeiro em



Porto Alegre (domingo). Diante da agressão racista, física e simbólica, a três jovens negras e um negro por rapazes brancos de nacionalidades brasileira e argentina, assim como em face da lentidão da polícia civil num primeiro momento, decidiu-se pela ocupação das vias de trânsito que davam acesso ao Fórum, como forma de pressionar as autoridades locais para garantirem os direitos civis e sociais tão aclamados, mas pouco verificáveis durante o evento. Entre falas de protesto, reconhecia-se o lastro da luta do povo negro brasileiro por liberdade: "Se hoje estou aqui, só devo a Dandara, só devo a Zumbi!"

Como bem apontava Bantu Steve Biko, em seus discursos na Organização de Estudantes Sul-Africanos (Oesa), nos anos 1970, "estamos por nossa própria

conta"! Essa constatação-ensinamento incita a um amadurecimento rápido, que dê conta de organizar uma trajetória ancestral de acertos e erros. Falamos em erros na medida em que, ainda

hoje, práticas fragilizadoras da luta negra têm se reproduzido. Procedimentos viciados encampados por membros de entidades tradicionais de Movimento Negro que nem são mais estudantes – interferindo diretamente nas últimas reuniões da Anen – causaram um mal-estar que se traduz na retomada de um questionamento inicial: Por meio de que tipo de práticas, os(as) estudantes negros(as) desejam construir sua trajetória de luta anti-racista? A preservação e o apreço por qualquer forma de tutela é um caminho promissor?

É sabido que, nesta sociedade, nos espaços de entidades brancas hegemônicas, a disputa interna entre grupos gera ao vencedor condições reais de chegada ao poder. O mesmo não se observa quando falamos de entidades negras e de pes-

soas negras, pois, utilizando-se dessas formas pulverizadoras, o dito vencedor só tem como única garantia a perda de sua legitimidade, o que fragiliza muito mais o coletivo do que qualquer grupo isoladamente. O reconhecimento e o respeito por nossa diversidade ligam-se diretamente ao fato de que, para o povo negro, não existe outra forma de enfrentamento profícuo do racismo e das desigualdades que não prime pela coletividade.

À luz dessas questões, a Comissão Impulsora da Anen, recentemente formulada, se reunirá nos dias 25, 26 e 27 de março no Rio de Janeiro. É prevista a representação de quatro estudantes negras(os) por estado. Atualmente, cerca de quinze estados estão envolvidos, não havendo ainda representantes da Região Norte. Entre as responsabilidades para essa primeira reunião, figura a construção de um manifesto que contemple os pressupostos e as linhas gerais de intervenção–documento de grande importância para as(os) estudantes negras(os) brasileiras(os) não apenas para o novembro próximo. As(os) estudantes negras(os) interessados(as) em entrar em contato podem enviar solicitação de cadastro para assoc_nacional_estudantes_negros-subscribe@yahoo.com.br.



Excursionando para além dos redutos afros

Silvany Euclênio*

Em Salvador, onde Jabor viu espaço naturalmente democrático, Silvany viu segregação e violência, ao som de canção racista de Luís Caldas

Circula na internet o texto poético, de um importante jornalista brasileiro em seu dilema no final das férias passadas na Bahia, onde afirma entre outras coisas:

"Não consigo ir embora da Bahia / Acabaram minhas férias e continuo aqui. / ... Salvador não é uma 'cidade partida' como é o Rio, nem a cidade que expele seus escravos, como São Paulo, que um dia será castigada, estrangulada por sua periferia. / ... Aqui não se vêem os rostos torturados dos miseráveis do Rio e de São Paulo: a pobreza tem uma religião costurando tudo. As festas do ano inteiro não são diversionistas, orgiásticas, para divertir – são para integrar. / ... Aqui dá para esquecer o jogo sujo do Congresso em Brasília, revelando a face oculta dos bandidos com imunidade, avacalhando a democracia, aqui você não morre afogado na enchente da marginal Tietê... / Não conheço lugar mais naturalmente democrático. E, por isso, não consigo ir embora. Vou comprar uma camiseta 'No stress' e ficar bebendo frappé de coco para sempre".

Ao ler esse texto, atribuído a Arnaldo Jabor no site <http://estadosdeespirito.webloguer.terra.com.br>, tive dúvidas: se a Bahia idealizada pelo famoso jornalista seria a mesma que conheço e visito anualmen-

te, nos últimos 15 anos, e se o carnaval do qual participei é o mesmo de que participo há tanto tempo.

Não creio que o jornalista em questão tenha desembarcado no mesmo aeroporto que eu, antes conhecido como "Dois de Julho" e que mudou de nome, mas mantém em seus guichês um staff totalmente europeizado. Se não fossem algumas figuras emblemáticas, como as baianas, recepcionando os turistas, distribuindo fitinhas do "Nosso Senhor do Bonfim" e folhetos diversos, nem perceberíamos estar chegando em Salvador.

Difícil mesmo é acreditar que ele, realmente, viu "integração" no carnaval baiano e, ao mesmo tempo, não conseguiu ver rostos torturados pela miséria. Com certeza esse senhor circulou apenas pelos muitos camarotes estrelados por galãs globais no circuito Barra/Ondina.

Eu também tive a oportunidade de conhecer o circuito Barra/Ondina, nesse último carnaval. Fui convidada para um camarote e, pela primeira vez, pude ver, de maneira ainda mais real do que já havia percebido, pois dessa vez eu via de cima, no camarote, o lugar reservado ao povo negro no carnaval baiano: cordeiros (homens e

mulheres, jovens e idosos), com olhares perdidos e sem perspectiva, apertados entre os foliões e a "galera da pipoca", garantindo a segurança necessária para os turistas e a elite baiana brincarem; ambulantes e catadores de lata, muitas vezes aproveitando a única chance de trabalho do ano inteiro, servindo com solicitude aos foliões durante toda a noite, e largados nas calçadas pela manhã, dormindo nas condições mais insalubres e precárias (homens, mulheres e crianças); e a turma da pipoca, recusando-se a abrir mão do direito ao lazer, mesmo não tendo conseguido comprar o abadá,



O Ilê Aiyê trouxe a diversidade de Moçambique para as ruas de Salvador

persiste, insiste, acotovelando-se e batendo-se no meio de uma multidão sedenta de "supostos ídolos".

Talvez, por razões que nem a razão consegue explicar, meu posto de observação no espaço sagrado dos turistas e da elite baiana

localizava-se em frente a um posto policial. Assim, tive que ver de perto, e do alto, a violência com que nossos jovens e crianças eram tratados pelo aparato encarregado de garantir a segurança dos foliões. Para coroar, assisti ao momento em que tiveram de "esvaziar" o lugar, que já não comportava o número de presos. Foi um desfile horrendo, de jovens negros com os braços travados nas costas por policiais, expostos como animais aos olhares curiosos, enquanto eram levados para longe do espaço que se atreveram a invadir, achando que a festa também era deles.

Mais surpreendente ainda foi o momento em que olhei o lado esquerdo do camarote e percebi uma pequena área separada de onde estávamos por duas barras de ferro. Olhei de um lado e do outro e percebi a divisão racial, dentro do próprio camarote. As duas barras de ferro, que ninguém se atrevia a ultrapassar, delimitavam o espaço reservado para a diretoria da empresa patrocinadora do camarote. Acreditem, não havia um negro sequer, nem mesmo aqueles chamados de pardos, na área separada, privilegiada e melhor estruturada.

Sobre o *apartheid* que se explicita de maneira ain-

da mais evidente na divisão do espaço durante o carnaval baiano, a doutora em comunicação e cultura Malu Fontes, escreveu no jornal "A Tarde" do dia 13/02/2005: "Encasteladas nos camarotes vipescos patrocinados pela briga poderosa entre as operadoras de telefonia, pelas cervejarias e por tudo o que é anunciante, a elite política e econômica da cidade não percebe, ou finge não perceber, que, em troca de uma horda de turistas e seus milhões e de uma boa imagem na tela de TV em São Paulo está matando a festa. ... Do alto das sacadas estelares, o efeito de distanciamento entre a elite e a gente comum é ostensivo. Uns se acotovelam desconfortáveis, embaixo, no asfalto; outros olham do alto para baixo, aliviados, por fazerem parte de outro mundo".

E, de repente, "Pega ela aí, pega ela aí..."

O carnaval baiano deste ano comemorou os "20 anos de Axé Music", retirando do limbo o cantor e compositor Luís Caldas e seu famigerado hit da década de 80, "Fricote". A maioria daqueles que se consideram legítimos representantes desse estilo musical, mais uma vez incapaz de perceber o verdadeiro significado da palavra axé, da qual se apropriou indevidamente, fez questão de cantar exaustivamente o tal "sucesso",

mais conhecido como "Nega do Cabelo Duro".

E lá estávamos nós, assistindo a um show no Pelourinho. Cada vez que o cantor anunciava que iria cantar um antigo sucesso para lembrar os "20 anos da Axé Music", ficávamos tensas, achando que iríamos ouvir "Fricote". Uma hora depois, foi com alívio que vimos o show terminar, sem que a música tivesse sido executada. Refletindo honestamente, concluí que meu maior medo não era o de ouvir a música, e sim o de ouvi-la impunemente, sem qualquer reação minha e dos demais negros ali presentes. Não adiantou tapar o sol com a peneira, me refugiando nos blocos afro, pois a televisão anunciava o tempo inteiro que Fricote "foi ouvida em todos os circuitos durante os seis dias de festa". Como disse meu grande amigo Landê, "além da música nega do cabelo duro, temos um outro problema, os negros de miolo mole", presos numa inércia ideológica que os impede de reagir à violência racial a

que estamos submetidos.

Há 20 anos, quando a música "Fricote" estourou como sucesso nacional, eu era uma mulher com a autoestima arrebatada pela barbárie do racismo e do machismo. De forma masoquista tentava atingir o padrão de beleza aceito e apreciado, agredindo meus cabelos com produtos à base de soda cáustica e tentava diminuir a dimensão dos meus lábios quando fazia fotos. Ao ouvir tal música sentia-me como nos pesadelos que me acompanharam por toda a infância, ao ponto de ter medo de dormir: solitária, num lugar estranho, olhada, vigiada, explorada e sem saída. Corria, fugia e não conseguia me libertar daquele lugar e daquela situação.

Um dia, lendo o jornal, vi uma matéria sobre a reação de militantes do MNU - DF que haviam jogado latinhas num trio elétrico ao ouvirem a acintosa música de Luís Caldas. Primeiro, percebi que eu não era a única pessoa que se sentia injuriada e ofendida com as

práticas racistas brasileiras. Busquei e consegui contatos com o grupo. A partir daí, iniciei minha militância no Movimento Negro. Mas o mais importante de tudo, iniciei a reconstrução da minha identidade de mulher negra e o processo de recuperação da minha autoestima. Incorporando a inteligência ancestral das yabas e o conhecimento da minha história, me liberto mais a cada dia.

Entretanto, me pergunto, que estranho momento é esse que estamos vivendo? O que mudou nos últimos 20 anos? Será que o que era racismo já não é?

Senão, vejamos: a música "Fricote" que reforça acintosa e agressivamente vários estereótipos sobre a mulher negra, tocou exaustivamente nesse carnaval sem que se tenha registrado qualquer reação. Na minha adolescência, ser chamada de "cabelo de bombрил" era uma grande ofensa, a final nosso cabelo crespo não é palha de aço. Hoje, somente a marca mudou. Minha afilhada, de ape-

nas 8 anos, chegou em casa chateada por que foi chamada de "assolina", numa alusão à atual propaganda da "assolan", onde bebês aparecem com uma espécie de peruca ao estilo "black power", feita de palha de aço". Não gostou, sentiu-se ofendida. Sinto muito por você, minha menina, e por todas as demais, agredidas pelo racismo, mas ainda não conseguimos garantir a implementação de mudanças substanciais nesse país que conduzam à valorização de nossa diversidade, possam assegurar o pluralismo e o respeito à dignidade de seres humanos.

Em tempos de "turismo étnico", em que muitos negros do Brasil e do mundo sentem-se atraídos para a nossa "Roma Negra", é bom que não façam como eu, que sempre encarei Salvador apenas em seus redutos afros, onde, como diz a canção do Ilê, "renovo as minhas forças e desarmo os inimigos". As contradições geradas pelo racismo estão ali arraigadas como em qualquer outro lugar do Brasil,

embora sejamos lá a maioria absoluta, e embora nossa cultura ancestral esteja lá melhor preservada do que em qualquer outro lugar. Salvador não é o lugar "naturalmente democrático" descrito pelo competente jornalista. Provavelmente ele não percebeu que a maioria dos baianos não tem condições para hospedar-se no resort onde ele se hospedou, e nem mesmo de aderir ao slogan "no stress" ou de passar o restante dos seus dias tomando frappé de coco.

É hora de abandonarmos o silêncio cúmplice e nos movimentarmos no sentido de garantir transformações políticas, econômicas, sociais e culturais profundas e verdadeiras. É também por isso que devemos construir a Marcha Zumbi + 10 em nossos espaços de militância, só nossa mobilização pode realmente chacoalhar as estruturas racistas cristalizadas neste país.

"Graduada em História, dirigente do "Centro de Referência Lélia González" (Goiânia).

Violência e racismo

Em 1986, no auge da reação à música "Fricote" Lourdes Teodoro lançou o livro **Fricote: Swing** (ensaio antropológico em ritmo de jazz, EditoraThesaurus). Segue transcrição de fragmento em que a autora, poeta, doutora em Literatura Comparada pela Sorbonne e professora aposentada da UnB, analisa a letra da canção:

"No caso da música **Fricote**, o vocábulo é redutor de identidade individual: fala-se de uma mulher cuja única atribuição descritiva é a cor da pele e a textura dos cabelos (invariavelmente no singular, em tais casos). O imperativo popular "pega ela aí/pega ela aí", evoca situações como as de uma ladra que corre, situações como as de um apelo ao linchamento ou à sevícia.

Do mesmo modo, o termo "negão" é, no caso, redutor de identidade: o homem negro é reduzido a sua cor e é assimilado ao promotor da sevícia, violação ou linchamento. Dentro de sua objetividade a letra pergunta: "pega ela aí, pra quê?" E as respostas sugerem formas de um relacionamento sexual, em geral não assumido por contrariar uma ética que é tanto dos negros quanto dos brancos ou outros. Essa sugestão fica por conta das rimas supostas e que chamam a atenção por sua imanência: "bochecha" rima com "violeta" e "azul" rima com "céu", permitindo as leituras já codificadas socialmente para as letras de música, especialmente no carnaval. Por essas razões é que a música foi considerada agressiva e desrespeitosa à mulher negra. E poderíamos dizer que ela é tão desrespeitosa da mulher quanto do homem negro" (pp.36-37).





Cadernos Negros: ação cooperativa e talento

Fernanda Felisberto*

Esmeralda Ribeiro, atual presidente do grupo Quilombhoje Literatura, conversa sobre os 27 anos de literatura afro-brasileira nos Cadernos Negros.

Irohìn: Como nasceu o grupo Quilombhoje Literatura?

Esmeralda: O grupo nasceu em 1980, após o surgimento dos Cadernos Negros. Na verdade, surgiu da necessidade que sentíamos de valorizar e discutir autores pouco lidos nas escolas e universidades, como Lima Barreto, Cruz e Sousa, Lino Guedes, Carolina Maria de Jesus, por isto nasceu o Quilombhoje, para discutir e aprofundar os estudos literários.

Irohìn: Então vamos inverter a pergunta, como nasceram os Cadernos Negros?

Esmeralda: Surgiu em 1978, no bojo político da ditadura militar e em meio a um grande movimento que existia pela liberdade de expressão. Surgia um veículo que os autores afro-brasileiros utilizavam para colocar seus textos no mercado editorial, publicar, tirar da gaveta sem precisar enfrentar a resistência das grandes editoras da época. Agora elas estão até mais flexíveis.

Irohìn: Quem fazia parte deste primeiro grupo?

Esmeralda: Os Cadernos e o Quilombhoje come-

çam com o Jamu Mika e o Cuti, teve também o Jorge Lescano. Começaram a publicar o livro de forma cooperativada, cada autor pagava uma parcela para participar do livro e havia um retorno para o autor em cotas de livros. No início dos Cadernos, o lançamento era uma coisa fechada, para poucos. Em 1982, com a entrada de outros componentes do Quilombhoje é que este

e muitos detalhes.

Irohìn: E como é esta dinâmica para participar dos Cadernos Negros?

Esmeralda: Até hoje a dinâmica é a mesma, desde 1978. Enviamos uma carta para os autores explicando toda a proposta da publicação, a quantidade de laudas, os valores depositados. Os autores que confiam e apostam no projeto

cessariamente é um perfil formal de conselho, mas são pessoas convidadas anualmente para participar da seleção. Deste grupo participam professores, leitores, pessoas que gostem de ler poesia e contos e principalmente que acompanhem os trabalhos dos Cadernos. A cada ano o trabalho está mais seletivo, não é qualquer pessoa que entra nos Cadernos, a obra tem que

dadé é até um mecanismo de proteção do autor, já que antes era publicado do jeito que vinha, levávamos mais críticas, o autor e nós também, claro que existem trabalhos de que se gosta mais do que outros, mas isto faz parte do processo.

Irohìn: O que é literatura afro-brasileira para você, é a temática ou o autor?

Esmeralda: São os dois, isto é uma velha polêmica. Pode-se usar o negro como temática, mas o afro-brasileiro que está produzindo sua obra, ele tem que ter a liberdade de escrever sobre infinitos temas. Nosso processo ainda está em formação, o negro ainda é o tema predominante. Em uma análise dos Cadernos, em especial, anteriormente era uma marca a temática da volta à África e as mulheres como seres míticos e inatingíveis.

Irohìn: E como está a participação feminina nos Cadernos?

Esmeralda: Ainda é assustadora a participação feminina nos Cadernos. Por exemplo, no número atual, só participam duas mulheres, uma autora do Rio de Janeiro, Sueli, e eu, em um universo de quinze autores.



“O sonho, indiscutivelmente, é ver nossa produção exposta nas principais livrarias do país. Nós queremos entrar no mercado editorial, sim, por isto tomamos alguns cuidados para que o trabalho possa ter uma boa apresentação e qualidade.”

grupo assumiu os Cadernos Negros. Entraram vários jovens, inclusive eu (risos). Nós achávamos que para o Cuti, sozinho, era muito trabalho, apesar de umas quatro pessoas participarem da fundação dos Cadernos, mas era o Luís Silva (Cuti) que estava levando tudo sozinho. Nós não achávamos justo, já que a dinâmica editorial envolve várias etapas

mandam seus textos e fazem o depósito mensalmente. Até hoje funcionamos de maneira cooperativada.

Irohìn: Como se define o perfil dos escritores selecionados?

Esmeralda: Na verdade, quem acaba definindo o perfil dos autores é o conselho editorial, que não ne-

ter qualidade literária. Para evitar alguns problemas, como o de privilegiar uns em detrimento de outros, estamos usando pseudônimos, tanto para os autores como para os avaliadores, o que passa ser julgado é a obra. O intuito deste conselho não é eliminar nenhum autor, mas contribuir para que o trabalho melhore, se for possível (risos). Na ver-

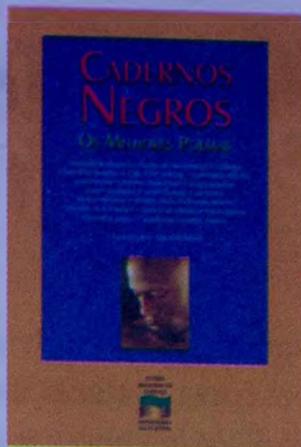
Eu sempre alerta muito as mulheres negras para participarem, não só dos Cadernos como de outras antologias que apareçam no país.

Irohin: E como funciona essa alternância de publicações de contos e poemas?

Esmeralda: Os Cadernos são publicados anualmente, desde o início é assim. Nos anos pares saem os poemas e, nos ímpares, os contos. E já virou uma tradição aqui em SP, o lançamento dos Cadernos Negros, já virou um evento, é um espaço familiar, mas amplo, tem gente que se encontra, se reencontra, outros namoram outros separam(risos), tem de tudo. Já virou multimídia também, neste último teve a apresentação de MC's, autores apresentando os poemas, ficou muito bom.

Irohin: Como você vê a relação que o Movimento Negro tem com a literatura afro-brasileira?

Esmeralda: Eu acho que falta muito, é um campo que as pessoas não estão percebendo, isto serve para nós escritores também, eu sempre me pergunto o que está acontecendo? Eu já cansei de escutar coisas do tipo: *mas o Movimento Negro não lê*. Mas nós temos uma gama de mestres, doutores, pós-doutores, ou seja, há uma parcela que lê, não é verdade?! Mas o que nós temos que rever também é o alcance do nosso trabalho, temos que aprender a criar a necessidade de o Movimento Negro consumir mais literatura, porque nossa produção afro-brasileira é mínima, mas agora olha a contradição: só o consumo do Movimento Negro já garantiria um best-seller. Essas pessoas são tão próximas de



nós e estão tão distantes ao mesmo tempo.

Irohin: Mas esta dificuldade é geral, no que diz respeito a todos os autores afro-brasileiros, você não acha?

Esmeralda: Com certeza, não se encontra Cruz e Sousa, Solano Trindade, Carolina Maria de Jesus e outros tantos, nós não temos nem a academia nem a mídia a nosso favor, já que são dois termômetros importantes para se criar a demanda da publicação e a reedição em alguns casos. Temos parceiros isolados dentro da academia. É muito comum alguém entrar na internet e dar uma busca sobre "questão racial", aí a pessoa cai na página do Quilombhoje Literatura e descobre assim que existe literatura afro-brasileira.

Irohin: A implementação da Lei 10.639 pode ampliar a demanda de autores afro-brasileiros na escola?

Esmeralda: Esta literatura está aqui produzida, acho que os órgãos públicos, as pessoas que estão gerenciando podem solicitar o nosso trabalho. Muitos alegam desconhecimento, no que aliás temos uma parcela de culpa, dizem também que nós não reeditamos alguns Cadernos que estão esgotados, mas há uma logística editorial que nós não temos

como atender. Nosso conteúdo é riquíssimo, antes da lei nós já tivemos professores que trabalharam com os Cadernos, eu acho que falta mesmo é um despertar para a nossa produção e, nesse caso, temos que trabalhar mais de frente, com muito mais garra, para a sensibilização de professores e leitores. Além do mais, ainda temos um mercado editorial no qual nós não estamos inseridos, temos sempre que buscar outras portas.

Irohin: Como se dá o processo editorial de criação e administração dos Cadernos?

Esmeralda: O Quilombhoje é um grupo de escritores, mas na verdade o Márcio e eu estamos tocando a história. O que acontece de confusão é que muitas pessoas acham que todos os que estão participando de um determinado número dos Cadernos fazem parte do Quilombhoje., quando na realidade estas pessoas são colaboradores. Também não somos uma editora, somos os organizadores da antologia. Nós nos preocupamos com o material sim, já que pensamos como o livro será exibido em uma livraria. Nosso sonho, indiscutivelmente, é estar exposto na "La Selva", em todos os aeroportos, na Livraria Cultura e outras. Nós queremos entrar no mercado editorial sim, por isto tomamos alguns cuidados para que o trabalho possa ter uma boa apresentação e qualidade. Nossa distribuição é feita na garra, no site ou nos lançamentos itinerantes que fazemos nos estados.

Irohin: Vocês possuem outras publicações além dos Cadernos?

Esmeralda: Na edição do Cadernos Negros número 20, nós solicitamos uma verba ao Ministério da Cultura, mas como demorou muito a sair, decidimos fa-

zer uma edição comemorativa dos vinte anos dos Cadernos, com os melhores contos e poemas, para não perder a verba da lei de incentivo, já que a nossa política de publicação é anual e nós fizemos, também com a mesma verba, o livro da Frente Negra Brasileira, um livro de depoimentos organizado pelo Márcio Barbosa.

Irohin: Como um autor pode fazer para participar dos Cadernos?

Esmeralda: Ele tem vários meios, o primeiro pode ser pelo site, tem uma área exclusiva para cadas-

tro, pode nos procurar também em eventos. Em seguida receberá uma carta convite para participar dos Cadernos, com as instruções de todo o processo, pagamentos, quantidade de laudas, pseudônimos etc.

Irohin: Qual o contato de vocês para os interessados?

Esmeralda: www.quilombhoje.com.br ou quilombhoje@ig.com.br

* *Fernanda Felisberto é doutoranda em Antropologia na PUC-SP, professora na UCAM e coordena o Afirma Publicações.*

Senhores de **nosso destino**



A família negra da novela "Senhora do Destino" se dissolveu. Arianizou-se, como se dizia até o final dos anos vinte do século passado. O personagem Cigano, que encarnava o mau congênito, foi fuzilado diante das câmeras. Ele não tinha jeito mesmo, morreu por sua própria culpa – até seus filhos disseram isto. Em Porto Alegre, uma professora disse ao Irohin que seus sobrinhos, crianças negras, que assistiam à cena, também aplaudiram. Não é exagero dizer que Cigano estava ali para justificar o assassinato de negros em todo o Brasil, que também morrem por sua própria culpa, sem direito a um julgamento em um processo legal, como acontece nas democracias. Há outra legitimação perversa, ideológica. A mulher de Cigano, que ele agredia, etc., encontra consolo nos braços de um português, aquele da história oficial e das anedotas racistas, que não resiste aos encantos da mulher negra. Estamos quites quanto ao presente e quanto ao passado. Os filhos encontram sem demora o único caminho permitido: a miscigenação. Há ainda uma criança negra abandonada no lixo e recolhida por um casal de homossexuais. Na novela em que todo mundo quer um bebê, uma mãe negra, provavelmente desnaturada como Cigano, atira o seu no lixo. A saída possível é o embranquecimento. A família negra não é possível, a organização política negra também não é possível.



Racismo fundamenta guerra civil

Lunde Braghini*

Ao fazer um retrato social do atendimento médico de emergência nos hospitais, jornalista e historiador reescreve história da repressão étnica no Brasil e denuncia a guerra civil do Estado contra a população negra

"Hoje, no Brasil, os jornais estão acreditando muito que as informações são badulaques, quando não são", escreveu Cláudio Abramo, em *A Regra do Jogo*, um depoimento famoso sobre a prática do jornalismo no Brasil. Se "o jornalista vai falar do sr. João da Silva, 25 anos, que morreu atropelado por um automóvel marca tal, chapa tal, dirigido por Fulano de Tal, às 20h15, na Avenida Rebouças", exemplifica, "a informação importante é a informação vertical, de profundidade: como a pessoa vivia, quanto ganhava, quantas calorias absorvia por dia, se era doente ou não – essas são as informações importantes, que fazem o leitor chegar à conclusão de que se um absorveu oitocentas calorias e o outro duas mil, se um tinha carro do ano e o outro estava nu diante de seus inimigos, então *o João da Silva estava ali para ser morto mesmo*, como é o caso da maioria da população miserável deste país, exposta ao ônibus, aos automóveis e à polícia. *Os miseráveis estão aí para serem mortos e trucidados*" [grifos nossos].

Como um ser humano pode chegar a essa condição de "estar aí, para ser morto mesmo"? Vale a pena retomar a formulação de Cláudio Abramo, para caracterizar o avanço representado por *Guerra Civil*:

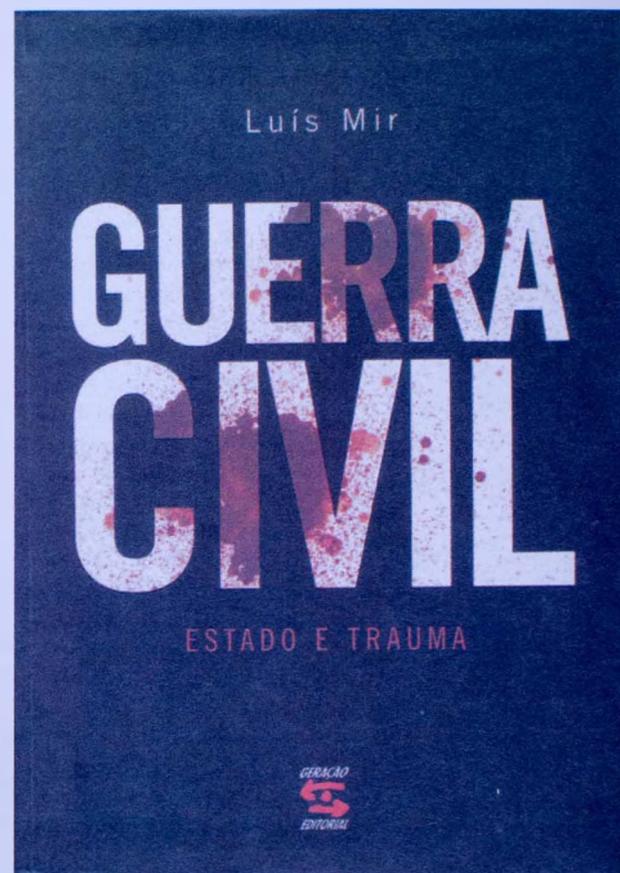
Estado e Trauma. Nessa obra de quase mil páginas, o jornalista e historiador brasileiro Luis Mir produziu um retrato do Brasil "traumatizado", na acepção médica do termo. Do país que chega à emergência dos hospitais como vítima de arma de fogo, de esfaqueamento, de atropelamento, etc. Estudando as vítimas expostas "ao ônibus, aos automóveis e à polícia", Mir viu o óbvio (porém "obliviado", esquecido ou, mais até, calado, por Abramo): miseráveis, ou não, os Joões e as Marias da Silva que, "estão aí para serem mortos e trucidados", são preferencialmente negros e negras. *Guerra Civil* é um estudo "vertical e profundo", como preconizava Abramo, dos movimentos guerreiros do Estado "eticista" brasileiro, que se concretizam numa guerra civil contra a população negra, que dura cinco séculos.

Guerra Civil também parece ser a obra de intelectual branco que mais dialoga com o esforço do Movimento Negro de promover o entendimento do caráter político da luta negra no Brasil. Mais que um acordo quanto a palavras, termos e conceitos, ressoa na obra de Mir o eco dos questionamentos políticos fundamentais, que colocam em primeiro plano a necessidade de se realizar um contrato social que leve em

conta a variável racial fundante de nossa guerra civil. "Como iniciar no presente um acordo isento de tendências ideológicas de natureza étnica entre indo-europeus e afro-descendentes? Existe alguma vontade de cooperação econômica do grupo dominante com essa etnia, ou outras, e não de concorrência fratricida?", pergunta o autor. Eis a questão.

Nas palavras de Mir, "a etnia afro-brasileira ininterruptamente teve sua constituição social e econômica impedida pelas etnias dominantes – primeiro como escravos, depois como segregados. *A sua representação étnica continua a ser a única fonte de identidade e barganha política com as outras etnias*. A desintegração da etnia afro-brasileira, seu atraso econômico e social e sua hostilização por outras etnias têm um efeito imensurável sobre a geografia social do país. O que sabemos é que enquanto isso perdurar, não haverá nenhum tipo de paz ou concordata" (p. 36, grifos nossos).

Para muito leitor, nesse livro, as coisas parecerão muito "trocadas", quando na verdade estão é deixando de estar de ponta-cabeça. O Estado brasileiro é chamado de "eticista" e "diferencialista", e denunciado, mais de uma vez, por seu "radicalismo étnico",



seu "absolutismo étnico" e sua política de "descarte étnico". Desde o início, fica bem evidente que a guerra civil brasileira, analisada no livro, é uma luta do Estado contra a população afro-descendente. O uso de "guerra civil", neste sentido, não é comum, mas parece ser um imenso acerto, para dar conta de um processo secular – e estatal – de negação (formal, muitas vezes; prática, sempre) de direitos da população negra.

Segundo Mir, "a balcanização brasileira não é uma disputa territorial entre etnias (com graus análogos de desenvolvimento social e econômico), como é o caso dos conflitos étnicos europeus recentes, dos quais o exemplo completo é a Bósnia. No nosso caso, [a balcanização reserva] espaço vital para uma etnia predominante". A experiência da imigração europeia é tratada como um capítulo do projeto de

“desafricanização” do Brasil. “A balcanização migratória – fomento oficial da emigração européia – foi o utensílio empregado para se tentar, definitivamente, a destruição física e econômica dos ex-escravos antes da formal abolição da escravatura em 1888, que deslança o processo de extermínio e sufocamento social dos africanos” (p.71).

Para ter vontade de ler *Guerra Civil*, convém evitar a “orelha” do livro, cujo terceiro parágrafo cria a pior expectativa: “Este é um livro sobre a guerra civil e suas vítimas de ontem e hoje. Primeiro, a guerra afetou os indígenas. Depois, os africanos e mestiços. Agora, qualquer segregado, de qualquer cor. A sociedade está cindida: no limite, 90 milhões de pessoas estão sendo atingidas por este verdadeiro apartheid social”. Como se sabe, a operação de adicionar o adjetivo “social” ao substantivo “apartheid” é um recurso freqüentemente acionado no discurso dos intelectuais brancos brasileiros, interessados em desautorizar veementemente a analogia entre a opressão racial no Bra-

sil e a dominação sob o regime do *apartheid* na África do Sul. Lá, *apartheid* com racismo; aqui, sem. Na contramão desta expectativa, o livro de Luis Mir dá uma contribuição imensamente positiva ao entendimento da carreira internacional e longeveza do *apartheid*.

Conceitos novos na reflexão sobre o Brasil, como o de “Estado balcanizado”, desenvolvidos por Mir, para esmiuçar a “metodologia de dominação dos indo-europeus”, articulam o denominador comum (de “fanatismo étnico” ou “fundamentalismo genético”, como prefere o autor) de experiências que a história escolar separa, como as da escravidão brasileira, do nazismo e do *apartheid*. A “balcanização é fruto direto da geopolítica urbana arquitetada pelo poder etnicista brasileiro para a ocupação e domínio do território do país”, argumenta. “A grilagem do espaço urbano e rural, e sua modelagem em propriedade particular pelos grupos étnicos representados pelo Estado, são um sistema de controle e ocupação territorial nazista – a elite e seu espaço vital” (p.64).

Mir conta a história dessa guerra civil com um objetivo. O autor pretende *denunciá-la*, com toda sua força, em todos os seus horrores. Para fazê-lo, Mir se coloca do ponto de vista do médico da emergência, do “médico da guerra”, e constrói um livro de composição incomum. Muito grosseiramente, metade parece “ensaio histórico-político”; metade, “livro de Medicina”. As duas partes, entretanto, se complementam, diante das questões-chave que norteiam o livro: quem é a vítima do trauma da guerra civil? Onde reside? Qual é a sua idade? Que tipo de lesões sofreu? Qual é o diagnóstico? Quanto tempo durou a internação? Quem são os mandantes? Quem foi o assecla que executou a sentença? Quem a fuzilou?

O Brasil é o país com a maior taxa de homicídios por arma de fogo. Tem 3% da população mundial, mas ostenta 13% dos homicídios registrados anualmente no mundo.

As balas, que dizem a juventude negra, principalmente, vêm da polícia, em supostas “situações de enfrentamento”. Mas chegam de curta distância, evi-

denciando extermínio; alojam-se na cabeça, denotando que buscavam os órgãos vitais; ou nas costas, decerto porque os alegados enfrentamentos devem acontecer de marcha a ré... E são tantas que “os cirurgões do trauma”, por exemplo, “estão diante de uma grande epidemia: contaminação com chumbo, ou saturnismo” (p.686).

As informações, quase enciclopédicas, articulam-se e enriquecem o repertório de entendimento da complexidade técnica e ideológica envolvida nas questões da chamada “segurança pública” (no Brasil, segundo Mir, sinônimo de “repressão étnica”; ou de “violência étnica”, preferível à justiça). Mir argumenta que os atuais programas

de desmobilização da guerra não são iniciativas reais. “A violentação do cotidiano das populações nas cidades não faz parte das preocupações centrais do Estado, nem para a minoria da sociedade”. Com todas as letras, afirma que “a pacificação da sociedade brasileira passa pela proscricção do *apartheid* étnico, social e econômico da população de descendência africana, que não é a única segregada e violentada, mas é a principal alvejada pelas etnias dominantes” (p.106).

Ficha técnica: Guerra Civil: Estado e Trauma. 956 págs. Autor: Luís Mir. São Paulo: Geração Editorial, 2004. Preço: R\$ 84,00.

*Jornalista (DF)

LANÇAMENTO DUPLO CAUSA FRISSON



Foto: Cláudia Santos

Cultura Morta

Sinal cultural “delicioso” da insatisfação gerada pelo livro de Mir, quem deu foi o *ombudsman* da TV Cultura, de São Paulo, em nota intitulada *Roda Morta*, na sua coluna de 23/11/2004. Por definição, “defensor do público”, o *ombudsman* da TV pública paulista atacou o programa de entrevistas Roda Viva, procurando dar uma lição sobre o que é atual e importante para o país. A nota chega a ser involuntariamente hilariante:

“Carlos Lessa é demitido da presidência do BNDES; Guido Mantega o substitui. Frei Betto pede demissão do cargo de assessor especial do presidente Lula, uma semana depois da saída de Ricardo Kotscho da secretaria de Imprensa do Planalto e de Cássio Casseb da presidência do Banco do Brasil. O Banco Central intervém no Banco Santos e torna indisponíveis os bens de seu controlador, Edemar Cid Ferreira. Mas o entrevistado do Roda Viva de 22/11 foi o historiador Luís Mir, que lança seu novo livro, *Guerra Civil: Estado e Trauma*. O Roda Viva deixou de ser o centro do debate dos temas de atualidade mais importantes do país. É uma pena”.

O jornalista Fernando Conceição, professor da UFBA., lançou em boa hora dois livros em Salvador, no último dia 12 de março. O lançamento foi precedido de uma campanha provocativa, com vários out-doors espalhados na cidade. A frase apelativa é título de um filme, de Jacques W. Benoit, e de um dos livros, o que contém o artigo com que Fernando Conceição espinafrou o filme no *Jornal da USP*, em 1992. Na época o artigo tinha outro título: “Negro bom de cama. Um mito racista”. Este livro é uma coletânea de artigos publicados em revistas e jornais brasileiros e aborda uma questão racial, com inteligência e coragem. O outro livro, *Mídia e Etnicidades no Brasil e nos Estados Unidos*, é a tese de doutorado do autor e será resenhado na próxima edição do *Irohìn*.

Paulo Caetano,
de Goiânia,
é arquiteto,
artista plástico
e designer gráfico.



NA LUZ

Cruz e Sousa

De soluço em soluço a alma gravita,
De soluço em soluço a alma estremece,
Anseia, sonha, se recorda, esquece
E no centro da Luz dorme contrita.

Dorme na paz sacramental, bendita,
Onde tudo mais puro resplandece,
Onde a Imortalidade refloresce
Em tudo, e tudo em cânticos palpita.

Sereia celestial entre as sereias,
Ela só quer despedaçar cadeias,
De soluço em soluço, a alma nervosa.

Ela só quer despedaçar algemas
E respirar nas Amplidões supremas
Respirar, respirar na Luz radiosa.

O soneto de Cruz e Sousa, um dos maiores poetas da literatura brasileira, falecido em 19 de março de 1898, aos 36 anos, foi extraído do livro "Últimos Sonetos", publicado em 1905.

POESIA
& ARTE

